

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 297, DE 2020

(Do Poder Executivo)

MSC 103/2020

OF 107/2020

MSC 652/2000

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.601, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada a Rádio Comunitária Nova Lima FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 467, de 30 de abril de 2015 – RC FM - Rádio Comunitária de Itambé, no município de Itambé - PE;
- 2 - Portaria nº 648, de 9 de junho de 2015 - Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente, no município de Autazes - AM;
- 3 - Portaria nº 3.601, de 19 de agosto de 2015 – Rádio Comunitária Nova Lima FM, no município de Nova Lima - MG;
- 4 - Portaria nº 3.857, de 28 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Manguense de Cultura e Arte, no município de Manga - MG;
- 5 - Portaria nº 4.370, de 21 de setembro de 2015 - Associação Comunitária A Voz de Quissamã, no município de Quissamã - RJ;
- 6 - Portaria nº 6.215, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Comunitária dos Moradores de Jaguaretama, no município de Jaguaretama - CE;
- 7 - Portaria nº 103, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês, no município de São João Del Rei - MG;
- 8 - Portaria nº 118, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Terra de Getulina, no município de Getulina - SP;
- 9 - Portaria nº 733, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária, Cultural e Beneficente - Centenário, no município de Tabatinga - SP;
- 10 - Portaria nº 1.167, de 9 de maio de 2016 - Rádio Comunitária Boa Nova FM, no município de Guarda Mor - MG;
- 11 - Portaria nº 1.466, de 9 de maio de 2016 - Associação a Voz do Povo a Voz de Deus, no município de Arapiraca - AL;
- 12 - Portaria nº 1.111, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Radiodifusão Dr. José Baptista Filho, no município de Nova Era - MG;

13 - Portaria nº 1.463, de 7 de junho de 2017 - Associação de Integração Comunitária Cidade Esperança, no município de Brasilândia - MS;

14 - Portaria nº 1.834, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Alto do Rodrigues e FM Ouro Negro, no município de Alto do Rodrigues - RN;

15 - Portaria nº 1.878, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Radiovida de Botuporã (ACRB), no município de Botuporã - BA;

16 - Portaria nº 1.881, de 7 de junho de 2017 - Associação de Difusão Comunitária de Nísia Floresta, no município de Nísia Floresta - RN;

17 - Portaria nº 1.952, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação de Sapezal, no município de Sapezal - MT;

18 - Portaria nº 1.994, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Comunitária Montessionense de Radiodifusão, no município de Monte Sião - MG;

19 - Portaria nº 2.003, de 7 de junho de 2017 - Associação Beneficente Cultural Comunitária Pereira Barreto, no município de Pereira Barreto - SP;

20 - Portaria nº 2.630, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Radiodifusão Artístico e Cultural de São Gonçalo do Sapucaí, no município de São Gonçalo do Sapucaí - MG;

21 - Portaria nº 4.505, de 28 de setembro de 2017 - Associação Ecológica e Cultural de Godoy Moreira, no município de Godoy Moreira - PR;

22 - Portaria nº 6.014, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária Surubinense de Radiodifusão, no município de Surubim - PE;

23 - Portaria nº 7.148, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Artística e Cultural de Desenvolvimento do Setor Marista Sul, no município de Aparecida de Goiânia - GO;

24 - Portaria nº 1.036, de 14 de março de 2018 - Associação Maria Rainha da Paz, no município de Resplendor - MG;

25 - Portaria nº 1.358, de 14 de março de 2018 - ACIR - Associação Comunitária Itaipava de Radiodifusão, no município de Petrópolis - RJ;

26 - Portaria nº 1.361, de 14 de março de 2018 - Comunidade Terceiro Milênio, no município de Patos - PB;

27 - Portaria nº 1.427, de 22 de março de 2018 - Fundação Assistencial Lar da Paz (FALP), no município de Dores do Indaiá - MG;

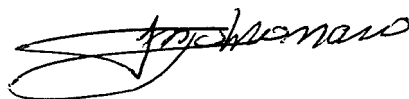
28 - Portaria nº 3.218, de 5 de julho de 2018 - Sociedade Beneficente Francisca Alves de Almeida, no município de Acopiara - CE;

29 - Portaria nº 4.183, de 28 de setembro de 2018 - Associação Cultural e Comunitária de Celso Ramos, no município de Celso Ramos - SC;

30 - Portaria nº 4.189, de 28 de setembro de 2018 - Associação Cultural e Artística Amigos de Tamarana, no município de Tamarana - PR; e

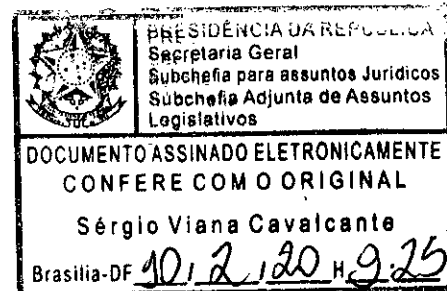
31 - Portaria nº 4.190, de 29 de setembro de 2018 - Associação Comunitária e Cultural de Guaraniaçu, no município de Guaraniaçu – PR.

Brasília, 18 de março de 2020.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "F. J. M. N. S.", is written over a horizontal line.

Port. 3.601/15

EM nº 00146/2019 MCTIC



Brasília, 11 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058134/2011-47, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Rádio Comunitária Nova Lima FM, inscrita no CNPJ nº 02.727.039/0001-30, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 28 de Junho de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 1012/2015/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria nº 3601, de 19 de Agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25/08/2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 3601/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058134/2011-47 e nº 53710.01053/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28/06/2011, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de NOVA LIMA/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 19/08/2015, às 18:45, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0644464** e o código CRC **B7913877**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 32781/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, processo nº 53000.058134/2011-47.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

LARA LITVIN VILLAS BÔAS
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Lara Litvin Villas Boas, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro substituta**, em 13/09/2019, às 11:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4624806** e o código CRC **B75FB8B7**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 058134/2011-47

SEAPA/SCE

17/11/2011-09:15

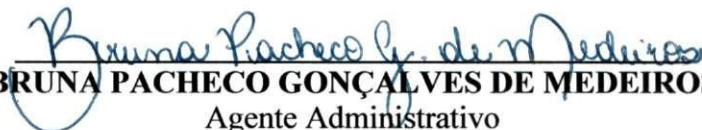
Assunto: **Renovação**

Protocolo de Outorga nº: 53710.001053/98

519°59'13"
W 43°50'50"

1. Frente à publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, item 20, e visto que o ato de outorga da **Rádio Comunitária Nova Lima FM**, na localidade de **Nova Lima / MG**, tem validade até 28/06/2011, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 11 de novembro de 2011.


BRUNA PACHECO GONÇALVES DE MEDEIROS
Agente Administrativo

Bruna Pacheco Gonçalves de Medeiros
Slape n.º 1786956
Agente Administrativo

02. 422.0391 0001-30



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 7022 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 27 de novembro de 2011.

Ao Senhor

SANDERSON JOSÉ RAGONEZI

Representante Legal da Rádio Comunitária Nova Lima FM

Rua Marquês de Sapucaí, nº 29 – Sala 305 - Centro

34000-000 Nova Lima – MG

Assunto: **Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária/**
Processo nº. 53000.058134/2011-47.

Senhor Representante Legal,

1. De acordo com a Lei 9.612/1998, art. 6º, alteração pela Lei 10.597/2002 a outorga para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 (dez) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas disposições vigentes.

2. Visto que o ato de outorga da **RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM** tem validade até 28/06/2011, e tendo em vista a publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, comunicamos que a Entidade poderá encaminhar caso deseje pleitear a renovação de sua outorga Requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 da Norma nº 1/2011, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

- a) não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural;
- b) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
- c) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção independente, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal;

VII. Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

IX. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

X. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

4. De acordo com a Norma nº 1/2011, esclarecemos que:

- I. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecidas as exigências desta Norma e demais disposições legais vigentes.
- II. As entidades que cumprirem o disposto nos subitens 20.2 e 20.2.1 poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

- III. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente.
- IV. Os documentos devem ser apresentados no original ou em cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.
- V. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

5. Comunicamos que a Norma nº 1/2011 e os modelos padronizados estão disponíveis no endereço eletrônico: www.mc.gov.br.

6. Será facultado, a essa entidade, nos termos do item 20.2.1 da Norma nº 1/2011, prazo de 3 (três) meses contados da publicação da referida Norma, apresentar os itens solicitados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

Atenciosamente,



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

58134/11 42



REQUERIMENTO PARA **RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Radio Comunitaria Nova Lima FM, inscrita no CNPJ sob o nº 02.727.039/0001-30, com sede a Rua Marques de Sapucaí, 29 sala 305, na cidade de **Nova Lima, MG, CEP 34.000-000**, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 199 datada de 06 de dezembro de 1999 e Decreto Legislativo nº 239/2001 publicado no Diário Oficial da União datado de 28 de junho de 2011, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Nova Lima, 03 de janeiro de 2012.



Sanderson José Ragonezi

Nome do representante da entidade : Sanderson José Ragonezi
CPF : 504.512.196-00

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF
53000 002954/2012-65
DEAPA/SCE
03/01/2012-03.15

Sedco

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

OK	1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
OK	2 -Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
OK ANATEL	3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
OK	4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
OK	5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
OK	6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
OK	7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:
OK	<p>✓ 7.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;</p> <p>✓ 7.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;</p> <p>✓ 7.3) Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;</p>
OK	8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;
OK	9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora
OK	10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede
ANATEL OK	11 - laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
OK	12 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência, ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
(Estimam?) Defina!	13 - Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente deste ato.

M. 088 G
Fls.: 06
W. Rüdiger
JSS

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.



Sanderson José Ragonezi

Endereço para correspondência : Rua Marques de Sapucaí, 29 sala 305, na cidade de Nova Lima, Estado de MG, CEP 34.000-000.

Telefone para contato: 0 (xx) 31 3581-2005 / 0 (xx) 31 3541-4894

Correio eletrônico (e-mail) diretoria@novalimafm.com.br

Nova Lima, 03 de janeiro de 2012.

DECLARAÇÃO

Eu, **Sanderson José Ragonezi**, representante legal pela Rádio comunitária Nova Lima FM, atesto que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Certo do declarado,

Atenciosamente


Sanderson José Ragonezi
Presidente



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
SANDERSON JOSE RAGONEZI

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

BOLETO »» **Nada Consta** | menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO COMUNITARIA NOVA LIMA FM
CNPJ: 02.727.039/0001-30

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:41:05 do dia 09/01/2012 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/02/2012.

Certidão expedida gratuitamente.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.727.039/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 23/07/1998
NOME EMPRESARIAL RADIO COMUNITARIA NOVA LIMA/FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO NOVA LIMA/FM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - FUNDACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R MARQUES DE SAPUCAI	NÚMERO 29	COMPLEMENTO SALA 305	
CEP 34.000-000	BAIRRO/DISTRITO BONFIM	MUNICÍPIO NOVA LIMA	UF MG
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **28/12/2011** às **15:46:45** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

Alteração no estatuto da Rádio Comunitária Nova Lima FM

"É livre a expressão da atividade intelectual artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença". (Item IX, Art. 5º - Constituição Brasileira)

Capítulo Primeiro

DOS OBJETIVOS DA ENTIDADE E DIREITOS DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS

Art. 1º - A Rádio Comunitária Nova Lima FM, fundada em 01/06/1998, com sede a rua Marques de Sapucaí, 29/305 - Bonfim -34.000-000 em Nova Lima - MG é Uma Associação de fins não econômicos, entidade civil de objetivos culturais, apartidária e democrática, com prazo de duração indeterminado.

Art. 2º - A Rádio Comunitária Nova Lima FM tem por finalidade:

- Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do Direito de comunicar.
- Dar oportunidade à difusão das idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas.
- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse;
- Promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;
- Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos;
- Organizar arquivo público com registro sonoro, fonográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na comunidade ou de interesse geral;



Amir

Alcino

Brancelino

Amir

J. Sales

Wesley

Carolina Fimment
P. michelli

A.

Elis

A.

Amir

- h) Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários.

Art. 3º - Poderá agregar-se às atividades da Associação qualquer pessoa, independente de cor, raça sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição desde que concorde com o disposto neste estatuto.

Art. 4º - São direitos e deveres dos associados:

- a) ter voz e voto nas assembléias da Entidade;
b) Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito à Diretoria Executiva, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião de Diretoria;
c) Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Entidade ou através de convênios.
d) Estar em dia com suas obrigações estatutárias.

- e) Colaborar para a completa realização da finalidade da entidade.

Art. 5º - Para ser considerado associado da Rádio Comunitária Nova Lima FM será necessário ser morador (no caso de pessoa física) ou ter sede (no caso entidades) nas áreas atingidas pela transmissão. Somente serão aceitas como filiadas as Entidades da Sociedade Civil sem fins lucrativos.

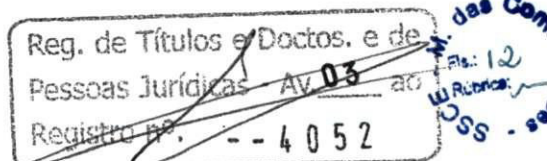
Parágrafo 1º - A pessoa ou entidade que faltar a duas AGO sem justificativa ou não se fizerem presentes nas AGE ocorridas neste período, serão convocados pela Diretoria Executiva, para justificar sua ausência. Caberá à Direção, por maioria absoluta, decidir ou não a continuidade dos faltosos no seu Quadro Social.

Parágrafo 2º - Uma vez afastado, seu reingresso somente poderá ocorrer a partir de um pedido por escrito á diretoria, que poderá ou não aprovar. O reingresso não poderá ocorrer antes de seis meses de afastamento.

Parágrafo 3º - Não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados.

Capítulo Segundo

Capítulo Segundo



ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE

Art. 6º - São órgãos da Rádio Comunitária Nova Lima FM Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho comunitário e Conselho Fiscal.

Art. 7º - A Assembleia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no primeiro trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela Diretoria Executiva, aprovação do plano ação anual, homologação da composição do Conselho Comunitário e discussão de assuntos gerais da Entidade e/ou das comunidades envolvidas.

Parágrafo 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Comunitário ou por 1/5 dos associados em dia com suas obrigações estatutárias, através de abaixo-assinado. a convocação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo, oito dias, através de edital afixado na sede e estúdios da entidade, com divulgação de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, e por publicação em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nas comunidades envolvidas e fixação de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais, onde constarão o dia, o local, horário e pauta da reunião.

Parágrafo 2º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de associados presentes.

Art. 8º - A Diretoria Executiva reunir-se-á a cada dois meses, em data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente sempre que convocada pelo presidente ou secretário, pelo Conselho Comunitário ou por 1/5 dos membros da Executiva.

Art. 9º - A Diretoria Executiva será eleita juntamente com o conselho fiscal para mandato de quatro anos, em AGE convocada para este fim, através de votação aberta nas chapas inscritas.

Parágrafo primeiro - A AGE com fim eleitoral deverá ser convocada com antecedência mínima de trinta dias, utilizando-se os mesmos meios de divulgação previstos no Art. 7º, parágrafo 1º;

Parágrafo 2º - A inscrição das chapas deverá ser feita até quinze dias



Carolina Pimentel
V Michelle

Parágrafo 3º - somente poderão votar e serem votados os associados que tenham pelo menos seis meses de filiação e estejam em dia com suas obrigações estatutárias.

Parágrafo 4º - Quaisquer pedidos de impugnação de chapas ou recursos serão julgados pela própria AGE.

Parágrafo 5º - Fica Liberada a reeleição de seus membros individualmente ou em grupo.

Art. 10º - A Diretoria Executiva será composta por 7 (sete) componentes e que seus dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e deverão manter residência na área da comunidade atendida, conforme segue descrição dos cargos:

Presidente

Vice-Presidente

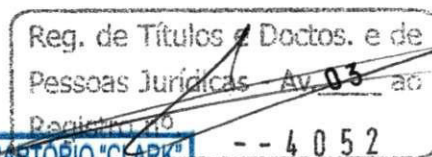
Secretário Geral

Diretor Financeiro

Diretor de Operações

Diretor Cultural e de Comunicação Social

Diretor de Patrimônio.



Parágrafo 1º - Havendo vacância no cargo titular o vice assume imediatamente. Os cargos titulares devem estar sempre preenchidos.

Parágrafo 2º - A vacância será caracterizada pela ausência do diretor a duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas sem justificativa aceita pelo coletivo, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicado por escrito.

Art. 11º - A Diretoria Executiva poderá ser substituída no todo ou em parte pela AGE convocada com este fim específico, nas formas do Art. 7º, parágrafo 1º, nos casos de incúria ou nos casos comprovados de atitude, ato ou omissão que comprometa os objetivos da entidade, o desvirtue suas finalidades estatutárias. No caso de substituição total da Diretoria, será eleita uma Comissão Diretora Provisória, composta por três sócios que administrará a Entidade até a eleição da nova diretoria, nos moldes do Art. 9º, deste Estatuto.

Handwritten signature

Handwritten signature: Carolina Pimentel

Handwritten signature: Michelle

Handwritten signature: Paula

Handwritten signature: Wesley

Handwritten signature: Gleis

Art. 12º - O Conselho Fiscal será constituído por três membros efetivos e um suplente e será coordenado por um Presidente e um Secretário.

Parágrafo Único - O mandato do conselho Fiscal será de igual duração ao da Diretoria Executiva.

Art. 13º - O conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente para apreciar e aprovar ou não, os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da entidade.

Parágrafo 1º - Os pareceres e as deliberações do conselho Fiscal serão registradas em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinada por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos;

Parágrafo 2º - Os membros suplentes poderão, obedecida a ordem de súplica, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

Art. 14º - O Conselho Comunitário será constituído por, no mínimo, cinco representantes da comunidade local ou da área urbana da localidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da lei nº 9.612, de 1998.

Parágrafo 1º - E de responsabilidade da entidade manter disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do conselho comunitário.

Art. 15º - Fica a cargo do conselho comunitário :

- a) analisar a dinâmica e perfil das atividades implementadas pela Diretoria, verificando a sua adequação às metas estabelecidas;
- b) Aprovação da programação da Emissora.
- c) Envio ao ministério das comunicações anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, a atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.



Art. 16º - A alteração do presente estatuto e ou destituição dos administradores serão tratadas em assembléia especialmente convocada para esse fim, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

Capítulo Terceiro

Carolina Pimentel

ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 17º - Caberá à Diretoria Executiva, coletivamente

a) Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em AG;

b) Convocar as AG;

c) Indicar um de seus membros ou um dos associados para representar a Entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do presidente ou nos casos que julgar conveniente;

d) Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos;

e) Prestar contas bimestralmente ao Conselho Comunitário e anualmente à AGO, ou quando solicitado pela AG;

f) Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remuneração;

g) Autorizar a aquisição de equipamentos;

h) efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da Entidade;

i) Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implementados e/ou administrados pela Entidade.

Art. 18º -Caberá a cada diretor, individualmente:

a) Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;

b) Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;

c) Representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;

d) Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

Art. 19º - Caberá ao Presidente:



- a) Convocar e coordenar as reuniões de Diretoria e Assembléia Geral;
- b) Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- c) Responder em juízo pela Entidade;
- d) Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;
- e) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os balancetes e os cheques para pagamento das despesas em geral.

Art. 20º - Caberá ao Vice-Presidente:

- a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- c) Substituir o Diretor de Patrimônio, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto.

Art. 21º - Caberá ao Secretário Geral

- a) Secretariar as reuniões de diretoria e as sessões de AG, lavrar e assinar, juntamente com o Presidente, as respectivas atas;
- b) Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-juntamente com o Presidente;
- c) Manter o cadastro de associados atualizado;
- d) Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

Art. 22º - Caberá ao Diretor Financeiro :

- a) Manter sob seu controle toda a movimentação financeira da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar os balancetes à Diretoria;
- d) Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques para pagamento das contas diversas da Entidade.

Art. 23º - Caberá ao Diretor de Operações:



a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com as suas funções coletivas;

b) Implementar e supervisionar a programação, respondendo pela qualidade operacional das transmissões

Art. 24º - Caberá ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções Coletivas;

b) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;

c) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da Entidade;

d) Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este estatuto, regimentos internos e outros.

Art. 25º - Caberá ao Diretor de Patrimônio:

a) Manter sob seu controle todo os patrimônios da Entidade, quer sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral;

b) Implementar o arquivo histórico da Entidade.

Art. 26º - O quorum mínimo para decisão nas reuniões da Diretoria executiva é de seis membros (50% mais um) .. Em caso de empate nos processos de votação o assunto deverá ser remetido à próxima reunião - ordinária ou extraordinária - onde tentar-se-á a solução do impasse

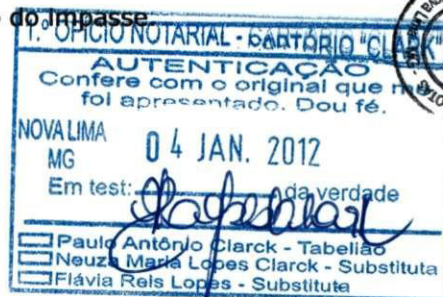
Capítulo Quarto

Receitas e Despesas

Art. 27º - A receita da Entidade advirá:

a) Da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;

b) Da contribuição mensal dos associados;



c) De verbas provenientes de subsídios oficiais;

d) De patrocínios do comércio local;

e) De campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim.

Carolina Pimentel

Parágrafo 1º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da Entidade;

Parágrafo 2º - Todas as doações serão analisadas pela Diretoria Executiva que poderá aceitá-las ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior;

Parágrafo 3º - Será garantido aos doadores que o desejarem o sigilo de identificação, que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria Executiva, após solicitação por escrito, ou por força judicial.

Art. 28º - As despesas da Entidade podem ser:

a) Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis, compra de equipamentos, discos, fitas, CD's e outros;

b) Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;

c) Patrocínios a projetos ou atividades com fins comunitários.

Parágrafo 1º - Nenhum membro da Diretoria poderá ser remunerado, com exceção do Diretor de Operações que, a critério da Diretoria, poderá receber pró-labore, caso se faça necessário sua profissionalização;

Parágrafo 2º - A contratação e demissão dos funcionários dependerá de aprovação da maioria absoluta da Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Os sócios não respondem pelas obrigações sociais.

Capítulo Quinto

PROGRAMAÇÃO MÍNIMA

Art. 29º - Minimamente, a programação deverá constar de:

a) Espaço garantido aos segmentos organizados da sociedade para divulgação de seus trabalhos e reivindicações, observada apenas a adequação de horário na programação;



b) Reserva de espaço semanal para programação rotativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro das especificações técnicas definidas pelo Diretor de Programação. Esse espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;

c) Proibição de uso de qualquer espaço com fins político-partidários, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo convite deverá ser feito pela Associação, por escrito a todos e protocolado. A exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da lei;

Proibição de uso de qualquer espaço com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação de espaço deverá ser feita por escrito à Diretoria.

Capítulo Sexto

Dissolução

Art. 30º - A dissolução desta Entidade ocorrerá apenas por decisão de AG convocada conforme o previsto no Art. 7º, Parágrafo 1º deste Estatuto;

Parágrafo 1º - Ponto de pauta obrigatório na AG convocada para a dissolução da Entidade deverá ser a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal, até a data da Assembléia;

Parágrafo 2º - O patrimônio da Entidade deverá ser doado a outras entidades de atividades, afins, sempre de caráter comunitário e sem fins lucrativos, entidades estas a serem definidas pela Assembléia;

Parágrafo 3º - Caso haja dividas na data da dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo doado o saldo conforme previsto no Parágrafo 1º deste Artigo.

Capítulo Sétimo

Disposições Transitórias

Art. 31º - Caberá a Assembléia de Fundação eleger uma Diretoria Provisória, com m de quatro anos, cabendo a essa Diretoria:

a) Registrar o presente Estatuto, na forma da lei;

b) Estabelecer um plano de metas para os primeiros seis anos de existência da Entidade;



- c) Organizar o cadastro de associados;
- d) Montar a emissora de radiodifusão;
- e) Associar a rádio à entidade estadual ou distrital de radiodifusão comunitária;
- f) Manter intercâmbio com a ABRAÇO e outras entidades de radiodifusão comunitária existentes no Brasil e/ou em outros países.

Nova Lima, 05 de março de 2010.

Ronaldo José de Oliveira
Paulo Rodrigues Brandão

Carlos Roberto
Suelker Isabele Guedes

Carolina Pimentel

Carmo

R.

Michelle Brydina
Márcio Alves Ferreira

Justiane Simplicio A.

João Geraldo Cam

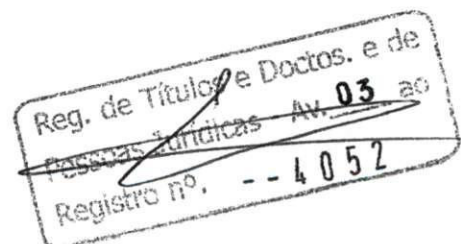
Vânia Elizabeth da Costa Almeida

Paulo Antônio Moreira Lemeiro
João Carlos Santos - TRAVITA.

Elcio Lili

Wesley Leibel Ferreira

Alisson Souza Antonio



Certidão de Registro no verso





Selo de Fiscalização

CEU 19125

TD PJ
NOVA LIMA MG
Enrolamentos

R\$ 75,01

Recibit

R\$ 4,52

TFJ

R\$ 25,00

Total

R\$ 104,53

REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Oficial Gustavo Machado de Faria

Registrado, nesta data: AV.03 ao Registro 4052

Livro A84 fls. 111/116

Nova Lima, 27/06/2011

O Oficial

Shopping Ponta Verde Loja 23 - Rodovia MG-30, 2255 - Nova Lima
Lima-MG CEP 34.000-000 Tel (31) 3581-8361



Selo de Fiscalização

ARQUIVAMENTO

APS 35384

ARQUIVAMENTO

APS 35383

ARQUIVAMENTO

APS 35382

ARQUIVAMENTO

APS 35381

ARQUIVAMENTO

APS 35380

ARQUIVAMENTO

APS 35379

ARQUIVAMENTO

APS 35378

ARQUIVAMENTO

APS 35377

ARQUIVAMENTO

APS 35376

ARQUIVAMENTO

APS 35375

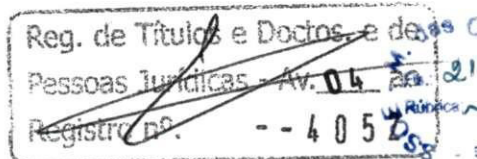
ARQUIVAMENTO

APS 35374

ARQUIVAMENTO

APS 35373

Assembléia Geral Extraordinária



Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Rádio comunitária Nova Lima FM as 17 horas em primeira convocação e as 17:30 horas em segunda convocação, aos vinte e sete dias de agosto de 2010 em sua sede a rua Marques de Sapucaí 29 sala 305, na cidade de Nova Lima MG para eleição da diretoria para o mandato de 2010 – 2014 e do conselho comunitário de acordo com o estatuto e obedecendo o art. 10º. A abertura da assembléia deu-se com a palavra do Sr. Presidente sobre as atividades da emissora durante esse período e foi aplaudido de pé pelos presentes que manifestaram grande carinho como a emissora vem sendo conduzida e a participação efetiva da comunidade, após as manifestações deu-se inicio o processo eleitoral, que por haver apenas uma inscrição foi eleita por aclamação a chapa registrada que segue com a seguinte formação :

Diretoria Executiva

Presidente : Sanderson José Ragonezi
 Vice-Presidente : Vânia Elizabeth Lacerda Pimenta
 Secretário Geral : Cristiane Simplício
 Diretor Financeiro : Emerson Cardoso Gonçalves
 Diretor de Operações : Márcio Alves Ferreira
 Diretor Cultural e de Comunicação Social : João Carlos dos Santos
 Diretor de Patrimônio : Rodrigo Moreira Ferreira

Conselho de fundadores

Francisco da Assunção Costa
 Rosangela Perazoli Conrado
 Reginaldo Leonardo Ferreira
 Wellington Acácio Coelho
 Hilton José Ramos

Conselho Fiscal

Associação comunitária do Bairro Cabeceiras
 Lions Club de Nova Lima
 Canto do Rio futebol Clube



Michelle

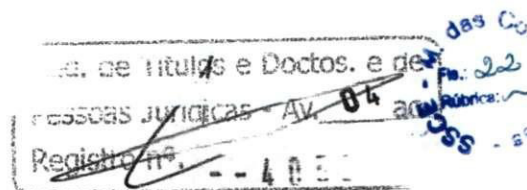
Wesley

Reinaldo

Caro Genilson
 Reducao Ferreira

Sociedade Cultural e Recreativa Aurilândia

13º grupo de escoteiros expedicionário Assunção



Certidão de Registro no verso

Em ato Contínuo, também por aclamação manteve-se as entidades do conselho comunitário que segue com a seguinte formação:

Conselho comunitário

Associação Comunitária da Vila São Luiz - Sr. Olindo Vitor Antonio da Silva

Associação Comunitária do Retiro / Olaria - Sr. Daniel César Pereira

Associação Comunitária Chácara dos Cristais - Sr. Fabrício Alves Perdigão

Associação Comunitária do Bairro Alvorada - Sra. Vera Lúcia Porfírio

Associação Comunitária do Bairro nossa senhora de Fátima - Sr. José pereira S. Filho

Não havendo mais nada a tratar, eu Cristiane, secretária geral, lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelos presentes.

Nova Lima, 27 de agosto de 2010.

Marcio Alves Ferreira

Daniel Cesar Pereira

Suelen Isabele Gomes

João Roberto
Ashana Simplicio

Arma

Fabrício Perdigão

Vanessa Simplicio

Michelle Araújo
Vanessa Elizabeth Kalerela Riquenza

V. Porfírio

Adriano Antonio Moreira Ferreira

João Carlos dos Santos

Elin Lulin

Wagner Lael K...

Alisson Jenz...

P. Pereira Brando

Olinda V. Ant. filha
Ronaldo José de Oliveira

Reinoldo





REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Oficial Gustavo Machado de Faria

Selo de Fiscalização
CEU 19127

TD PJ
NOVA LIMA MG

Enrolamentos Registrado, nesta data: AV.04 ao Registro 4052
R\$ 57,21 Livro AB4, fls. 116v/117
Nova Lima, 27/06/2011

Recrfit

R\$ 3,45

TFI

R\$ 19,07

Total

R\$ 79,73

Shopping Ponta Verde Loja 25 - Rodovia MG-30, 2255 - Nova Lima, MG, CEP: 34.000-000 Tel: (31) 3581-9354

Selo de Fiscalização

ARQUIVAMENTO

APS 35396

ARQUIVAMENTO

APS 35389

ARQUIVAMENTO

APS 35388

ARQUIVAMENTO

APS 35387

ARQUIVAMENTO

APS 35386

ARQUIVAMENTO

APS 35385

Selo de Fiscalização

ARQUIVAMENTO

APS 35396

ARQUIVAMENTO

APS 35395

ARQUIVAMENTO

APS 35394

ARQUIVAMENTO

APS 35393

ARQUIVAMENTO

APS 35392

ARQUIVAMENTO

APS 35391



DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, **Sanderson José Ragonezi**, na qualidade de representante legal da Rádio Comunitária Nova Lima FM, declaro para os devidos fins que:

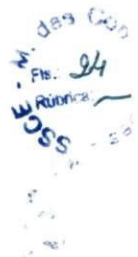
- 1) A emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- 2) A emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- 3) A emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Nova Lima, 03 de janeiro de 2012.




Sanderson José Ragonezi


Nova Lima, 03 de janeiro de 2012.





DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e conforme solicitado, segue abaixo relação de responsáveis pelas atividades da Radio comunitária Nova Lima FM, CNPJ 02.727.039/0001-30 na cidade de Nova Lima – MG, sendo todos de nacionalidade brasileira conforme documentos em anexo :

Área Editorial /coordenação geral.... : Sanderson José Ragonezi (Jornalista DRT 16746/MG) 

Programação / Operação : Márcio Alves Ferreira (programador) 

Financeiro :Emerson Cardoso Gonçalves (Jornalista) 

Dep. Esporte : Rodrigo Ferreira (jornalista) 

Certo do declarado,

Atenciosamente


Sanderson Ragonezi
Presidente

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Rodrigo Antonio Moreira Ferreira
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL MG-10.328.539 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/02/2004

NOVA LIMA

RODRIGO ANTONIO MOREIRA FERREIRA

FILIAÇÃO
CARLOS ANTONIO FERREIRA
SONIA MARIA MOREIRA FERREIRA

NATURALIDADE
NOVA LIMA-MG

DOS ORIGEM
NASC. LV-91 FL-150
NOVA LIMA-MG

CPF
PIT-1285

IVETE WILCO BRAUNA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

DATA DE NASCIMENTO 10/03/1982

10 VACINADO
BRASIL LIVRE DA RUBÉOLA

2.VIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição
068.149.546-48

Nome
RODRIGO ANTONIO MOREIRA FERREIRA

Nascimento
10/03/1982



15 de NOVEMBRO de 1989



1.º OFÍCIO NOTARIAL - CARTÓRIO "CLARK"

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

NOVA LIMA
MG
05 JAN. 2012

Em test: *[Assinatura]* da verdade

☒ Paulo Antônio Clarck - Tabelião
☐ Neuza Maria Lopes Clarck - Substituta
☐ Flávia Reis Lopes - Substituta



1.º OFÍCIO NOTARIAL - CARTÓRIO "CLARK"

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

NOVA LIMA
MG
05 JAN. 2012

Em test: *[Assinatura]* da verdade

☒ Paulo Antônio Clarck - Tabelião
☐ Neuza Maria Lopes Clarck - Substituta
☐ Flávia Reis Lopes - Substituta

REGISTRO GERAL MG-6.003.169 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/12/2006

NOME
EMERSON GONCALVES CARDOSO

FILIAÇÃO
DAVI CARDOSO
ZELIA AMELIA CARDOSO

NATURALIDADE
NOVA LIMA-MG

DOC. ORIGEM
NOVA LIMA-MG

CPF 854465056-20

PIC-2205

DATA DE NASCIMENTO
16/2/1971

NASC. LV-85A FL-102

ASSINATURA DO DIRETOR

2.VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

2205-5

POLEGAR - VACINADO

BRASIL
LIVRE
24/04/2004

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

1.º OFÍCIO NOTARIAL - CARTÓRIO "CLARCK"

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

NOVA LIMA
MG

05 JAN. 2012

Em test: *[assinatura]*

☐ Paulo Antônio Clarck - Tabelião
☐ Neuzia Maria Lopes Clarck - Substituta
☐ Flávia Reis Lopes - Substituta



M. das C. m.
Fl.: 088
R. R. R. R.
SSS - 531

1.º OFÍCIO NOTARIAL - CARTÓRIO "CLARK"
AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me
foi apresentado. Dou fé.
NOVALIMA
MG
Em test.: 05 JAN. 2012
Paulo Antônio Clark - Tabelião
Neza Maria Lopes Clark - Substituta
Flávia Reis Lopes - Substituta



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: MARCIO ALVES FERREIRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF: M4874775 SSP MG

CPF: 745.775.656-68 DATA NASCIMENTO: 27/05/1968

FILIAÇÃO: VENCESLAU FERREIRA
ALICE ALVES FERREIRA

PERMISSÃO: ACC CATEGORIA: B

Nº REGISTRO: 00712955825 VALIDADE: 04/08/2016 1.ª HABILITAÇÃO: 03/07/1998

OBSERVAÇÕES: A

ASSINATURA DO PORTADOR: *Marcio Alves Ferreira*

LOCAL: NOVA LIMA, MG DATA EMISSÃO: 18/08/2011

ASSINATURA DO EMISSOR: *Oliveira Santiago Maciel* 84008810950
Chefe Detran / MG MG997934140

DETRAN - MG (MINAS GERAIS)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 469449265

PROIBIDO PLASTIFICAR 469449265

Radio Comunitaria Nova Lima FM

Relatório de Programação

Segunda a Sexta-Feira

07:00 – 08:00 Geração Gospel (Palavra de Deus sem denominação de Igreja)
 08:00 – 12:00 Bom Dia Nova Lima (entrevista, jornalismo, participação do ouvinte)
 12:00 – 14:00 almoçando com Musica (momento de relaxamento para o almoço)
 14:00 – 18:00 Tarde legal (participação do ouvinte, musica, entrevista com artistas locais, etc)
 18:00 – 19:00 Nova Lima Esportes (Futebol amador, especializado e o Time Profissional da cidade)
 19:00 – 20:00 A Voz do Brasil
 20:00 – 23:00 Embalos da Noite

Somente as Segundas Feiras

20:00 – 22:00 Risoterapia (humor inteligente com participação do ouvinte)

Somente as Quintas-feiras

15:00 – 16:30 Cuidando do Planeta (voltado a educação do meio Ambiente, part. do ouvinte, entrevista , etc)

Sábado

08:00 – 12:00 Momento sertanejo (musicas de cantores conhecidos e independentes)
 12:00 – 13:00 almoçando com musica
 13:00 – 15:00 Tudo de bom (musica, participação do ouvinte, jornalismo)
 15:00 – 16:00 Microfonia (musica eletrônica, rap, entre outras)
 16:00 – 18:00 Estação 879 (Musica, entrevista, brindes, partic. Ouvinte, informação)
 18:00 – 19:00 Automatico (musicas em geral)
 19:00 – 23:00 Fim de noite (musicas da balada, entrevistas com artistas locais, informação, etc)

Emerson

Ad

R

Manoel

Luiz

Domingo

08:00 – 09:00 Domingo Maximo (parte 1) Musica, jornalismo, brindes
09:00 – 10:00 Transmissão da missa da igreja matriz
10:00 – 12:00 Domingo Maximo (parte2) Musica, jornalismo, brindes
12:00 – 14:00 Reprise do risoterapia
14:00 – 15:00 automatico (Musicas em geral)
15:00 – 17:00 eletrocountrry (musicas de rodeios, informação)
17:00 – 19:00 domingo Especial (4 blocos de cantores diferentes)
19:00 – 21:00 top Hits (DJ, MC, musicas de baladas, part. ouvinte)

Avaliação : Avaliamos positivamente a programação devido a participação da comunidade e principalmente pelo conteúdo direcionado a nossa gente como o esporte, laser, alegria e a valorização do artista independente.

Nova Lima, 01 de dezembro de 2011.

Emerson
Luzff.



Nome	endereço	Identidade
Abner Brandão Almeida	Rua 3, 154	MG 12.490.816sspmg
Alex Sander Manoel	Av. pres. Kennedy, 355	MG 4.423.808 sspmg
Alisson souza Temoteo	Rua Tres, 77	M7.793.035 sspmg
Anderson De oliveira Pena	Rua Raimundo Marques de souza, 97	MG 14.114.220 sspmg
Andre Luis Santos Vieira	R. Barão de guaxupé, 77	11918502-3 IFP-RJ
Augusto Fabiano S.Bernardino	Rua São José, 128	MG 10.829.651sspmg
Carlos Alberto T. Moreira	Av. Bernardo Monteiro, 1440/401	MG 1.975.790 sspmg
Carlos Antonio Dias	Rua Severiano de Lima, 184	M 450.868 sspmg
Carolina Maria de M. Pimentel	Rua Jesus Othero, 59	MG 11.263.934 sspmg
Clever Ferreira	Rua Gand, 28	M 3.254.414 sspmg
Cristian jardim Andrade	Rua Chalmers,420	M 5.224.363sspmg
Daniel Marques de Araujo	Rua Jose de Oliveira, s/n	MG 17.853.368 sspmg
Janiela Flávia Pereira	R. Jesus Othero, 62B	M 9.301.066sspmg
Danilo Paulo de Jesus	Rua Liberato augusto, 33	MG 13.952.819 sspmg
Diogo Galdino Silva	R. Garimpo ,66	MG 13.378.374sspmg
Douglas Fernando C.Ferreira	Rua Agenor Lopes, 215	MG 16.434.859 sspmg
Douglas Wallace Viana	Rua Mineiro Joao de Paula Mendes,190	MG 15.876.120 sspmg
Edna Luzia Lopes	Rua Sabara, 105	342.872.306-63
Elcio Do Carmo	Travessa Aristides Martins, 54	MG 4.110.467 sspmg
Elisangela Patricia Moreira	R. Oswaldo Cruz, 32	MG 10.439.009sspmg
Emerson Cardoso Gonçalves	Rua Bauxita, 112	MG 6.003.169 sspmg
Fabricio Raphael	Rua Guatemala, 54	MG 10.588.975 sspmg
Gabriel Nazario de Lima Silva	R N.Sra. Das Graças, 17	MG 16.316.698 sspmg
Geiziele Terezinha Pires	Rua Dona Margarida Cassemiro, 57	MG 13.282.220 sspmg
Geraldo Rosa do Nascimento	travessa da Pedreira, 177	M 5.032.827 sspmg
Gilson Divino Ferreira	rua Pe Eustáquio, 171	M. 3.003.941 sspmg
Giordan Oliveira Barbosa	Rua Antonio Jardim, 80	MG 14.790.662 sspmg
Gleison Peixoto	Rua São Sebastião, 98	MG 12.749.952 sspmg
Graciele Silva	Rua Albertina Lopes Guimaraes , 162	MG 13.031.207 sspmg
Hugo Resende	Rua Guatemala, 86	M 1.175.990 sspmg
Isaac Tavares de Andrade	Rua O, s/n	M 4.865.710 sspmg
Itamar Urias F. Alves	Rua Garura, 91	MG 13.690.530 sspmg
Joao Carlos dos Santos	Rua Presidente Antonio Carlos, 180	M 5.888.958 sspmg
Joao Pulquerio Filho	R Margem da Linha, 533	M 865.938 sspmg
Jorge Fabiano F. Silva	Rua rio São Francisco, 290	MG 11.602.928 sspmg
Jose de Assumpção Lucena	Av. pres. Kennedy, 607	M 703.812 sspmg
Junio ambires de F. Pontes	Rua Apatita, 119	MG 14.145.730sspmg
Junio Jorge Silva	R. vila Maria, 211	M 6.015.393 sspmg
Lidiane Cristina de Oliveira	R. laudelino vicente silva, 101	MG 12.318.165 sspmg
Luidy Perez Araujo	R. maranhao, 44	MG 15.369.258 sspmg
Luis Carlos Oliveira Sotero	Rua Santo Antonio, 287	MG 13.680.953 sspmg
Lusimar da Cruz	Avenida Rio das Velhas, 283	M 4.927.025 sspmg
Marcio alves Ferreira	Rua Alvarenga Peixoto, 132	M 4.874.775 sspmg
Marcio Gleison souza	R. Uberaba, 52 a	MG 11.525.836 sspmg
Marcus Vinicius F. Da Costa	Rua Contagem, 307	MG 12.868.997 sspmg

M. 009 G
Fls.: 32
Rúbrica: ~
SS - 8

Margarida R.C.Sacramento	Rua Prof. Aldo Zanini, 125	MG 12.812.307 sspmg
Paulo Rodrigues Brandão	Rua Belmiro silveira, 76	MG 11.298.170 sspmg
Reinaldo Dias Duarte	Travessa do Cascalho, 77	MG 10.995.579 sspmg
robson Rodrigues Reis	Alamenda Lindolfo Nunes , 77	M 7.543.612 sspmg
Rodrigo Antonio M. Ferreira	Rua 21 de Abril, 129	MG 10.326.539 sspmg
Rodrigo Silveira	Rua Gonçalves Dias, 248	M 12.917.520 sspmg
Rogério Lopes	Av. Esmeraldas, 347	MG 4.978.215 sspmg
Ronaldo Jose de Oliveira	Rua Primeiro de Maio, 49	M 2.552.702 sspmg
Ronei Martins Aristides	Rua vitoria, 105	MG 13.735.960 sspmg
Rosangela Perazoli	Rua Herculino Pessoa, s/n	M 3.347.274 sspmg
Sander José Gonçalves	R. Amadeu Moreira, 06	M 3.760.226 sspmg
Sanderson José Ragonezi	Rua Tiradentes, 120	M 2.719.247 sspmg
Sergio de Oliveira Vieira	Rua Jose Moreira, 212	MG 13.361.640 sspmg
Silvio Barbosa Ramos	Rua do Contorno, 101	MG 12.297.551 sspmg
Wagner Rodrigues Reis	Alamenda Lindolfo Nunes , 77	M 7.543.442 sspmg
Wellington do Carmo	Rua Herculano Pessoa, 311	M 14.838.727 sspmg
Wesley Lelahel F. Alves	Rua Eric Davies, 94	M 5.977.348 sspmg

LAUDO DE ENSAIO

M. 000 Co
Fls.: 33
W. Rúbrica: ~
0055 - 5

1 - INTERESSADA:

- a) Nome: Associação Comunitária Nova Lima FM.
- b) Endereço: Rua Marquês de Sapucaí, 29 - Sala 305.
CEP: 34.000-000 - Nova Lima/MG

2 - NECESSIDADE DO LAUDO DE ENSAIO:

- a) Motivo: Renovação de outorga.
- b) Endereço onde foi realizado: Rua Marquês de Sapucaí, 29 - Sala 305.
CEP: 34.000-000 - Nova Lima/MG
- c) Data da realização: 13/01/2012

3 - FABRICANTE DO TRANSMISSOR:

- a) Nome: MONTEL – Sistemas de Comunicação Ltda..
- b) Modelo: MTFM 98
- c) Endereço: Rua João de Paula Franco, 469 – Jardim Marabá
São Paulo/SP

4 - FUNÇÃO DO TRANSMISSOR:

PRINCIPAL

in

M. 800 Co
Fts.: 34
Lu. Ribeiro: ~
CS - 8

5 - MEDICÕES:

a) Frequência:

- Nominal: 87,9 MHz
- Medida em ambiente normal: 87900.030,0 HZ
- Variação máxima de frequência na unidade osciladora após 60 minutos de estabilização em cada um dos extremos de temperatura (+10 C e +50 C): 5 Hz
- Resposta de audiofrequência, referente a 100 Hz, pré-ênfase 75 uS:

CANAL ESQUERDO ESTÉREO

F (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	
25% mod	-2,50	-2,40	-2,40	0,00	+6,20	+8,20	+10,30	+13,10	dB
50% mod	-2,30	-2,20	-2,10	0,00	+6,50	+8,40	+10,50	+13,50	dB
90% mod	-2,20	-2,10	-2,00	0,00	+6,90	+8,80	+10,80	+13,80	dB

CANAL DIREITO ESTÉREO

F (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	
25% mod	-2,40	-2,30	-2,30	0,00	+6,20	+8,10	+10,10	+13,00	dB
50% mod	-2,20	-2,10	-2,20	0,00	+6,40	+8,40	+10,30	+13,30	dB
90% mod	-2,00	-2,00	-2,00	0,00	+6,70	+8,60	+10,60	+13,70	dB

~

35
Rúbrica
085

b) Distorção Harmônica

CANAL ESQUERDO ESTÉREO

F (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	
25% mod	0,49	0,52	0,54	0,56	0,54	0,53	0,50	0,48	%
50% mod	0,50	0,52	0,55	0,57	0,55	0,52	0,50	0,49	%
90% mod	0,48	0,50	0,54	0,55	0,55	0,53	0,52	0,50	%

CANAL DIREITO ESTÉREO

F (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	
25% mod	0,50	0,52	0,54	0,55	0,54	0,52	0,50	0,49	%
50% mod	0,50	0,53	0,54	0,56	0,53	0,51	0,50	0,48	%
90% mod	0,49	0,52	0,54	0,55	0,53	0,52	0,50	0,48	%

c) Nível de ruído da portadora (FM) em relação a 90% de modulação, com
400 Hz: -60 dB

d) Nível de ruído da portadora (AM) em relação a 100 % de amplitude: -56 dB

e) Atenuação de harmônicos e espúrios: 58 dB (2 Harmônico)
62 dB (3 Harmônico)

W

- f) Potência de saída: 0,025 Kw – Medida através de Wattímetro acoplado á saída do transmissor.
- g) Potência incidente: 25,0 Watts
- h) Potência refletida: 1,0 Watts

6- INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTEREOFONIA

- a) Gerador de estéreo:

É parte integrante do transmissor

- b) Medições:

- Frequência de subportadora piloto:

Medida: 19.000 Hz

Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento, na temperatura ambiente: 1 Hz

- c) Limites das variações das porcentagens de modulação a portadora principal pela subportadora piloto: 9 %

7- INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA CANAL SECUNDÁRIOS:

Inexistentes

8 - OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR:

a) Placa de identificação:

Fabricante: Montel - Sistemas de Comunicação Ltda.

Modelo: MTFM 98

Série: 001247

b) Medidores de estágio final de RF:

- Corrente contínua de placa: sim
Escala: 0 - 5 A
- Tensão contínua de placa: sim
Escala: 0 - 50 V
- Potência incidente e refletida: sim
- Incidente: 25,00 W
- Refletida: 1,0 W

Escala: 0 - 100%

c) Existem tomadas de amostras de RF para medida de modulação e frequência: Sim

d) Existência de dispositivos de segurança do pessoal:

- De descargas de capacitores depois de desligada a alta tensão: O equipamento não possui fonte de alimentação de alta tensão.
- Gabinetes metálicos encerrando o transmissor com todas as partes expostas ao contato dos operadores interligados e conectados à terra: Sim
- Interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso as partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desligam essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas: O equipamento não possui tensões maiores que 350 Volts.

- Todos os ajustes em circuitos que operam com tensões superiores a 350 Volts são feitos externamente, com as tampas e portas fechadas: O equipamento não possui tensões superiores a 350 Volts.

e) Existência de dispositivos de proteção do transmissor:

Dispositivo de segurança para resfriamento forçado:

O equipamento possui dispositivo de segurança que impede seu funcionamento na falta de resfriamento: Sim

9 - **INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO:**

<u>EQUIPAMENTO</u>	<u>FABRICANTE</u>	<u>MODELO</u>	<u>SÉRIE</u>	<u>PRECISÃO</u>
FREQUENCÍMETRO	LINEAR	FC 1000	BF-087	2%
MULTÍMETRO	HIOKI	3007	218564	4%
ANAL.DISTORÇÃO	HP	334-A	36-00741	4%
MED.MODULAÇÃO	TFT	753	-	2%
OSCILADOR DE AUDIO	HEATHKIT	16-1272	-	1%
MED.INT.CAMPO	POTOMAC	FIM-71	-	2%
WATTIMETRO	BIRD	43	195751	2%

DECLARAÇÕES

a) DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO

“Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes destes laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de 10 folhas, todas numeradas e rubricadas, com a rubrica cu de que faço uso”

Nova Lima, 13 de janeiro de 2012.

Nome: Cândido Henrique Pereira de Freitas
C R E A : 25670/D
C P F : 271882726-20



ENG. CÂNDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS

PARECER CONCLUSIVO:

“Para os fins previstos no Inciso I da Portaria Ministerial num. 914, de 5 de setembro de 1978, Declaro que o transmissor de frequência modulada a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia a todas as normas vigentes e a ele aplicáveis”

Nova Lima, 13 de janeiro de 2012.



ENG. CÂNDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS

Nome: Cândido Henrique Pereira de Freitas.

CREA : 25670/D

• CPF : 271882726-20

DECLARAÇÃO DO INTERESSADO

“ Na qualidade de representante legal da Associação Comunitária Nova Lima FM, declaro que o Sr. Cândido Henrique Pereira de Freitas, esteve no endereço abaixo ensaiando o transmissor de frequência modulada fabricado por Montel - Sistemas de Comunicação Ltda, modelo MTFM 98, com potência nominal de 25,0 Watts .

Nova Lima, 13 de janeiro de 2012.



Representante Legal

- Local do ensaio:

Rua Marquês de Sapucaí, 29 - Sala 305.
CEP: 34.000-000 - Nova Lima/MG

- Nome do Representante Legal: Sanderson José Ragonezi.



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais

Via da Obra/Serviço

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
14201200000000422965



1. Responsável Técnico

CANDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS

Título profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA - ELETRONICA;

RNP: 1404867627

Registro: 04.0.0000025670

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM**

Logradouro: **RUA MARQUES DE SAPUCAI**

Complemento: **SALA 305**

Cidade: **NOVA LIMA**

Bairro: **CENTRO**

UF: **MG**

CNPJ: 02.727.039/0001-30

Nº: 000029

CEP: 34000000

Contrato:

Celebrado em:

Valor: **800,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA MARQUES DE SAPUCAI**

Complemento: **SALA 305**

Cidade: **NOVA LIMA**

Bairro: **CENTRO**

UF: **MG**

Nº: 000029

CEP: 34000000

Data de início: **12/01/2012** Previsão de término: **13/01/2012**

Finalidade: **CULTURAL**

Proprietário: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM**

CNPJ: 02.727.039/0001-30

4. Atividade Técnica

1 - ASSESSORIA

Quantidade: Unidade:

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIOFUSAO

25.00

W

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

6. Declarações

7. Entidade de Classe

AMPEA-ASSOC. MEDIO PARA OPEBA DE PROFIS. ENG., A

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Candido Henrique Pereira de Freitas de *12/01/2012*

CANDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS RNP: 1404867627

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM CNPJ: 02.727.039/0001-30

Valor da ART: **33,00**

Registrada em: **12/01/2012**

Valor Pago: **33,00**

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confex.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

ÁREA DE ATUAÇÃO: TELECOMUNICAÇÃO,



www.crea-mg.org.br | 0800.0312732

Nosso Número: **000000000411012**

Nova Lima, 03 de janeiro de 2012.

Obs:
A 4
M. Rom
C. S.

SOLICITAÇÃO

Eu, SANDERSON JOSÉ RAGONEZI, CPF 504.512.196-00, representante legal pela Radio comunitária Nova Lima FM, CNPJ 02.727.039/0001-30 situada a Rua Marques de Sapucaí, 29 sala 305 – Centro- Nova Lima – MG, venho através deste documento solicitar a ANATEL vistoria em caráter específico para efeitos de renovação da outorga de acordo com a disponibilidade da Agência Nacional de Telecomunicações.

Certo do solicitado,

Atenciosamente.


Sanderson Ragonezi
Presidente

AO



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

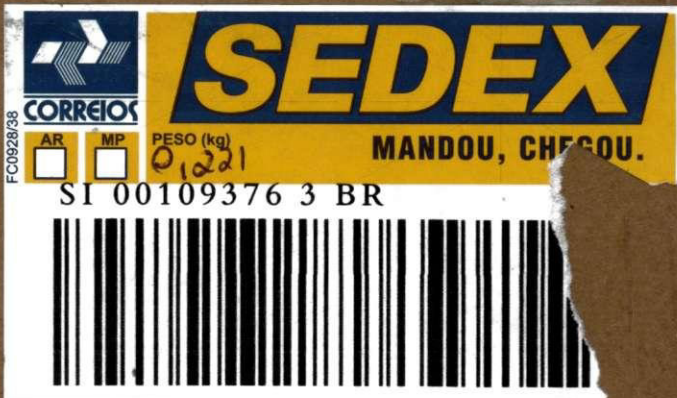
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE

DEPARTAMENTO DE OUTRGA

ELABORADA DOS MINISTÉRIOS

ED. ANEXO ALC OESTE SALA

70.044-900 - BRASÍLIA - DF



A COES

COMUNICAÇÃO E ELETRÔNICA

DE SERVIÇOS

BLOCO R.

DO (3º Andar.)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.058134/11

Localidade/UF:

Nova Lima/MG

Entidade: RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM

Aviso: 0

Publicação: 01/01/2000

Prazo: 01/01/2000

Canal:



Processo					
1.	A Entidade é uma:	Associação			
2.	Requerimento de Solicitação?	Sim			
fls.04					
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão?	Não			
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente?	Sim			
Estatuto Social (fls.10/20) Ata de Eleição (fls.21/22) devidamente registrados.					
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612?				
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República?				
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou				
8.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade?				
9.	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso?				
10.	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço da Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados?				
11.	Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)?	Sim			
fls. 09					
12.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundação	Mandato: 04 Anos		Validade: 27/08/2014	
	Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade
	Sanderson José Ragonezi	001.111.111-11	Presidente		
	Vânia Elizabeth Lacerda Pimenta	002.222.222-22	Vice Presidente		
	Cristiane Simpício	003.333.333-33	Secretária Geral		
	Emerson Cardoso Gonçalves	004.444.444-44	Diretor Financeiro		
Declaração técnica ? fls.07					
Certidão Negativa de Débito ? fls.08					

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.058134/11 Localidade/UF: Nova Lima/MG
Entidade: RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 01/01/2000 Canal:

Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao
Márcio Alves Ferreira	005.555.555-55	Diretor de Operações			
João Carlos dos Santos	006.666.666-66	Diretor Cult.Com.Social			
Rodrigo Moreira Ferreira	007.777.777-77	Diretor Patrimônio			

Relação contendo o nome dos associados ? fls.31/32

Relatório Conselho Comunitário ? fls. 29/30

Declarações ? fls.23

Declaração dirigentes/programação ? fls.24.

13. Conclusão da Análise

Em face da análise efetuada nos autos, em detrimento a Lei 9.612/98, bem como Norma nº 01/11, requer a entidade se cumpra as seguintes exigências elencadas abaixo:

- 1) Alteração Estatutária;
- 2) Certidões;
- 3) Declarações subitem 8.1 e alíneas da Norma nº 01/11;
- 4) Comprovante-residência.

É o relatório.

À Consideração Superior.


Lúcia Helena Magalhães Bueno Rosa
(Analista)


Lúcia Helena Magalhães Bueno Rosa
Chefe de Serviço
15/06/2012
RAC/CORAC/DEOC/SUE



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 0801/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.058134/2011
Processo de Outorga nº 53710.001053/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Rádio Comunitária Nova Lima FM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Nova Lima / MG**, conforme Portaria de autorização nº 199, publicada no D.O.U. de 09/12/1999 e Decreto Legislativo nº 239, publicado no D.O.U. de 28/06/2001.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação ao disposto no subitem 8.2, alínea “g” da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

“8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

(...)

g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente.”

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Livro “A” do Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com ao subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

IV. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 8.1, alínea “g”, da Norma nº 01/2011;

V. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "f.1", da Norma nº 01/2011;

VI. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f.2", da Norma nº 01/2011;

VII. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "k" da Norma nº 01/2011;

VIII. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.

Brasília, 14 de março de 2013.


NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 080/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 15 de março de 2013.


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6281



Ofício nº 988 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 15 de março de 2013.

Ao Senhor

SANDERSON JOSÉ RAGONEZI

Representante Legal da Rádio Comunitária Nova Lima FM

Rua Marques de Sapucaí, nº 29 – Sala 305

34.000-000 Nova Lima – MG

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.058134/11.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.058134/2011**, na localidade de **Nova Lima / MG**, no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **0801/2013**, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281



Ofício nº 988 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 15 de março de 2013.

Ao Senhor

SANDERSON JOSÉ RAGONEZI

Representante Legal da Rádio Comunitária Nova Lima FM

Rua Marques de Sapucaí, nº 29 – Sala 305

34.000-000 Nova Lima – MG



Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.058134/11.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.058134/2011**, na localidade de **Nova Lima / MG**, no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **0801/2013**, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 0801/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.058134/2011
Processo de Outorga nº 53710.001053/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Rádio Comunitária Nova Lima FM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Nova Lima / MG**, conforme Portaria de autorização nº 199, publicada no D.O.U. de 09/12/1999 e Decreto Legislativo nº 239, publicado no D.O.U. de 28/06/2001.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação ao disposto no subitem 8.2, alínea “g” da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

“8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

(...)

g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente.”

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Livro “A” do Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com ao subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

IV. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 8.1, alínea “g”, da Norma nº 01/2011;

nf/CGRC

V. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com o subitem 8.1, alínea "f.1", da Norma nº 01/2011;

VI. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f.2", da Norma nº 01/2011;

VII. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "k" da Norma nº 01/2011;

VIII. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.


À consideração superior.

Brasília, 14 de março de 2013.


NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0801/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 15 de março de 2013.


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária


nf/53000.058134/11/CGRC

NÃO PROCURADO

Ministério das Comunicações - SC
Fls. 5
Rubrica



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

Nº _____ U RAZÃO SOCIAL _____		Of. 988 /2013/CGRC/SCE-MC 53000.058134/11		
ENDEREÇO / ADRESSE _____		SANDERSON JOSÉ RAGONEZI RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM RUA MARQUES DE SAPUCAI, Nº 29 -- SALA 305 34.000-000 NOVA LIMA -- MG		
CEP / CODE POSTAL _____				
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION _____			NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR _____		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION _____		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR _____				
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR _____		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT _____		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO				
75240203-0		FC0463 / 16		114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

RQ 23411651 6 BR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

25/03/13

26/03/13

27/03/13

15 : 10 h

15 : 10 h

15 : 00 h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME QUE

ENDEREÇO

CIDADE / L

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

UF

BRASIL

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação -Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3 º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 1913 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 25 de abril de 2013.

Ao Senhor
SANDERSON JOSÉ RAGONEZI
Representante Legal da Rádio Comunitária Nova Lima FM
Rua Tiradentes, 120
34.000-000 Nova Lima – MG

Assunto: **Encaminhamento de Ofício Devolvido pelos Correios / Processo nº 53000.058134/2011 (Processo de Renovação).**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos em anexo o ofício nº 988, de 15/03/2013 e a Nota Técnica nº 801/2013, devolvidos pelos correios pelo seguinte motivo: “Não Procurado”.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pedido de renovação será indeferido.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281



Ofício nº 988 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 15 de março de 2013.

Ao Senhor

SANDERSON JOSÉ RAGONEZI

Representante Legal da Rádio Comunitária Nova Lima FM

Rua Marques de Sapucaí, nº 29 – Sala 305

34.000-000 Nova Lima – MG

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.058134/11.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.058134/2011**, na localidade de **Nova Lima / MG**, no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **0801/2013**, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 0801/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.058134/2011
Processo de Outorga nº 53710.001053/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Rádio Comunitária Nova Lima FM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Nova Lima / MG**, conforme Portaria de autorização nº 199, publicada no D.O.U. de 09/12/1999 e Decreto Legislativo nº 239, publicado no D.O.U. de 28/06/2001.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação ao disposto no subitem 8.2, alínea “g” da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

“8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

(...)

g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente.”

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Livro “A” do Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com ao subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

IV. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 8.1, alínea “g”, da Norma nº 01/2011;

nf/CGRC

V. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com o subitem 8.1, alínea "f.1", da Norma nº 01/2011;

VI. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f.2", da Norma nº 01/2011;



VII. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "k" da Norma nº 01/2011;

VIII. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.

Brasília, 14 de março de 2013.


NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0801/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 15 de março de 2013.


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

nf/53000.058134/11/CGRC

NOME / RAZÃO SC		Of. 1913 /2013/CGRC/SCE-MC		
ENDEREÇO / ADI		53000.058134/11		
CEP / CODE POSTAL		SANDERSON JOSÉ RAGONEZI RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM RUA TIRADENTES, 120 34.000-000 NOVA LIMA – MG		
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION			NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION	
		09/05/13		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR				
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS				

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

RA 10286077 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

EN

CII

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--



72

Rua Marques de Sapucaí, 29 sala 305 – Centro – Nova Lima – MG 3581-2005

Nova Lima, 08 de junho de 2013.

Ao Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de comunicação Eletrônica
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária
A/C Samir Amando Granja Nobre Maia

Assunto : Processo de renovação
Ref. : Ofício 1913/2013/CGRC/SCE-MC



Prezado Coordenador,

No dia 09 de maio de 2013, recebemos ofício encaminhado pela Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária de número 1913/2013/CGRC/SCE-MC através de AR nº RA102860773BR e em anexo ofício de número 988/2013/CGRC/SCE-MC de 15 de março de 2013 e gostaríamos de esclarecer :

1 – NÃO recebemos nenhuma comunicação dos correios referente a busca, entrega de qualquer documento ou solicitação do MC, conforme citado como “não procurado”. Todas as solicitações feitas por este respeitável ministério sempre foi e será atendido em tempo hábil pela Radio Comunitária Nova Lima FM.

2 - Segue anexo TODAS as solicitações feitas por esta coordenação :

- 1- Alteração do Estatuto.
- 2- Declarações dos diretores e seus respectivos documentos
- 3 – Certidões da emissora.
- 4 – Comprovação de idoneidade dos diretores

Certo da atenção do nobre coordenador.


Att.
Sanderson Jose Ragonezi
Presidente

Nº proc.: 53000.058134/11

Seane
130

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.727.039/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 23/07/1998
NOME EMPRESARIAL RADIO COMUNITARIA NOVA LIMA/FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO NOVA LIMA/FM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - FUNDACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R MARQUES DE SAPUCAI	NÚMERO 29	COMPLEMENTO SALA 305	
CEP 34.000-000	BAIRRO/DISTRITO BONFIM	MUNICÍPIO NOVA LIMA	UF MG
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **07/12/2012** às **17:19:33** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

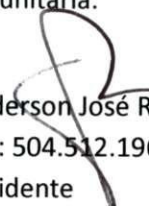
[Voltar](#)


ANEXO 4


DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA





Nós, na qualidade de dirigentes da RADIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do regulamento e das normas estabelecidas para o serviço de Radiodifusão comunitária.



Sanderson José Ragonezi
CPF : 504.512.196-00
Presidente



Ronaldo José de Oliveira
CPF : 428.157.116-72
Vice-Presidente


Anderson de Oliveira Pena
CPF: 073.820.436-65
Secretário Geral


Emerson Gonçalves Cardoso
CPF : 854.465.056-20
Diretor Financeiro


Marcio Alves Ferreira
CPF : 745.775.656-68
Diretor de Operações


João Carlos dos Santos
CPF : 011.841.736-30
Diretor cultural e de comunicação


Rodrigo Antonio Moreira Ferreira
CPF : 068.149.546-48
Diretor de Patrimônio

Endereço para correspondência : Rua Marques de Sapucaí, 29 sala 305, Nova Lima, MG,
34.000-000.

Telefone de contato : 0 xx (31) 3541-4842 / 0 (31) 86340617 / 0 xx (31) 3581-2005

Correio eletrônico : diretoria@novalimafm.com.br

Nova Lima, 27 de maio 2013.

2ª Alteração no estatuto da Rádio Comunitária Nova Lima FM



"É livre a expressão da atividade intelectual artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença". (Item IX, Art. 5º - Constituição Brasileira)

Capítulo Primeiro

DOS OBJETIVOS DA ENTIDADE E DIREITOS DAS COMUNIDADES ENVOLVIDAS

Art. 1º - A Rádio Comunitária Nova Lima FM, fundada em 01/06/1998, com sede a rua Marques de Sapucaí, 29/305 - Bonfim -34.000-000 em Nova Lima - MG é Uma Associação de fins não econômicos, entidade civil de objetivos culturais, apartidária e democrática, com prazo de duração indeterminado.

Art. 2º - A Rádio Comunitária Nova Lima FM tem por finalidade:

- a) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do Direito de comunicar.
- b) Dar oportunidade à difusão das idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas.
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse;
- e) Promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;
- f) Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos;
- g) Organizar arquivo público com registro sonoro, fonográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na comunidade ou de interesse geral;

LEAO

Amfemin

2



- h) Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários.
- i) Executar o Serviço de Radiodifusão comunitária, conforme a legislação vigente.

Art. 3º - Poderá agregar-se às atividades da Associação qualquer pessoa, independente de cor, raça sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição desde que concorde com o disposto neste estatuto.

Art. 4º - São direitos e deveres dos associados:

- a) ter voz e voto nas assembléias da Entidade;
- b) Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito à Diretoria Executiva, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião de Diretoria;
- c) Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela Entidade ou através de convênios.
- d) Estar em dia com suas obrigações estatutárias.
- e) Colaborar para a completa realização da finalidade da entidade.

Art. 5º - Para ser considerado associado da Rádio Comunitária Nova Lima FM será necessário ser morador (no caso de pessoa física) ou ter sede (no caso entidades) nas áreas atingidas pela transmissão. Somente serão aceitas como filiadas as Entidades da Sociedade Civil sem fins lucrativos.

Parágrafo 1º - A pessoa ou entidade que faltar a duas AGO sem justificativa ou não se fizerem presentes nas AGE ocorridas neste período, serão convocados pela Diretoria Executiva, para justificar sua ausência. Caberá à Direção, por maioria absoluta, decidir ou não a continuidade dos faltosos no seu Quadro Social.

Parágrafo 2º - Uma vez afastado, seu reingresso somente poderá ocorrer a partir de um pedido por escrito á diretoria, que poderá ou não aprovar. O reingresso não poderá ocorrer antes de seis meses de afastamento.

Parágrafo 3º - Não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados.

Capítulo Segundo**ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE**

Art. 6º - São órgãos da Rádio Comunitária Nova Lima FM Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho comunitário e Conselho Fiscal.

Art. 7º - A Assembleia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no primeiro trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela Diretoria Executiva, aprovação do plano ação anual, homologação da composição do Conselho Comunitário e discussão de assuntos gerais da Entidade e/ou das comunidades envolvidas.

Parágrafo 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Comunitário ou por 1/5 dos associados em dia com suas obrigações estatutárias, através de abaixo-assinado. a convocação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo, oito dias, através de edital afixado na sede e estúdios da entidade, com divulgação de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, e por publicação em jornal ou revista de circulação local ou por panfletagem ampla nas comunidades envolvidas e fixação de cartazes convocatórios nas principais casas comerciais, onde constarão o dia, o local, horário e pauta da reunião.

Parágrafo 2º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de associados presentes.

Art. 8º - A Diretoria Executiva reunir-se-á a cada dois meses, em data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente sempre que convocada pelo presidente ou secretário, pelo Conselho Comunitário ou por 1/5 dos membros da Executiva.

Art. 9º - A Diretoria Executiva será eleita juntamente com o conselho fiscal para mandato de quatro anos, em AGE convocada para este fim através de votação aberta nas chapas inscritas.

Parágrafo 1º- A AGE com fim eleitoral deverá ser convocada com antecedência mínima de trinta dias, utilizando-se os mesmos meios de divulgação previstos no Art. 7º, parágrafo 1º;

Parágrafo 2º - A inscrição das chapas deverá ser feita até quinze dias

Barro
[Assinatura]

[Assinatura]



antes da data marcada para a realização da AGE, mediante apresentação de pedido por escrito à Comissão Eleitoral;

Parágrafo 3º - somente poderão votar e serem votados os associados que tenham pelo menos seis meses de filiação e estejam em dia com suas obrigações estatutárias.

Parágrafo 4º - Quaisquer pedidos de impugnação de chapas ou recursos serão julgados pela própria AGE.

Parágrafo 5º - Fica Liberada a reeleição de seus membros individualmente ou em grupo.

Art. 10º - A Diretoria Executiva será composta por 7 (sete) componentes e que seus dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e deverão manter residência na área da comunidade atendida, conforme segue descrição dos cargos:

Presidente

Vice-Presidente

Secretário Geral

Diretor Financeiro

Diretor de Operações

Diretor Cultural e de Comunicação Social

Diretor de Patrimônio.

Parágrafo 1º - Havendo vacância no cargo titular o vice assume imediatamente. Os cargos titulares devem estar sempre preenchidos.

Parágrafo 2º - A vacância será caracterizada pela ausência do diretor a duas reuniões ordinárias consecutivas ou três alternadas sem justificativa aceita pelo coletivo, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicado por escrito.

Art. 11º - A Diretoria Executiva poderá ser substituída no todo ou em parte pela AGE convocada com este fim específico, nas formas do Art.7º, parágrafo 1º, nos casos de incúria ou nos casos comprovados de atitude, ato ou omissão que comprometa os objetivos da entidade, o desvirtue suas finalidades estatutárias. No caso de substituição total da Diretoria, será eleita uma Comissão Diretora Provisória, composta por três sócios que administrará a Entidade até a eleição da nova diretoria, nos moldes do Art. 9º, deste Estatuto.

Handwritten signature and initials, including the word 'Voto' and a large stylized signature.



Art. 12º - O Conselho Fiscal será constituído por treis membros efetivos e um suplente e será coordenado por um Presidente e um Secretário.

Parágrafo Único - O mandato do conselho Fiscal será de igual duração ao da Diretoria Executiva.

Art. 13º - O conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente para apreciar e aprovar ou não, os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da entidade.

Parágrafo 1º - Os pareceres e as deliberações do conselho Fiscal serão registradas em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinada por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos;

Parágrafo 2º - Os membros suplentes poderão, obedecida a ordem de súplica, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

Art. 14º - O Conselho Comunitário será constituído por, no mínimo, cinco representantes da comunidade local ou da área urbana da localidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da lei nº 9.612, de 1998.

Parágrafo 1º - E de responsabilidade da entidade manter disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do conselho comunitário.

Art. 15º - Fica a cargo do conselho comunitário :

- a) analisar a dinâmica e perfil das atividades implementadas pela Diretoria, verificando a sua adequação às metas estabelecidas;
- b) Aprovação da programação da Emissora.
- c) Envio ao ministério das comunicações anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, a atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

LEAO
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Art. 16º - A alteração do presente estatuto e ou destituição dos administradores serão tratadas em assembléia especialmente convocada para esse fim, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

Capítulo Terceiro

ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 17º - Caberá à Diretoria Executiva, coletivamente

a) Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos definidos em AG;

b) Convocar as AG;

c) Indicar um de seus membros ou um dos associados para representar a Entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do presidente ou nos casos que julgar conveniente;

d) Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos;

e) Prestar contas bimestralmente ao Conselho Comunitário e anualmente à AGO, ou quando solicitado pela AG;

f) Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remuneração;

g) Autorizar a aquisição de equipamentos;

h) efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da Entidade;

i) Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implementados e/ou administrados pela Entidade.

Art. 18º -Caberá a cada diretor, individualmente:

a) Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas;

b) Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;

c) Representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;

d) Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

Art. 19º - Caberá ao Presidente:



- a) Convocar e coordenar as reuniões de Diretoria e Assembléia Geral;
- b) Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidade em geral;
- c) Responder em juízo pela Entidade;
- d) Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;
- e) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os balancetes e os cheques para pagamento das despesas em geral.

Art. 20º - Caberá ao Vice-Presidente:

- a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- b) Substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- c) Substituir o Diretor de Patrimônio, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto.

Art. 21º - Caberá ao Secretário Geral

- a) Secretariar as reuniões de diretoria e as sessões de AG, lavrar e assinar, juntamente com o Presidente, as respectivas atas;
- b) Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-os juntamente com o Presidente;
- c) Manter o cadastro de associados atualizado;
- d) Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos funcionários da Entidade.

Art. 22º - Caberá ao Diretor Financeiro :

- a) Manter sob seu controle toda a movimentação financeira da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar os balancetes à Diretoria;
- d) Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques para pagamento das contas diversas da Entidade.

Art. 23º - Caberá ao Diretor de Operações:



- a) Participar ativamente das reuniões de Diretoria, contribuindo com as suas funções coletivas;
- b) Implementar e supervisionar a programação, respondendo pela qualidade operacional das transmissões

Art. 24º - Caberá ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

- a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções Coletivas;
- b) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;
- c) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da Entidade;
- d) Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este estatuto, regimentos internos e outros.

Art. 25º - Caberá ao Diretor de Patrimônio:

- a) Manter sob seu controle todo os patrimônios da Entidade, quer sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes, publicações em geral;
- b) Implementar o arquivo histórico da Entidade.

Art. 26º - O quorum mínimo para decisão nas reuniões da Diretoria executiva é de seis membros (50% mais um) ,. Em caso de empate nos processos de votação o assunto deverá ser remetido à próxima reunião - ordinária ou extraordinária - onde tentar-se-á a solução do impasse.

Capítulo Quarto

Receitas e Despesas

Art. 27º - A receita da Entidade advirá:

- a) Da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;
- b) Da contribuição mensal dos associados;



c) De verbas provenientes de subsídios oficiais;

d) De patrocínios do comércio local;

e) De campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim.

Parágrafo 1º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da Entidade;

Parágrafo 2º - Todas as doações serão analisadas pela Diretoria Executiva que poderá aceitá-las ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior;

Parágrafo 3º - Será garantido aos doadores que o desejarem o sigilo de identificação, que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria Executiva, após solicitação por escrito, ou por força judicial.

Art. 28º - As despesas da Entidade podem ser:

a) Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis, compra de equipamentos, discos, fitas, CD's e outros;

b) Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalações, a título de pró-labore;'

c) Patrocínios a projetos ou atividades com fins comunitários.

Parágrafo 1º - Nenhum membro da Diretoria poderá ser remunerado, com exceção do Diretor de Operações que, a critério da Diretoria, poderá receber pró-labore, caso se faça necessário sua profissionalização;

Parágrafo 2º - A contratação e demissão dos funcionários dependerá de aprovação da maioria absoluta da Diretoria Executiva;

Parágrafo 3º - Os sócios não respondem pelas obrigações sociais.

Capítulo Quinto

PROGRAMAÇÃO MÍNIMA

Art. 29º - Minimamente, a programação deverá constar de:

a) Espaço garantido aos segmentos organizados da sociedade para divulgação de seus trabalhos e reivindicações, observada apenas a adequação de horário na programação;

LEAO



b) Reserva de espaço semanal para programação rotativa de programas produzidos por pessoas das comunidades, dentro das especificações técnicas definidas pelo Diretor de Programação. Esse espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;

c) Proibição de uso de qualquer espaço com fins político-partidários, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo convite deverá ser feito pela Associação, por escrito a todos e protocolado. A exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da lei;

Proibição de uso de qualquer espaço com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação de espaço deverá ser feita por escrito à Diretoria.

Capítulo Sexto

Dissolução

Art. 30º - A dissolução desta Entidade ocorrerá apenas por decisão de AG convocada conforme o previsto no Art. 7º, Parágrafo 1º deste Estatuto;

Parágrafo 1º - Ponto de pauta obrigatório na AG convocada para a dissolução da Entidade deverá ser a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal, até a data da Assembléia;

Parágrafo 2º - O patrimônio da Entidade deverá ser doado a outras entidades de atividades, afins, sempre de caráter comunitário e sem fins lucrativos, entidades estas a serem definidas pela Assembléia;

Parágrafo 3º - Caso haja dividas na data da dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo doado o saldo conforme previsto no Parágrafo 1º deste Artigo.

Capítulo Sétimo

Disposições Transitórias

Art. 31º - Caberá a Assembléia de Fundação eleger uma Diretoria Provisória, com mandato de quatro anos, cabendo a essa Diretoria:

a) Registrar o presente Estatuto, na forma da lei;

b) Estabelecer um plano de metas para os primeiros seis anos de existência da Entidade;

Reg. Tít. e Doc. e P. Jurídicas
Averbação ao Registro

- - 06 - - 4052



- c) Organizar o cadastro de associados;
- d) Montar a emissora de radiodifusão;
- e) Associar a rádio à entidade estadual ou distrital de radiodifusão comunitária;
- f) Manter intercâmbio com a ABRAÇO e outras entidades de radiodifusão comunitária existentes no Brasil e/ou em outros países.

Nova Lima, 23 de maio de 2013.

Sanzenow José Abonezi
Mário Alves Ferreira
João Batista da Silva

DOCTOS. E PESS. JÚR. NOVA LIMA, MG

Selo de Fiscalização

ARQUIVAMENTO AYN 39426

ARQUIVAMENTO AYN 39425

ARQUIVAMENTO AYN 39424

ARQUIVAMENTO AYN 39423

ARQUIVAMENTO AYN 39422

ARQUIVAMENTO AYN 39421

ARQUIVAMENTO AYN 39420

ARQUIVAMENTO AYN 39419

ARQUIVAMENTO AYN 39418

ARQUIVAMENTO AYN 39417

ARQUIVAMENTO AYN 39416

ARQUIVAMENTO AYN 39415

DOCTOS. E PESS. JÚR. NOVA LIMA, MG

DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

Oficial Gustavo Machado de Faria

Emolumentos Registrado, nesta data: Averbação Registro 4052

R\$ 127,03 Livro A97, fls. 64/39

Nova Lima, 04/05/2013

Oficial

TFJ

R\$ 41,88

Total

R\$ 168,91

Shopping Pádua - Loja 23 - Avenida MG-31, 2255 - Pádua - Nova Lima - MG - CEP 34.000-000 Tel (31) 3527-8361

Volume de Processo Digitalizado (0068016) SEI 53000.058134/2011-47 / pg. 81

Nova Lima, 21 de maio de 2013.



DECLARAÇÃO

Eu, SANDERSON JOSÉ RAGONEZI, CPF 504.512.196-00, na qualidade de representante legal da RÁDIO COMUNITARIA NOVA LIMA FM, declaro para os devidos fins que :

A Entidade , não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea F2, da norma nº 01/2011.

Certo do declarado,

Atenciosamente.

Sanderson José Ragonezi
Presidente

Nova Lima, 21 de maio de 2013.



DECLARAÇÃO

Eu, SANDERSON JOSÉ RAGONEZI, CPF 504.512.196-00, na qualidade de representante legal da RÁDIO COMUNITARIA NOVA LIMA FM, declaro para os devidos fins que :

Todos os dirigentes da entidade residem na área da comunidade atendida pela estação, de acordo ao subitem 8.1, alínea F1, da norma nº 01/2011.

Certo do declarado,

Atenciosamente.

Sanderson José Ragonezi
Presidente



Secretaria Municipal da Fazenda
Departamento de Rendas Mobiliárias

Prefeitura Municipal de Nova Lima

Estado de Minas Gerais
CNPJ: 22.934.889 / 0001 - 17



Certidão Negativa de Débitos Municipais

Validade da certidão: **14/08/2013**

Dados da Pessoa Física/ Jurídica:

Inscrição Municipal..... : **1/358/01563**
Nome Contribuinte : **RADIO COMUNITARIA NOVA LIMA /FM**
Pessoa..... : **Jurídica**
CNPJ : **02.727.039/0001-30**
Endereço do Contribuinte..... : **RUA MARQUES DE SAPUCAI, 29 - SALA 305 - - NOVA LIMA - 34.000-000 - MG**

Descrição da Atividade:

SERVICO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA

Certidão nº: 04641/2013

Controle de Autenticidade: **211CAF86-0BA0-43FB-A359-9889A49E4D43**

Certificamos que inexistente débito impeditivo a expedição desta certidão para a Inscrição Municipal acima mencionada; referente ao tributo: **ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza** e/ou **TLL – Taxa de Licença e Localização** e/ou **TFF - Taxa de Fiscalização e Funcionamento**; ressalvado a Fazenda Pública Municipal, o direito de cobrar quaisquer débitos que venham a ser apurados.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: **<http://www.novalima.mg.gov.br> / Portal Tributário da Fazenda.**

Obs: ***



Nova Lima, 16 de Maio de 2013

MÁRCIO ROSCOE FONSECA
FISCAL TRIBUTÁRIO
Mat. 09272

Assinatura do Fiscal Tributário

Luiz Felipe V. Figueiredo
Mat. 11.670
Assinatura da Chefia

- **Sede** - Praça Bernardino de Lima, 80 - Centro - Nova Lima / MG, 34.000-000
Telefones: (31) 3541.4345 // Fax: (31) 3541.4374
- **Regional Noroeste** - Avn Mississipir, 1390, Jardim Canadá, Nova Lima / MG - 34.000.000
Telefone: (31) 3581.1982 // Fax: (31) 3581.3204



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO COMUNITARIA NOVA LIMA/FM
CNPJ: 02.727.039/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 15:48:06 do dia 24/05/2013 <hora e data de Brasília>.
Válida até 20/11/2013.

Código de controle da certidão: **9FDE.AC2D.097E.337F**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE
TERCEIROS

Nº 001402013-11001039

Nome: RADIO COMUNITARIA NOVA LIMA/FM

CNPJ: 02.727.039/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 27/05/2013.

Válida até 23/11/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 02727039/0001-30
Razão Social: RADIO COMUNITARIA NOVA LIMA FM
Nome Fantasia: RADIO NOVA LIMA FM
Endereço: RUA MARQUES DE SAPUCAI 29 / BONFIM / NOVA LIMA / MG / 34000-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.


O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/05/2013 a 21/06/2013

Certificação Número: 2013052311304235898400

Informação obtida em 23/05/2013, às 13:14:11.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS
---	--

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 5px;"> CERTIDÃO EMITIDA EM: 17/05/2013 </div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 15/08/2013 </div>
---	---

NOME/NOME EMPRESARIAL: RADIO COMUNITARIA NOVA LIMA/FM		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 448156274.00-34	CNPJ/CPF: 02.727.039/0001-30	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: RUA MARQUES DE SAPUCAI		NÚMERO: 29
COMPLEMENTO: SL 305,	BAIRRO: CENTRO	CEP: 34000000
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: NOVA LIMA	UF: MG

Certificamos não haver débito de responsabilidade do interessado acima identificado, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual vir a constituir e cobrar novos créditos tributários que ainda não foram apurados ou lançados até esta data. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2013000024579481

Ministério das Comunicações - SCE

78

Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
 SANDERSON JOSE RAGONEZI

DATA DE NASCIMENTO
 19/03/64

Nº INSCRIÇÃO
 742896002/81

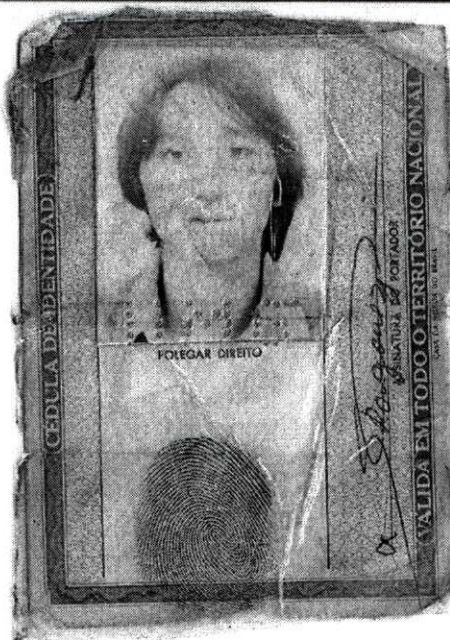
MUNICÍPIO / UF
 NOVA LIMA / MG

PRESELENTE DO TITULO

DATA DE EMISSÃO
 18/09/86

SEÇÃO
 0011

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DE MINAS GERAIS
 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME
 SANDERSON JOSE RAGONEZI

RG
 16.271.9247

NOME DO PAI
 LUIZ RAGONEZI FILHO

NOME DO MÃE
 MILDRED DE MELO RAGONEZI

DATA DE NASCIMENTO
 19/03/1964

LOCAL DE NASCIMENTO
 NOVA LIMA - MG

DATA DE EMISSÃO
 09/07/1981

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DEL-DVCA



FIXO

TELEMAR NORTE LESTE S/A
CNPJ: 33.000.118/0003-30 - INSC. ESTADUAL: 062.149964.00-47
AV AFONSO PENA, 4001 - BELO HORIZONTE - MG CEP: 30130-008
MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79

PAG.: 3/3

SANDERSON JOSE RAGONEZI
RUA TIRADENTES, 120
CENTRO
34000-000 NOVA LIMA-MG

SEQUENCIAL: 000078327 - 09

DATA DE EMISSAO 01/04/2013	TELEFONE/CONTRATO 3541-4894 0 4
CNPJ / CPF 00060451219500	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	VALOR A PAGAR R\$ 100,67
TIPO DE TERMINAL RESIDENCIAL	
COD. DEB. AUTOMATICO 891701280107	VENCIMENTO 11/04/2013
CODIGO DDD 31	

PLANO LOCAL:		HISTORICO DO CONSUMO DE MINUTOS:		03/13:	02/13:	01/13:		
		12/12:		11/12:	10/12:			
HA	DATA	DESCRICAO	TEL.ORIGEM	TEL.CHAMADO	HORARIO	DURACAO	TARIFA	VALOR

PROXIMO AO VALOR DO ITEM IDENTIFICA SERVICO REFATURADO, DESCONTO E/OU PARTICIPACAO EM PLANO PROMOCIONAL, CONFORME ABAIXO:
VD - VALOR COM DESCONTO

RA TELEMAR NORTE LESTE S/A NEST N. 00000112819/SERIE /SUB-SERIE

TELEFONE 06150 3541-4894 0 4

MESSAIS
26/03/2013 BLOQUEIO RETENCAO PARCIAL RES 01 A 30/03/13 15,00
15,00

LOCAIS
26/03/2013 CONSUMO MINUTOS 0:00 FRANQUIA 0:00 MINUTOS ALEM DA FRANQUIA 0:00 0,00
0,00

- SERVIÇOS MENSIS E EVENTUAIS
26/03/2013 ASS.01 VELOX RES 2M 28 A 28/02/13 502-9298 33,33% VD 6,99
26/03/2013 ASS.01 VELOX RES 2M 01 A 30/03/13 502-9298 33,33% VD 80,90
76,89
91,89

DO TELEFONE 06150 3541-4894 0 4

CALCULO IOM 91,89
22%
22,97 TOTAL NOTA FISCAL SERVICOS 91,89

RESERVADO AO FISCO

6a65.706e.428e.3ad2.f1ca.0735.feab.6ae1

JRA N.: 1700312046977 TELEMAR NORTE LESTE S/A - AV AFONSO PENA, 4001 - BELO HORIZONTE - MG CEP: 30130-008
CNPJ: 33.000.118/0003-30 - INSC. ESTADUAL: 062.149964.00-47

VALORES DO FIXO
TELEFONE 06150 3541-4894 0 4

15/03/2013 JUROS DE MORA CONTA 01/2013 1,12
15/03/2013 MULTA POR ATRASO DE PAGAMENTO CONTA 01/2013 1,12
26/03/2013 PARC TAXA HABILITACAO 01 VELOX 502-9298 06/10 23,85% VD 9,89

LEITANTE, ATÉ 24/05/13 SEM CONFIRMAR O PAGO DE CONTRATO DE INTERLOCUTORIA TOTALIZANDO R\$ 6,47, PAGUE SUA CONTA EM DIA E PENSAR DOS SERVIÇOS, CONFORME PREVISTO NA REGULAMENTAÇÃO ANATEL.

até o vencimento, você evita:
- taxa de multa de 2% - juros de 1% ao mês.
- não da prestação do serviço (parcial 30 dias e total 60 dias).
- de 90 dias de atraso, inclusão nos cadastros dos Serviços de Proteção ao
o (Serasa, SPC e similares) e cancelamento da linha com perda do número.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 15343952013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **SANDERSON*JOSE*RAGONEZI**, nacionalidade brasileira, filho(a) de LUIZ RAGONEZI FILHO e MILDRED DEL DUCA RAGONEZI, nascido(a) aos 19/03/1964, natural de JOAO MONLEVADE/MG, passaporte nº P 522385, Documento de identificação m2719247 SSP/MG, CPF 504.512.196-00.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 8:37 de 10/05/2013



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais,
Fiscais e JEF (Cível e Criminal)

Nº 218383

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

SANDERSON JOSE RAGONEZI, ou vinculado ao **CPF: 504.512.196-00**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;
 - Subseção Judiciária de Manhuaçu(MG) = Manhuaçu/MG;

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: SANDERSON JOSE RAGONEZI

Registro Geral: M - 2719247

Nome do Pai: LUIZ RAGONEZI FILHO

Nome da Mãe: MILDRED DEL-DUCA RAGONEZI

Data de Nascimento: 19/03/1964

Naturalidade: JOAO MONLEVADE / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA



ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 08 h. 40 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa qualificada.

Belo Horizonte, 10/05/2013

Autoridade Policial:

Drª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 7623720

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE NOVA LIMA
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

SANDERSON JOSE RAGONEZI

CPF: 50451219600 RG: 2719247/MG


DATA NASCIMENTO: 19/03/1964

PAI: LUIZ RAGONEZI FILHO

MÃE: MILDRED DEL DUCA RAGONEZI



NOVA LIMA, 15 de MAIO de 2013 - 16:46:27


WALISSON SAVIO VIOL
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM AUGUSTO DE LIMA
R. PEREIRA DE FREITAS, 163 BAIRRO: CENTRO CEP: 34000000
NOVA LIMA - MINAS GERAIS



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **SANDERSON JOSE RAGONEZI**
Inscrição: **074289600281** Zona: 194 Seção: 11
Município: 48950 - NOVA LIMA UF: MG
Data de Nascimento: 19/03/1964 Domiciliado desde: 15/04/1986
Filiação: MILDRED DEL DUCA RAGONEZI
LUIZ RAGONEZI FILHO

Certidão emitida às 20:36 de 11/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **TQ06.YABB.6H0S.FRBS**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

Ministério das Comunicações - SCS
Fis. 86
Rubrica



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	MG-10.326.539
DATA DE EXPEDIÇÃO	27/02/2004
NOME	RODRIGO ANTONIO MOREIRA FERREIRA
FILIAÇÃO	CARLOS ANTONIO FERREIRA SONIA MARIA MOREIRA FERREIRA
NATURALIDADE	NOVA LIMA-MG
DOC. ORIGEM	NASC. LV-91 FL-150
DATA DE NASCIMENTO	10/08/1982
NOVA LIMA-MG	
CPF	
PII-1285	IVETE WELCO BRAUNA
2.VIA	

TO VACINADO
BRASIL
LIVRE
DA RUBÉOLA

AMERICAN BANK NOTE



CDD NOVA LIMA MG
RODRIGO ANTONIO MOREIRA FERREIRA
R VINTE E UM DE ABRIL, 129
CASCALHO
34000-000 - NOVA LIMA - MG



7209034307 00986 00000000370 30 180313

Endereço Fiscal

RODRIGO ANTONIO MOREIRA FERREIRA
R VINTE E UM DE ABRIL, 129
CASCALHO
34000-000 - NOVA LIMA - MG

VENCIMENTO
25/03/13

VALOR
R\$ 81,15

"T.I.M." é marca dos serviços de telecomunicações do Grupo TIM no Brasil

Em função de ajustes sistêmicos, as chamadas locais realizadas no período de 27/02 a 06/03 não serão cobradas nesta fatura. A cobrança ocorrerá na sua próxima conta, com vencimento em 25/04.

Nº do Acesso: 31-9278-0775

	QUANTIDADE	Nº DIAS	TRIBUTOS	VALOR
01 MENSALIDADES E FRANQUIAS				48,86
02 1204 Bônus Cliente + de 3 anos	1	13	25% - ICMS	-45,50
03 1111 Bônus Cliente + de 3 anos	1	15	25% - ICMS	-54,64
04 Liberty +100 (085/POS/SMP)	1	28	25% - ICMS	149,00
05 PACOTES				
06 Pct 100min p/outras operadoras - 031-9278-0775(085/POS/SMP)	100			
	QUANTIDADE	DURAÇÃO/VOLUME	TRIBUTOS	VALOR
07 CHAMADAS DENTRO DA REDE TIM				0,00
08 Chamadas Locais para Celulares TIM	16	38m00s	25% - ICMS	0,00
09 Chamadas Locais para Outros Celulares	9	10m54s	25% - ICMS	0,00
10 USO DE SERVIÇOS TIM				0,79
11 TIM Torpedo	6		25% - ICMS	0,00
12 TIM Connect Fast	140	181,47 KB	25% - ICMS	0,00
13 Conteúdos e Downloads	1			0,79
14 OUTROS CRÉDITOS/DÉBITOS				31,50
15 JUROS: (VENC 25/01/13, PAGO EM 14/02/13)	1			0,49
16 MULTAS: (VENC 25/01/13, PAGO EM 14/02/13)	1			1,49
17 Parcelamento de Aparelho: 12x Fidelização	1			0,04
18 Parcelamento de Aparelho: 12x Fidelização	1			46,50

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: RODRIGO ANTONIO MOREIRA FERREIRA

Registro Geral: MG - 10326539

Nome do Pai: CARLOS ANTONIO FERREIRA

Nome da Mãe: SONIA MARIA MOREIRA FERREIRA

Data de Nascimento: 10/03/1982

Naturalidade: NOVA LIMA / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA



ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 11 h. 34 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa qualificada.

Belo Horizonte, 13/05/2013

Autoridade Policial:

Dr.ª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 7634954

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **RODRIGO ANTONIO MOREIRA FERREIRA**
Inscrição: **131838930281** Zona: 194 Seção: 14
Município: 48950 - NOVA LIMA UF: MG
Data de Nascimento: 10/03/1982 Domiciliado desde: 16/04/1998
Filiação: SONIA MARIA MOREIRA FERREIRA
CARLOS ANTONIO FERREIRA

Certidão emitida às 08:08 de 16/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **2E7P.D92F.R4LT.RVMP**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 15576422013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **RODRIGO*ANTONIO*MOREIRA*FERREIRA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de CARLOS ANTONIO FERREIRA e SONIA MARIA MOREIRA FERREIRA, nascido(a) aos 10/03/1982, natural de NOVA LIMA/MG, Documento de identificação mg 10326539 SSP/MG, CPF 068.149.546-48.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 11:39 de 13/05/2013



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais,
Fiscais e JEF (Cível e Criminal)

Nº 219449

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

RODRIGO ANTONIO MOREIRA FERREIRA, ou vinculado ao **CPF: 068.149.546-48**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;



TJMG - COMARCA DE NOVA LIMA
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

RODRIGO ANTONIO MOREIRA FERREIRA
CPF: 06814954648 RG: 10326539/MG
PAI: CARLOS ANTONIO FERREIRA
MÃE: SONIA MARIA MOREIRA FERREIRA



NOVA LIMA, 21 de MAIO de 2013 - 17:52:45

Walisson Savio Viol
p) WALISSON SAVIO VIOL
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM AUGUSTO DE LIMA
R. PEREIRA DE FREITAS, 163 BAIRRO: CENTRO CEP: 34000000
NOVA LIMA - MINAS GERAIS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-6.003.169 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/12/2000

NOME EMERSON GONCALVES CARDOSO

FILIAÇÃO DAVI CARDOSO
ZELIA AMELIA CARDOSO

NATURALIDADE NOVA LIMA-MG DATA DE NASCIMENTO 16/2/1971

DOC. ORIGEM NASC. LV-85A FL-102

NOVA LIMA-MG

CPF 854465056-20

PIC-2205

ASSINATURA DO DIRETOR

2.VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

2205-5

POLEGAR VACINADO
BRASIL
LIVRE
DE MARIJUANA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE





04/04/2013
003911



POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

DESTINATÁRIO:

04440362190

EMERSON GONCALVES CARDOSO
RUA BAUXITA 000112 FUNDOS
CRISTAIS
NOVA LIMA
CEP - 34000-000

MG

REMETENTE: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS
AV. JOÃO PINHEIRO, Nº 417 - CENTRO
BELO HORIZONTE - MG
CEP: 30130-180



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais,
Fiscais e JEF (Cível e Criminal)

Nº 218468

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

EMERSON CARDOSO GONCALVES, ou vinculado ao **CPF: 854.465.056-20**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;



CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

EMERSON GONÇALVES CARDOSO

CPF: 85446505620 RG: 6003169/MG


DATA NASCIMENTO: 16/02/1971

PAI: DAVI CARDOSO

MÃE: ZELIA AMELIA CARDOSO



NOVA LIMA, 20 de MAIO de 2013 - 15:51:09

b) 
WALISSON SAVIO VIOL
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM AUGUSTO DE LIMA
R. PEREIRA DE FREITAS, 163 BAIRRO: CENTRO CEP: 34000000
NOVA LIMA - MINAS GERAIS

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: EMERSON GONCALVES CARDOSO

Registro Geral: MG - 6003169

Nome do Pai: DAVI CARDOSO

Nome da Mãe: ZELIA AMELIA CARDOSO

Data de Nascimento: 16/02/1971

Naturalidade: NOVA LIMA / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA



ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 14 h. 40 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa qualificada.

Belo Horizonte, 17/05/2013

Autoridade Policial:

Drª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 7668855

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



* **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS** *

HERMETO MACHADO CHAVES, Escrivã(o) de Polícia Federal, lotada(o) e em exercício nesta SR/DPF/MG, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao expediente onde é requerida **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**.

Finalidade: -

Código: 21447

CERTIFICA que até a presente data **NÃO CONSTA** registro de **ANTECEDENTES CRIMINAIS** no Departamento de Polícia Federal do requerente abaixo qualificado:

Nome: **EMERSON GONCALVES CARDOSO**
Filiação: Pai: **DAVI CARDOSO**
Mãe: **ZELIA AMELIA CARDOSO**
Naturalidade: **NOVA LIMA - MG**
Nacionalidade: **BRASILEIRA**
Data
Nascimento: **16/02/1971**
Residência: **RUA BAUXITA, 112**
CRISTAIS
NOVA LIMA - MINAS GERAIS / BRASIL
Doc. Identidade: **CARTEIRA DE IDENTIDADE**
MG-6.003.169 - SSP/MG

O referido é verdade e dou fé. Nada mais havendo, firma o presente.

Belo Horizonte, 1 de Junho de 2013

Hermeto Machado Chaves
HERMETO MACHADO CHAVES

Escrivã(o) de Polícia Federal

Hermeto Machado Chaves

Escrivão de Polícia Federal

Reconhecimento de Firma: A certidão foi reconhecida em cartório - **Mat. 14.126**



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



Certidão

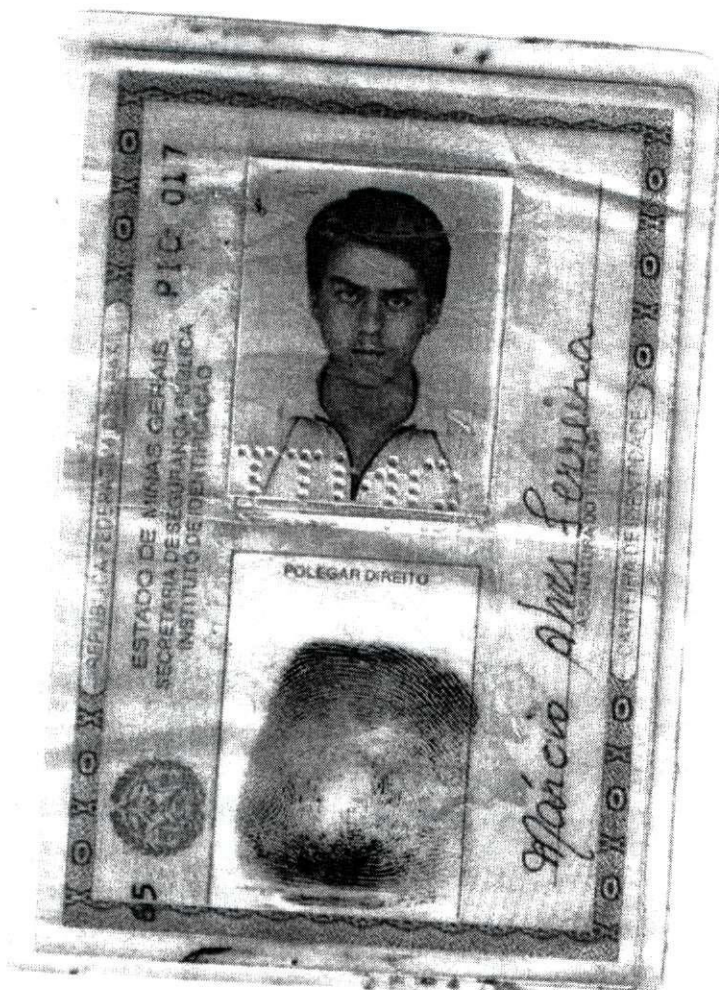
Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **EMERSON GONCALVES CARDOSO**
 Inscrição: **088709120248** Zona: 194 Seção: 57
 Município: 48950 - NOVA LIMA UF: MG
 Data de Nascimento: 16/02/1971 Domiciliado desde: 28/04/1989
 Filiação: ZELIA AMELIA CARDOSO
 DAVI CARDOSO

Certidão emitida às 14:34 de 17/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **XQYO.LUQC.249A.DØFX**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).





**ANTÔNIO DE FARIA
CAMPOS FILHO**

39 anos.
Desaparecido em
Papagaios/MG
desde 28/12/2008



JOSÉ SOUZA DE PAIVA

47 anos.
Desaparecido em
Piranga/MG
desde 15/08/2011

Informações sobre pessoas desaparecidas: Ligue para a Polícia Civil (Div. Referência da Pessoa Desaparecida) Tel: **0800 28 28 197**

PARA USO DOS CORREIOS

- 02-Endereço insuficiente
- 03-Não existe o nº indicado
- 04-Falecido

Responsável:

Endereço para
devolução:

DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA - CEDO
RUA DOLOMITA 120 CC CAMARGOS
30520-120 BELO HORIZONTE, MG



- 06-Recusado
- 07-Ausente
- 08-Não procurado
- 09-Outros

CEMIG

A Melhor Energia do Brasil.

12012032
1001
197601



**NUNCA SE APROXIME DA
REDE ELÉTRICA NEM JOGUE
OBJETOS NOS FIOS.
FESTEJE O CARNAVAL
COM SEGURANÇA.**



WWW.CEMIG.COM.BR

www.cemig.com.br/atendimento

Fale com a Cemig 116
Caso este número não esteja disponível na sua cidade, ligue: 0800 7210 116
Para solicitar serviços tenha em mãos a sua conta de energia

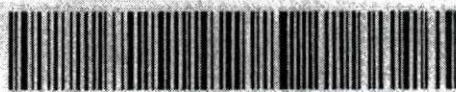


MARCIO ALVES FERREIRA
RUA ALVARENGA PEIXOTO 132 CS
VILA PASSOS
34000-000 NOVA LIMA, MG

SMI: 19-MG-01-02-19299814-011348

NOTA FISCAL / CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

VENCIMENTO: 09/03/2013



0710023917200213445506913002716318

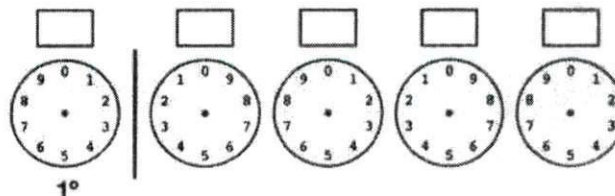
A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizará Reunião Presencial da Audiência Pública nº 002/2013, referente ao terceiro ciclo do processo de Revisão Tarifária Periódica da CEMIG D, dia 01/03/2013, em Belo Horizonte/MG, em local e horário a serem divulgados no site da ANEEL.

Em caso de tempestades, retire todos os equipamentos eletroeletrônicos da tomada. Raios podem atingir a rede elétrica e chegar às residências por meio da fiação, apresentando riscos à segurança dos moradores. Se necessário, utilize apenas telefones celulares (desplugados da tomada) ou sem fio, porém nunca sobre lagos ou em locais descampados.

Descrição dos Indicadores de Qualidade de Fornecimento:

DIC: Duração de Interrupção por Unidade Consumidora, expressa em horas;
FIC: Frequência de Interrupção por Unidade Consumidora, expressa em número de interrupções;
DMIC: Duração Máxima de Interrupção Contínua por Unidade Consumidora, expressa em horas;
DICRI - Duração de Interrupção Individual Ocorrida em Dia Crítico por Unidade Consumidora, expressa em horas.
Consideradas as interrupções acima de 3 minutos.
É direito do consumidor solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.
É direito do consumidor receber compensação quando ocorrer violação dos padrões de continuidade individuais.
Informações sobre as Condições Gerais de Fornecimento, Tarifa, Produtos, serviços Prestados e Impostos se encontram à disposição dos consumidores, para consulta, nas agências de atendimento e no site: <http://www.cemig.com.br>
O valor desta Nota Fiscal está sujeito a penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros), após o vencimento. O pagamento desta Nota Fiscal não quita débitos anteriores.

Anote a posição dos ponteiros ou copie os números nos quadrinhos, de acordo com o tipo de medidor. Se o medidor for de quatro ponteiros, deixe o primeiro círculo em branco.



Autenticação mecânica

Instalação: 3002716319



Autorização para Débito Automático

NOME DO BANCO:

Nº DA AGÊNCIA:

C/C:

CÓDIGO P/ DÉBITO AUTOMÁTICO:

ASSINATURA DO CLIENTE:

Autenticação mecânica



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais,
Fiscais e JEF (Cível e Criminal)

Nº 218470

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

MARCIO ALVES FERREIRA, ou vinculado ao **CPF: 745.775.656-68**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;
 - Subseção Judiciária de Manhuaçu(MG) = Manhuaçu/MG;



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TJMG - COMARCA DE NOVA LIMA
JUSTIÇA COMUM

FL(s). 001 de 001

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

MARCIO ALVES FERREIRA

CPF: 74577565668 RG: 4874775/MG

DATA NASCIMENTO: 27/05/1968

PAI: VENCESLAU FERREIRA

MÃE: ALICE ALVES FERREIRA

NOVA LIMA, 27 de MAIO de 2013 - 14:59:41

p/ Walisson Savio Vol
WALISSON SAVIO VOL
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL



ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM AUGUSTO DE LIMA
R. PEREIRA DE FREITAS, 163 BAIRRO: CENTRO CEP: 34000000
NOVA LIMA - MINAS GERAIS

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: MARCIO ALVES FERREIRA

Registro Geral: M - 4874775

Nome do Pai: VENCESLAU FERREIRA

Nome da Mãe: ALICE ALVES FERREIRA

Data de Nascimento: 27/05/1968

Naturalidade: NOVA LIMA / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA



ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 19 h. 44 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa qualificada.

Belo Horizonte, 20/05/2013

Autoridade Policial:

Drª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 7681340

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



* CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS *

HERMETO MACHADO CHAVES, Escrivã(o) de Polícia Federal, lotada(o) e em exercício nesta SR/DPF/MG, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao expediente onde é requerida **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**.

Finalidade: TRABALHO

Código: 21423

CERTIFICA que até a presente data NÃO CONSTA registro de ANTECEDENTES CRIMINAIS no Departamento de Polícia Federal do requerente abaixo qualificado:

Nome: **MARCIO ALVES FERREIRA**
Filiação: Pai: **VENCESLAU FERREIRA**
Mãe: **ALICE ALVES FERREIRA**
Naturalidade: --
Nacionalidade: **BRASILEIRA**
Data
Nascimento: **27/05/1968**
Residência: **RUA ALVARENGA PEIXOTO, 132**
VILA PASSOS
NOVA LIMA - MINAS GERAIS / BRASIL
Doc. Identidade: **CARTEIRA DE HABILITAÇÃO**
00712955815 - DETRAN/MG

O referido é verdade e dou fé. Nada mais havendo, firma o presente.

Belo Horizonte, 6 de Junho de 2013


HERMETO MACHADO CHAVES

Escrivã(o) de Polícia Federal
Hermeto Machado Chaves
Escrivão de Polícia Federal
Mat. 14.128

Reconhecimento de Firma: A certidão deve ser reconhecido em cartório - _____



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **MARCIO ALVES FERREIRA**
 Inscrição: **062343080248** Zona: 194 Seção: 57
 Município: 48950 - NOVA LIMA UF: MG
 Data de Nascimento: 27/05/1968 Domiciliado desde: 15/04/1986
 Filiação: ALICE ALVES FERREIRA
 VENCESLAU FERREIRA

Certidão emitida às 07:57 de 21/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **XKEY.WZ8Y.IRAØ.SZR+**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



COMPROVANTE DE VOTAÇÃO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS
1º TURNO - 07/10/2012

RONALDO JOSE DE OLIVEIRA

Inscrição: 0623 4705 0256

NASC: 23/01/1962 ZONA: 0194 SEÇÃO: 0035



LUIZACRED
magazineluiza
vem ser feliz



Titular **RONALDO JOSE DE OLIVEIRA**

Cartão **5307.XXXX.XXXX.9795**

vencimento
06/06/2013

pagamento total R\$
4,99

Central de
Atendimento
Seguros

0800-784411

SEGURO LUIZA CARTÃO - MAIS PROTEÇÃO

Garanta sua tranquilidade. Esta é uma oferta especial. **SEGURO LUIZA CARTÃO - MAIS PROTEÇÃO.**

Você se protege de imprevistos, pois ele garante a indenização dos valores sacados ou comprados com seu cartão mediante coação. Além disso, você concorre a um sorteio mensal no valor líquido de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Contrate agora mesmo!

A cobertura do seguro iniciará às 24 horas após o pagamento deste boleto. Para sua comodidade, as demais parcelas serão cobradas na fatura.

Restrições se aplicam. O presente material possui informações resumidas. Para conhecer todas as condições do seguro orientamos que consulte as condições gerais do seguro disponível no site http://www.luizaseg.com.br/condicao_geral/PerdaRoubo.pdf.

Esta é apenas uma oferta. Caso não tenha interesse, por favor, desconsidere-a.

Seguradoras: Cardif do Brasil Seguros e Garantias S/A - CNPJ 08.279.191/0001-84 e Cardif do Brasil Vida e Previdência S/A - CNPJ nº 03.546.261/0001-08. Processos: SUSEP nº 15414.001403/2007-66, 15414.005109/2008-12, 005.00113/00 e 15414.002708/2007-95.

Apólices: 7826-7/ 7826-8/ 7826-9/ 7827-0. Estipulante: LuizaCred S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento - CNPJ 02.206.577/0001-80. Sub-Estipulante: Magazine Luiza S/A - CNPJ 47.960.950/0001-21. Corretor: Viotto Corretora de Seguros e Previdência Ltda - CNPJ 56.170.061/0001-51 - Registro: SUSEP nº 10.0059706. Capitalização: Cardif Capitalização S/A - CNPJ nº 11.467.788/0001-67 - Processo: SUSEP 15414.000312/2010-17.

A aceitação do seguro estará sujeita a análise do risco. O registro desse plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação a sua comercialização. O segurado poderá consultar a situação cadastral do seu corretor de seguros, no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou CPF. Este seguro é por prazo determinado, tendo a seguradora a faculdade de não renovar a apólice na data de vencimento, sem devolução dos prêmios pagos nos termos da apólice. É proibida a venda de título de capitalização a menores de dezesseis anos.

Lançamentos

RONALDO JOSE DE OLIVEIRA (final 9795)

DATA	DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
06/06	SEGURO LUIZA CARTÃO	4,99

Lançamentos no cartão (final 9795)

4,99

COBERTURA DO SEGURO	CAPITAL SEGURO
SAQUE E/OU COMPRA SOB COACÃO	20.000,00
ROUBO EM CAIXA ELETRÔNICO	500,00
BOLSA PROTEGIDA	1.000,00
MORTE ACIDENTAL EM DECORRÊNCIA DE C	15.000,00
INVALIDEZ PERMAN TOTAL OU PARC POR	15.000,00
DIÁRIA POR INTERNAÇÃO HOSPITALAR EM	500,00

CONFIRA SUA DATA DE NASCIMENTO: 23/01/1962

175/60628623-1

Banco Itau 341-7

34191.75603 62862.312048 00173.330002 2 57210000000499

local de pagamento	PAGAVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA		
credite	LUIZACRED S/A SCFI	número documento	00154981434
cedente	175	tipo de doc	FT
assinatura	Após o vencimento, pagar somente nas agências do Itau. Sr. caixa não cobrar juros após o vencimento. Para pagamento via internet, digite o código de barras. Caso não tenha interesse desconsidere esta fatura. Não devem ser aceitos pagamentos em cheque.		

vencimento	06/06/2013
agência/código cedente	2040/0001733-3
plano número	175/60628623-1
valor pago em R\$	

RONALDO JOSE DE OLIVEIRA
R PRIMEIRO DE MAIO 49
CASALHO
34000-000 NOVA LIMA MG





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO REGIONAL
AÇÕES E EXECUÇÕES



CÍVEIS, CRIMINAIS, FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS

Nº 253522-1

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, que contra:

RONALDO JOSE DE OLIVEIRA

CPF: 428.157.116-72

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais.

Esta certidão tem validade por 30 (trinta) dias.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte/MG, 10:35h, 03/06/2013.

Existe(m) 0 processo(s).


ANA MARIA KELTKE MAGALHÃES

Técnico Judiciário

Endereço: Av. Álvares Cabral, nº 1805, Bairro Santo
Agostinho, CEP: 30.170.001, Belo Horizonte-MG

Fone: 31-3501-1383 FAX: 31.3501.1383

E_MAIL: secla.mg@trf1.jus.br

As certidões negativas da Justiça Federal podem ser obtidas pela internet
(www.jfmg.jus.br) Pg: 1 de 1



TJMG - COMARCA DE NOVA LIMA
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

RONALDO JOSÉ DE OLIVEIRA
CPF: 42815711672 RG: 2552702/MG
DATA NASCIMENTO: 23/01/1962
PAI: ELY APOLINÁRIO DE OLIVEIRA
MÃE: IVETE MARGARIDA DE OLIVEIRA



NOVA LIMA, 03 de JUNHO de 2013 - 12:53:56

W. Kubrusly
WALISSON SAVIO VIAL
ESCRIVÃO(D) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM AUGUSTO DE LIMA
R. PEREIRA DE FREITAS, 163 BAIRRO: CENTRO CEP: 34000000
NOVA LIMA - MINAS GERAIS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



* CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS *

HERMETO MACHADO CHAVES, Escrivã(o) de Polícia Federal, lotada(o) e em exercício nesta SR/DPF/MG, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao expediente onde é requerida CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS.

Finalidade: TRABALHO

Código: 21728

CERTIFICA que até a presente data NÃO CONSTA registro de ANTECEDENTES CRIMINAIS no Departamento de Polícia Federal do requerente abaixo qualificado:

Nome: RONALDO JOSE DE OLIVEIRA
Filiação Pai: ELY APOLINARIO DE OLIVEIRA
Mãe: IVETE MARGARIDA DE OLIVEIRA
Naturalidade: BELO HORIZONTE - MG
Nacionalidade: BRASILEIRA
Data Nascimento: 23/01/1962
Residência: RUA PRIMEIRO DE MAIO, 49
CASACALHO
NOVA LIMA - MINAS GERAIS / BRASIL
Doc. Identidade: CARTEIRA DE TRABALHO
61.894, SERIE 0002/MG - DRT/NOVA LIMA

O referido é verdade e dou fé. Nada mais havendo, firma o presente.

Belo Horizonte, 7 de Junho de 2013

HERMETO MACHADO CHAVES

Escrivã(o) de Polícia Federal

Hermeto Machado Chaves

Escrivão de Polícia Federal

Mat. 14.128

Reconhecimento de Firma: A certidão deve ser reconhecido em cartório -----

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: RONALDO JOSE DE OLIVEIRA

Registro Geral: M - 2552702

Nome do Pai: ELY APOLINARIO DE OLIVEIRA

Nome da Mãe: IVETE MARGARIDA DE OLIVEIRA

Data de Nascimento: 23/01/1962

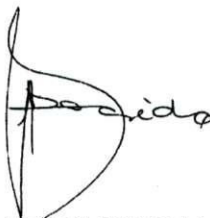
Naturalidade: BELO HORIZONTE / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 16 h. 43 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa qualificada.

Belo Horizonte, 28/05/2013

Autoridade Policial:



Drª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 7726957

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://wwws.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **RONALDO JOSE DE OLIVEIRA**
Inscrição: **062347050256** Zona: 194 Seção: 35
Município: 48950 - NOVA LIMA UF: MG
Data de Nascimento: 23/01/1962 Domiciliado desde: 15/04/1986
Filiação: IVETE MARGARIDA DE OLIVEIRA
ELY APOLINARIO DE OLIVEIRA

Certidão emitida às 16:39 de 28/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **I9PI.DYS8.JZ/C.LYSJ**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
JOAO CARLOS DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO
18/05/1972

Nº INSCRIÇÃO
0947 9209 0272

D.V.
194

ZONA
194

SEÇÃO
0045

MUNICÍPIO / UF
NOVA LIMA/MG

DATA DE EMISSÃO
09/09/2006

[Assinatura]
Des. Nilo Schalcher Ventura
Presidente do TRE-MG

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

Ministério das Comunicações - SCS

Fis. **114**

Rubrica *[Assinatura]*



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
JOAO CARLOS DOS SANTOS

Nº de Inscrição
011841736-30

Data do Nascimento
18/05/72





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

VALIDAÇÃO NACIONAL

4-888.958 DATA DE EXPEDIÇÃO 24/10/88

JOÃO CARLOS DOS SANTOS

EVANGELISTA DOS SANTOS

MARIA HELENA DA SILVA SANTOS

NATURALIDADE NOVA LIMA-MG DATA DE NASCIMENTO 18/05/72

DOC. ORIGEM NAS. LV-68 FL-49 NOVA LIMA MG

LOCAL: HORIZONTE, MG

INSCRIÇÃO DO DIRETOR FIC-017

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

JOÃO CARLOS DOS SANTOS

S
E
R
P
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 30/12/94



www.cemig.com.br/atendimento

Cemig Torpedo 29810

Distribuição S.A.

Fale com a Cemig 116

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / Insc. Estadual 062.322136.0087
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

JOAO CARLOS DOS SANTOS
AV JOSE BERNARDO BARROS 1330 CS
CASCAHO
34000-000 NOVA LIMA, MG
CPF 011.841.736-30

Referente a
MAR/2013
Código de Débito Automático:
008000159031

Nº DO CLIENTE
7008677026

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 006132460 - PTA Nº 16.000114527.70

Classe	Subclasse	Datas de Leitura			Datas da Nota Fiscal		Nº DA INSTALAÇÃO
Residencial Monofásico	Residencial	ANTERIOR 20/02	ATUAL 20/03	PRÓXIMA 18/04	EMIÇÃO 22/03	APRESENTAÇÃO 28/03	3003074549

Informações Técnicas						
Tipo de Medição Energia	Medição AMD100232675	Leitura Anterior 2.807	Leitura Atual 2.807	Constante de Multiplicação 1	Consumo kWh 0	

Informações Gerais
Tarifa vigente conforme Res. Aneel nº 1.422, de 24/01/13
Isenção ICMS: Decreto Nº 43.080/02, Anexo I, Item 79A.
Leitura realizada conf. calendário de faturamento.
O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.
Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes
(multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no
vencimento das mesmas.

Valores Faturados			
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Custo de Disponibilidade			10,50
Encargos / Cobrança			
Multa 2% conta de 02/2013 sobre R\$ 68,70			1,37
Juros mora 1% a.m. 10PM: 9 dia(s) sobre R\$68,70			0,27
Juros mora 1% a.m. 10PM: 14 dia(s) sobre R\$77,64			0,47
Tarifas aplicadas (sem impostos)			
Energia Elétrica kWh		0,33090000	

Indicadores de Qualidade de Fornecimento			
Nova L. 1.424 Mês: 01/2013			
Apurado Mensal	Mensal	Trimestral	Anual
DIC 0,00	8,03	12,06	24,12
FIC 0,00	3,48	6,97	13,95
DMIC 0,00	3,54	-	-
DICRI 0,00	12,22	-	-
Tensão: Nominal=220/127 V Mf. =201/115 V Máx.=231/133 V			
Valor Encargo Uso Sist. Distribuição: R\$33,21			

Informações de Faturamento				
Parcelas	Valor R\$	%	Parcelas	Valor R\$
Energia	0,00	0,00	Enc. Setoriais	0,00
Distribuição	0,00	0,00	Tributos	0,00
Transmissão	0,00	0,00	Total	0,00

Histórico do Consumo			
Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/Dia	Dias de Faturamento
MAR/13	0	0,00	28
FEV/13	135	4,66	29
JAN/13	125	3,79	33
DEZ/12	115	4,11	28
NOV/12	106	3,42	31
OUT/12	144	4,50	32
SET/12	147	4,90	30
AGO/12	154	4,67	33
JUL/12	148	5,10	29
JUN/12	146	4,87	30
MAI/12	157	5,61	28
ABR/12	132	4,00	33
MAR/12	214	6,48	33

VENCIMENTO 11/04/2013	VALOR A PAGAR R\$ 12,61
--	--

Reservado ao Fisco			
F7D0.6CD5.5F6E.A34F.6CFA.F565.08D0.FE40			
Base de cálculo(R\$)	ICMS Aliquota(%)	Valor(R\$)	
		PASEP (R\$)	COFINS (R\$)
		0,10	0,48

Ouvridoria CEMIG: 0800 728 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares.



Unidade de Leitura
14012006

Conta Contrato
008000159031

Vencimento
11/04/2013

Total a Pagar
R\$ 12,61

83620000000-5 12610138008-0 00317533611-8 08000159031-6



* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: JOAO CARLOS DOS SANTOS

Registro Geral: M - 5888958

Nome do Pai: JOAO EVANGELISTA DOS SANTOS

Nome da Mãe: MARIA HELENA DA SILVA SANTOS

Data de Nascimento: 18/05/1972

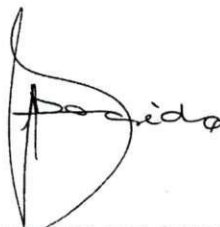
Naturalidade: NOVA LIMA / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 11 h. 38 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa qualificada.

Belo Horizonte, 21/05/2013

Autoridade Policial:



Drª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 7684854

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



JUSTIÇA ELEITORAL
194ª ZONA ELEITORAL DE NOVA LIMA - MG
RUA MARQUÊS DE SAPUCAÍ, 29 Telefone 3135413206



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: JOAO CARLOS DOS SANTOS
Inscrição: 094792090272 Zona: 194 Seção: 45
Município: 48950 - NOVA LIMA UF: MG
Data de nascimento: 18/05/1972 Domiciliado desde: 18/07/1989
Filiação: MAIRA ELENA DA SILVA SANTOS
 JOAO EVANGELISTA DOS SANTOS

Em 21 de maio de 2013.


DANIELA LOPES PENA
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO REGIONAL
AÇÕES E EXECUÇÕES



CÍVEIS, CRIMINAIS, FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS

Nº 251218-1

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, que contra:

JOAO CARLOS DOS SANTOS

CPF: 011.841.736-30

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais.

Certidão fornecida mediante declaração do interessado de que é homônimo de parte que figura no pólo passivo do processo.

Esta certidão tem validade por 30 (trinta) dias.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte/MG, 11:17h, 31/05/2013.

Existe(m) 0 processo(s).


VANDA LUCIA DE LIMA

Técnico Judiciário

Endereço: Av. Álvares Cabral, nº 1805, Bairro Santo
Agostinho, CEP: 30.170.001, Belo Horizonte-MG

Fone: 31-3501-1383 FAX: 31.3501.1383

E_MAIL: secla.mg@trfl.jus.br

As certidões negativas da Justiça Federal podem ser obtidas pela internet
(www.jfmg.jus.br) Pg: 1 de 1



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE NOVA LIMA
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

JOÃO CARLOS DOS SANTOS

CPF: 01184173630 RG: 452888958/MG

DATA NASCIMENTO: 18/05/1972

PAI: JOÃO EVANGELISTA DOS SANTOS

MÃE: MARIA HELENA DA SILVA SANTOS



NOVA LIMA, 21 de MAIO de 2013 - 18:05:41

Walisson Savio Viol
p/ WALISSON SAVIO VIOL
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM AUGUSTO DE LIMA
R. PEREIRA DE FREITAS, 163 BAIRRO: CENTRO CEP: 34000000
NOVA LIMA - MINAS GERAIS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Ministério das Comunicações - SCF
Fls. 120
Rubrica



* CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS *

HERMETO MACHADO CHAVES, Escrivã(o) de Polícia Federal, lotada(o) e em exercício nesta SR/DPF/MG, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao expediente onde é requerida CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS.

Finalidade: CONCURSO PÚBLICO

Código: 21730

CERTIFICA que até a presente data NÃO CONSTA registro de ANTECEDENTES CRIMINAIS no Departamento de Polícia Federal do requerente abaixo qualificado:

Nome: **JOAO CARLOS DOS SANTOS**
Filiação: Pai: **JOAO EVANGELISTA DOS SANTOS**
Mãe: **MARIA HELENA DA SILVA SANTOS**
Naturalidade: -
Nacionalidade: **BRASILEIRA**
Data de Nascimento: **18/05/1972**
Residência: **RUA PRESIDENTE ANTONIO CARLOS, 180**
CABECEIRAS
NOVA LIMA - MINAS GERAIS / BRASIL
Doc. Identidade: **CARTEIRA DE HABILITAÇÃO**
00416993345 - DETRAN - MG

O referido é verdade e dou fé. Nada mais havendo, firma o presente.

Belo Horizonte, 7 de Junho de 2013


HERMETO MACHADO CHAVES

Escrivã(o) de Polícia Federal

Hermeto Machado Chaves

Escrivão de Polícia Federal

Mat. 14.126

Reconhecimento de Firma: A certidão deve ser reconhecido em cartório -----

VA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **MG-14.114.220** DATA DE EXPEDIÇÃO **15/04/2002**

NOME **ANDERSON DE OLIVEIRA PENA**

FILIAÇÃO **HENRIQUE RODRIGUES PENA
VALDETE BISPO DE OLIVEIRA PENA**

NATURALIDADE **GOVERNADOR VALADARES-MG** DATA DE NASCIMENTO **30/4/1984**

DOC. ORIGEM **NASC. LV-A-53 FL-257
GOVERNADOR VALADARES-MG**

CPF **111.422.011**

PII-1377 *Anderson de Oliveira Pena* 1. VIA

LEI Nº 116 DE 2008

CARTeira de Identificação

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

LEGAR DIREITO

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
MINISTERIO DAS CIDADES

CARTeira Nacional de Habilitação

NOME **ANDERSON DE OLIVEIRA PENA**

DOC. IDENTIDADE / OUTRO DOCUMENTO **MG14114220 SSP**

CPF **073.820.436-65**

DATA NASCIMENTO **30/04/1984**

MUNICÍPIO **HENRIQUE RODRIGUES PENA**

VALDETE BISPO DE OLIVEIRA PENA

PERMISSÃO **AB**

ACC **AB**

CE/MAB **AB**

Nº REGISTRO **03443763997**

VALIDADE **03/08/2014**

1ª EMISSÃO **11/11/2004**

ASSINATURA DO PORTADOR *Anderson de Oliveira Pena*

LOCAL **Belo Horizonte, MG**

DATA EMISSÃO **08/09/2009**

ASSINATURA DO EMISSOR *[Assinatura]*

40800867564

MG9644674181

170410855

170410855

VALIDA EM TODU O TERRITÓRIO NACIONAL



**NOTA FISCAL / FATURA DE SERVIÇOS**

Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Rua Mar de Espanha, 525 - Santo Antônio - Belo Horizonte - MG / CEP.: 30.330-900

CNPJ: 17.281.106/0001-03 - Insc. Estadual: 062.000139.00-14

www.copasa.com.br - Agência Virtual

www.arsae.mg.gov.br

Emitida em: 06/06/2013

ANDERSON DE OLIVEIRA PENA
R JOSE AGOSTINHO 43 CA B
CHACARA BOM RETIROCEP: 34000000
NOVA LIMA

MG

REFERÊNCIA DA FATURA			IDENTIFICADOR USUÁRIO	MATRÍCULA
Mês: 04/2013	Nº 001.13.19272525-2	Emissão: 06/06/2013	0 012 223 614 9	0 012 223 629 7

HIDRÔMETRO	LEITURA		CONSUMO FATURADO		PRÓXIMA LEITURA	QUANTIDADE DE UNIDADES ATENDIDAS					
	Atual	Anterior	m3	Litros		Serviço	Social	Residencial	Comercial	Industrial	Pública
Y11F 0699290R	4 19/04/2013	3 20/03/2013	6	6.000	21/05/2013	Água Esgoto	1				

HISTÓRICO DE CONSUMO			DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / LANÇAMENTOS								
Volume Faturado Litros	Dias entre medições	Média Diária Litros									
			ÁGUA: CAPTAÇÃO, TRATAMENTO, CONTROLE DE QUALIDADE, MANUTENÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E DISPONIBILIDADE								7,41
			MONT. PADRÃO 005 024								4,21
			MULTA P/ATRASSO /MES 03/2013 FAT: 00113141063279								0,23
			JUROS DE MORA								0,14
Abr/2013	6.000	30	200								
Mar/2013	6.000	28	210								
Fev/2013	6.000	30	200								
Jan/2013	6.000	32	190								
Dez/2012	6.000	28	210								
/0000	000	0	000								
/0000	000	0	000								
/0000	000	0	000								
/0000	000	0	000								
/0000	000	0	000								
/0000	000	0	000								
/0000	000	0	000								

Consumo médio: 1 m3

SEU CONSUMO DIÁRIO	
200 LITROS DE ÁGUA	
Água	Esgoto
R\$ 0,24	R\$ 0,00

ATENDIMENTO TELEFÔNICO 115 - 14 HORAS	VENCIMENTO 06/05/2013	POUPE TEMPO. DÉBITO AUTOMÁTICO. MELHOR PARA VOCE. CONTA FORA DO DÉBITO AUTOMÁTICO ESTE MÊS	TOTAL A PAGAR *****R\$11,99
AGÊNCIA MAIS PRÓXIMA PR DO ROSARIO 50 ROSARIO DE 08:30 AS 12:00 E 13:00 AS 16:30			

INFORMAÇÕES REFERENTES À FATURA	INFORMAÇÕES GERAIS
	"CAIXA D'ÁGUA, TENHA UMA E CUIDE DELA."

PAGANDO ATÉ O VENCIMENTO VOCE PAGA:

Cobrança de multa de 2%, juros de mora e atualização Monetária, emissão de Aviso de Débito e suspensão do fornecimento

Observações

EM CASO DE ORDEM DE PAGAMENTO, MENCIONAR O NÚMERO DESSA FATURA.

Emitida em: 06/06/2013

MATRÍCULA	NÚMERO DA FATURA	MÊS / REF.	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
0 012 223 629 7	001.13.19272525-2	04/2013	06/05/2013	*****R\$11,99

82680000000-0 11990019100-6 11319272525-8 23144800562-0





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



* CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS *



Código: 21494

HERMETO MACHADO CHAVES, Escrivã(o) de Polícia Federal, lotada(o) e em exercício nesta SR/DPF/MG, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao expediente onde é requerida CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS.

Finalidade: CONCURSO PÚBLICO

CERTIFICA que até a presente data NÃO CONSTA registro de ANTECEDENTES CRIMINAIS no Departamento de Polícia Federal do requerente abaixo qualificado:

Nome: **ANDERSON DE OLIVEIRA PENA**
Filiação: Pai: **HENRIQUE RODRIGUES PENA**
Mãe: **VALDETE BISPO DE OLIVEIRA PENA**
Naturalidade: **GOVERNADOR VALADARES - MG**
Nacionalidade: **BRASILEIRA**
Data
Nascimento: **30/04/1984**
Residência: **RUA JOSE AGOSTINHO, 43 CASA B**
CHACARA BOM RETIRO
NOVA LIMA - MINAS GERAIS / BRASIL
Doc. Identidade: **CARTEIRA DE IDENTIDADE**
MG-14.114.220 - SSP/MG

O referido é verdade e dou fé. Nada mais havendo, firma o presente.

Belo Horizonte, 6 de Junho de 2013


HERMETO MACHADO CHAVES

Escrivã(o) de Polícia Federal
Hermeto Machado Chaves
Escrivão de Polícia Federal

Reconhecimento de Firma: A certidão deve ser reconhecido em cartório - -----
Mat. 14.126



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **ANDERSON DE OLIVEIRA PENA**
Inscrição: **145144400221** Zona: 194 Seção: 114
Município: 50776 - RAPOSOS UF: MG
Data de Nascimento: 30/04/1984 Domiciliado desde: 07/02/2012
Filiação: VALDETE BISPO DE OLIVEIRA PENA
HENRIQUE RODRIGUES PENA

Certidão emitida às 17:46 de 28/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **TCCN.XAF1.ZBQY.JZAI**

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: ANDERSON DE OLIVEIRA PENA

Registro Geral: MG - 14114220

Nome do Pai: HENRIQUE RODRIGUES PENA

Nome da Mãe: VALDETE BISPO DE OLIVEIRA PENA

Data de Nascimento: 30/04/1984

Naturalidade: GOVERNADOR VALADARES / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA



ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 17 h. 42 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa qualificada.

Belo Horizonte, 28/05/2013

Autoridade Policial:

Drª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 7727513

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais,
Fiscais e JEF (Cível e Criminal)

Nº 247615

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

ANDERSON DE OLIVEIRA PENA, ou vinculado ao **CPF: 073.820.436-65**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Contagem(MG) = Contagem/MG;
 - Subseção Judiciária de Divinópolis(MG) = Divinópolis/MG;
 - Subseção Judiciária de Governador Valadares(MG) = Governador Valadares/MG;
 - Subseção Judiciária de Ipatinga(MG) = Ipatinga/MG;
 - Subseção Judiciária de Juiz de Fora (MG) = Juiz de Fora/MG;
 - Subseção Judiciária de Lavras(MG) = Lavras/MG;
 - Subseção Judiciária de Manhuaçu(MG) = Manhuaçu/MG;



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TJMG - COMARCA DE NOVA LIMA
JUSTIÇA COMUM


CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns, Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

ANDERSON DE OLIVEIRA PENA
CPF: 07382043665 RG: 14114220/MG
DATA NASCIMENTO: 30/04/1984
PAI: HENRIQUE RODRIGUES PENHA
MÃE: VALDETE BISPO DE OLIVEIRA PENA

NOVA LIMA, 10 de JUNHO de 2013 - 14:03:43


WALISSON SAVIO VIOL
ESCRIVÃO DO JUDICIAL



ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM AUGUSTO DE LIMA
R. PEREIRA DE FREITAS, 163 BAIRRO: CENTRO CEP: 34000000
NOVA LIMA - MINAS GERAIS

70.044-900 BRASILIA DF





Destino :

AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R 3º ANDAR

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.058134/2011 Localidade / UF: NOVA LIMA/MG
Entidade: RADIO COMUNITARIA NOVA LIMA/FM
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

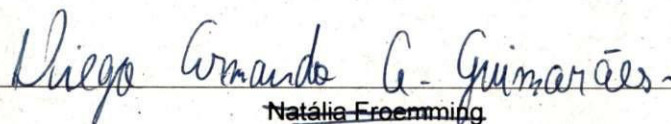
Pendências:

- Certidão Negativa ANATEL (20.3, 'b');
- Cópia do RG e CPF (art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612 e subitem 8.1, 'e' da Norma 1/2011).

Mapa RadCom:

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações (20.3, 'a'): FL. 07;
- CNPJ válido e atual (20.3, 'c'): FL. 09;
- Estatuto atualizado ou cópia das alterações (20.3, 'd'): FL. 10 à 20;
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada (20.3, 'e'): FL. 21 e 22.
- Último relatório do Conselho Comunitário (20.3, 'h'), conforme subitem 21.4.1. FL. 29 e 30.

É o relatório.


~~Natália Froemming~~



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 967 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

Ao Senhor

SANDERSON JOSÉ RAGONEZI

Representante Legal da Rádio Comunitária Nova Lima FM

Rua Marques de Sapucaí, nº 29 – Sala 305

34.000-000 / Nova Lima - MG

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.058134/2011.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.058134/2011**, no qual esta entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Lima / MG, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **606/2014/CGRC/SCE-MC**, que solicita documentos necessários à instrução processual.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 606/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga.**

Referências: Processo de Outorga nº 53710.001053/1998.
Processo de Renovação nº 53000.058134/2011.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento para renovação da outorga concedida à Rádio Comunitária Nova Lima FM para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Lima / MG.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011: (Para outorgas que venceram até 30/11/2013)

I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

II. Prova de que seus diretores: **Vice-Presidente e Secretário Geral** são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com ao subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

III. CPF dos diretores citados.

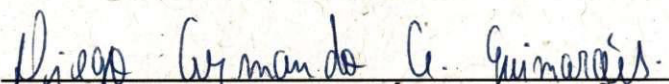
3. Caso tenha ocorrido alteração na diretoria, torna-se necessário apresentar a Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, bem como o CPF e documento que comprove que os atuais diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada e prestar os devidos esclarecimentos sobre os pontos acima elencados.

À consideração superior.

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.


DIEGO ARMANDO ARAÚJO GUIMARÃES
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 606/2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 11 de  de 2014.


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Licença de Renovação 11



Associação Comunitária Nova Lima FM - (Rádio Comunitária Nova Lima FM)

Ao
Ministério das comunicações
Secretaria de Serviços de comunicação eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão comunitária

Ref. Nota Técnica nº 606/2014/CGRC/SCE-MC
Processo de Outorga : 53710.001053/1998
Processo de Renovação : 53000.058134/2011

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 013580/2014-75
SEAPARCE
31/03/2014-09:15

Prezado(s) Senhore(s),

Conforme solicitado segue anexo todos os documentos solicitados
nesta nota Técnica já citado :

Item 2.

I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.

Resposta : OK

II. Prova de que seus diretores Vice-presidente e Secretário Geral, são brasileiros natos
ou naturalizados..... (Cópia do RG)

Resposta : OK

II. CPF dos diretores citados acima.

Resposta : OK

Item 3. Caso tenha ocorrido alteração na diretoria, torna—se necessário apresentar

Resposta : A pedido de duas integrantes da diretoria executiva (vice presidente e da secretaria geral) através de cartas (cópia em anexo) e de acordo com o estatuto art 10º, parágrafos 1º e 2º e Art. 11º, convocamos através de edital (cópia em anexo) uma assembleia geral extraordinária (cópia em anexo) para substituição das duas integrantes da diretoria pelos novos diretores.

Certo do atendido, estamos a disposição para quaisquer esclarecimento ou novas solicitações.

Obrigado,

Sanderson José Ragonezi
Presidente

BOM DIA
SANDERSON JOSE RAGONEZI

Menu Principal ▾

BOLETO » » Nada Consta | menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO COMUNITARIA NOVA LIMA FM

CNPJ: 02.727.039/0001-30

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:20:18 do dia 24/03/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/04/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGARDIENHO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-14.114.220 DATA DE EXPEDIÇÃO 15/04/2002

NOME ANDERSON DE OLIVEIRA PENA

RUACAO

HENRIQUE RODRIGUES PENA
VALDETE BISPO DE OLIVEIRA PENA

NATURALIDADE GOVERNADOR VALADARES-MG 06/4/1984

DOC ORIGEM NASC. LV-A-53 FL-257

GOVERNADOR VALADARES-MG

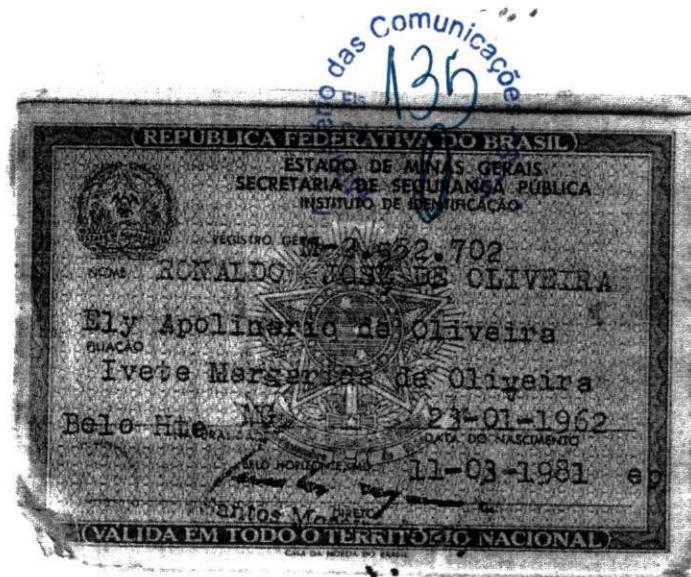
CPF

PIT-1372

ASSINATURA DO TITULAR

LEIN 7116 DE 2908183

1.VIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
 **Receita Federal**
Cadastro de Pessoas Físicas 

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
073.820.436-65

Nome
ANDERSON DE OLIVEIRA PENA

Nascimento
30/04/1984

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO




CÓDIGO DE CONTROLE
0244.ABA3.5A7D.4306

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 15:38:02 do dia 24/03/2014 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 **Receita Federal**
Cadastro de Pessoas Físicas 

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
428.157.116-72

Nome
RONALDO JOSE DE OLIVEIRA

Nascimento
23/01/1962

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
466C.4AF5.681E.6003

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 15:42:46 do dia 24/03/2014 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00



Assembléia Geral Extraordinária



Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Rádio comunitária Nova Lima FM as 17 horas em primeira convocação e as 17:30 horas em segunda convocação, aos vinte e sete dias de agosto de 2010 em sua sede a rua Marques de Sapucaí 29 sala 305, na cidade de Nova Lima MG para eleição da diretoria para o mandato de 2010 – 2014 e do conselho comunitário de acordo com o estatuto e obedecendo o art. 10º. A abertura da assembléia deu-se com a palavra do Sr. Presidente sobre as atividades da emissora durante esse período e foi aplaudido de pé pelos presentes que manifestaram grande carinho como a emissora vem sendo conduzida e a participação efetiva da comunidade, após as manifestações deu-se início o processo eleitoral, que por haver apenas uma inscrição foi eleita por aclamação a chapa registrada que segue com a seguinte formação :

Diretoria Executiva

Presidente : Sanderson José Ragonezi
Vice-Presidente : Vânia Elizabeth Lacerda Pimenta
Secretário Geral : Cristiane Simplício
Diretor Financeiro : Emerson Cardoso Gonçalves
Diretor de Operações : Márcio Alves Ferreira
Diretor Cultural e de Comunicação Social : João Carlos dos Santos
Diretor de Patrimônio : Rodrigo Moreira Ferreira

Conselho de fundadores

Francisco da Assunção Costa
Rosangela Perazoli Conrado
Reginaldo Leonardo Ferreira
Wellington Acácio Coelho
Hilton José Ramos

Conselho Fiscal

Associação comunitária do Bairro Cabeceiras
Lions Club de Nova Lima
Canto do Rio futebol Clube

Michelle

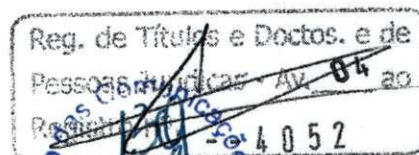
Wesley

Reinaldo

Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be "Rodrigo Moreira Ferreira" and another that looks like "Emerson Cardoso Gonçalves".

Sociedade Cultural e Recreativa Aurilândia

13º grupo de escoteiros expedicionário Assunção



Certidão de Registro no verso

Em ato Contínuo, também por aclamação manteve-se as entidades do conselho comunitário que segue com a seguinte formação:

Conselho comunitário

Associação Comunitária da Vila São Luiz - Sr. Olindo Vitor Antonio da Silva

Associação Comunitária do Retiro / Olaria - Sr. Daniel César Pereira

Associação Comunitária Chácara dos Cristais - Sr. Fabrício Alves Perdigão

Associação Comunitária do Bairro Alvorada - Sra. Vera Lúcia Porfírio

Associação Comunitária do Bairro nossa senhora de Fátima - Sr. José pereira S. Filho

Não havendo mais nada a tratar, eu Cristiane, secretária geral, lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelos presentes.

Nova Lima, 27 de agosto de 2010.

Márcio Alves Ferreira

Daniel César Pereira

Suelen Isabele Gomes

Roberto
Ashane Simplicio

Arma

Fabrício Perdigão

Michelle Spadina

Jaime Elizabeth Valerda Riquenza

V. Porfírio

Adriano Antonio / Morena Ferreira
000 (A20) 705 51105

Elin Lulin

Olindo V. Ant. Filho
Ronald José de Oliveira

Wesley Lael Feres

Alisson Jenz Antunes

Reinaldo

Pedro Brando



140
Comunicações - SCE

REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Oficial Gustavo Machado de Faria

Selo de Fiscalização

CEU 19127

TD PJ
NOVA LIMA MG

Emolumentos

R\$ 57,21

Recrui

R\$ 3,45

TFJ

R\$ 19,07

Total

R\$ 79,73

Registrado, nesta data: ANX.04 ao Registro 4052

Livro A84, fls. 115v/117

Nova Lima, 27/06/2011

O Oficial

Shopping Ponta Verde Loja 29 - Rodovia MG-30, 2255 - Nova Lima - MG, CEP 34.000-000 Tel (31) 3564-6254

Selo de Fiscalização

ARQUIVAMENTO

APS 35396

ARQUIVAMENTO

APS 35389

ARQUIVAMENTO

APS 35388

ARQUIVAMENTO

APS 35387

ARQUIVAMENTO

APS 35386

ARQUIVAMENTO

APS 35385

Selo de Fiscalização

ARQUIVAMENTO

APS 35396

ARQUIVAMENTO

APS 35395

ARQUIVAMENTO

APS 35394

ARQUIVAMENTO

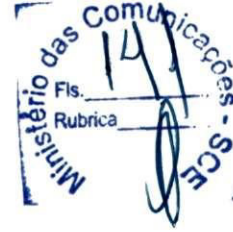
APS 35393

ARQUIVAMENTO

APS 35392

ARQUIVAMENTO

APS 35391



Pedido de exclusão

Amigos, Escrevo esta para solicitar minha exclusão do quadro da diretoria da radio comunitária nova lima FM por motivos pessoais que não tem nenhuma ligação com a entidade ou qualquer outro componente da diretoria ou associado.

Gostei muito de participar da diretoria e desejo sucesso a todos os amigos.

Vânia Elizabeth Lacerda Pimenta
Vânia Elizabeth Lacerda Pimenta
645.353.556-49

03/05/2013

*Resolvido dia 23/05/2013 após
assim haviu geral para alterar o
estatuto. Jc.
23/05/2013*

Á

Radio Comunitária Nova Lima FM

29 de abril de 2013.



Solicitação :

Senhores colegas diretores, venho através desta solicitar minha saída da diretoria da entidade devido as dificuldades em participar de forma contínua dos trabalhos desenvolvidos pela emissora em virtude das minhas atividades pessoais e profissionais.

Agradeço a todos pela atenção e me coloco a disposição quando possível.


Cristiane Fernanda Simplicio.

M.7.048.112

Rádio comunitária Nova Lima FM

Edital de Convocação



A Diretoria Executiva da rádio Comunitária Nova Lima FM na forma estatutária, convoca pelo presente edital os membros da emissora para reunirem em Assembléia Geral extraordinária no dia 06 de junho de 2013, em sua sede á rua Marques de Sapucaí, 29 sala 305 as 18:30 horas com 1/5 de seus membros e ás 19:00 horas em segunda chamada se necessário com qualquer numero de membros para a seguinte pauta :

Preenchimento de Vagas na diretoria executiva.

Nova Lima, 27 de maio de 2013.

Sanderson José Ragonezi

Presidente

Obs : Afixar no quadro de aviso da emissora, no comércio local e divulgar 4 vezes ao dia em nossa programação, conforme artigo 7º parágrafo 1º.


Rádio Comunitária Nova Lima FM


Assembléia Geral Extraordinária





Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Rádio comunitária Nova Lima FM com início as 18:30 horas em primeira convocação com 1/5 dos integrantes da entidade o que não houve e as 19:00 horas em segunda convocação com qualquer numero de integrantes. Aos seis de junho de dois mil e treze em sua sede a rua Marques de Sapucaí 29 sala 305, na cidade de Nova Lima MG, para deliberar sobre a substituição de dois membros da diretoria, sendo a vice presidente e a secretária que por motivos pessoais, pediram sua saída da diretoria e conforme Art 10º parágrafos 1º e 2º e Art 11º " A Diretoria executiva poderá ser substituída no todo ou em parte pela AGE convocada com este fim específico.....". Em reunião anterior, fizemos o convite ao associado, Ronaldo José de Oliveira e também ao associado Anderson de oliveira Pena, que por participarem de forma intensa na emissora para assumirem as vagas abertas pela vice presidente Vania Elizabeth lacerda Pimenta e pela secretária Cristiane Fernanda Simplício, nesta mesma ordem. O assunto foi colocado em votação e aprovado pelos presentes na assembleia sem nenhuma ressalva, ficando então a vaga de vice presidente para Ronaldo Jose de Oliveira e a secretaria para Anderson De Oliveira Pena, que farão parte da atual diretoria até o final do mandato que termina em outubro de 2014. Ficando assim a diretoria executiva atual, presidente, sanderson jose ragonezi, vice presidente Ronaldo jose de oliveira, secretário, Anderson de Oliveira Pena, Diretor financeiro, Emerson Gonçalves Cardoso, Diretor de Operações , Marcio Alves Ferreira, diretor cultural e de comunicação social, Joao Carlos dos Santos e diretor de patrimônio, Rodrigo Moreira Ferreira. Não havendo mais nada a tratar, eu Marcio Alves, lavrei a presente ata que após lida e aprovada segue assinada pelos presentes.


Nova Lima, 06 de junho 2013.



Ronaldo José de oliveira



Anderson de Oliveira Pena


Vania Elizabeth lacerda Pimenta


Cristiane Fernanda Simplício


Emerson Gonçalves Cardoso


Joao Carlos dos Santos


Rodrigo Moreira Ferreira

5 Eletubanco

MUNICÍPIO

Co R, 3º Andar



AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RADIODIFUSÃO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, B

70.044-900

BRASÍLIA - DF





TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 04 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 04/08/2014, às 11:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0068030** e o código CRC **0C251E0A**.

NOTA TÉCNICA Nº 17424/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.058134/2011-47**

Processo de Outorga nº: 53710.001053/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **NOVA LIMA/MG**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Em conformidade com o entendimento da consultoria jurídica deste Ministério e considerando que a vigência do mandato dos diretores se encontra vencida - não constando, até a presente data, nos autos do processo, os atos constitutivos da composição da nova diretoria, conforme prescrito pelo item 21.10.1 da Norma nº 1/2011 (transcrição abaixo) - a entidade deverá apresentar:

- a) Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de que seus atuais diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no subitem 8.4.2;
- c) CPF de todos os atuais dirigentes.

Norma nº 1/2011

21.10.1. As alterações nos atos constitutivos e modificação da composição da diretoria da entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observadas as disposições desta Norma, devem ser apresentadas ao Ministério das Comunicações devidamente registradas ou averbadas na repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua realização.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 04/12/2014, às 13:39, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Tec Administrativo**, em 04/12/2014, às 14:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0243917** e o código CRC **3CB91E87**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 19718/2014/SEI-MC

São Paulo, 18 de novembro de 2014

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da **RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM**

Rua Marquês de Sapucaí, nº 29 - Sala 305

34.000-000 / Nova Lima - MG

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.058134/2011-47.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 17424/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 04/12/2014, às 13:40, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0243925** e o código CRC **5BC2338E**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA		AR	
DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
Ofício nº 19718/2014/SEI-MC		São Paulo, 18 de novembro de 2014	
EN	Ao(À) Senhor(a) Representante Legal da RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM Rua Marquês de Sapucaí, nº 29 - Sala 305 34.000-000 / Nova Lima - MG	UF	PAÍS / PAYS
CE			
DE	Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.058134/2011-47.	NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
X Maycon Siqueira de Moraes		17/12/14	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
	Celso Raymundo de Souza Mat.: 8.407.208-3		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

 CORREIOS BRASIL	AVISO DE RECEBIMENTO AVIS CN07	AR	<small>(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)</small>	
	<small>DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT</small> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">JH 32653118 5 BR</div>		<small>ENTREGA / DÉLIVRÉE</small> <small>DIATIVAS DE LIVRAISON</small>	
<small>UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT</small>		<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;">  </div>		
<small>PREENCHER COM LETRA DE FORMA</small>				
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	<small>NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'ÉMETTEUR</small> SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO			
	<small>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE</small> RUA MERGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA			
	FOFES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8680			
	CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP			
	<small>CIDADE / LOCALITÉ</small>			
<small>UF</small>				BRASIL
<div style="display: flex; justify-content: space-around; height: 40px;"> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div> </div>				

RÁDIO COMUNITARIA NOVA LIMA - FM 87,9 – CANAL 200

Ao Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

Ref. Nota Técnica nº 17424/2014/SEI-MC, relativa á análise do processo nº 53000.058134/2011-47

Prezados Senhores,

Atendendo a nota técnica relativo ao processo de renovação de outorga , segue anexo os documentos solicitados por esta Delegacia.

- A) Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro civil de pessoas Jurídicas.
- B) Prova de que seus atuais diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia de RG ou Certidão de Casamento).
- C) CPF de todos os atuais dirigentes

Certo do solicitado,

Att.

Emerson Gonçalves Cardoso
Presidente

Reg. 11: ~~o~~ ~~Arquivo~~ ~~de~~ ~~Arquivo~~
Arquivo ao Registro

$\frac{1}{2}$

Cartão de Registro no Voto

Em Tempo : de acordo com o Art. 12º o conselho fiscal possui 3 membros efetivos e 1 suplente. Como consta na ata 5 membros, de comum acordo, a vaga de suplência ficou com Ronei Martins Aristides e Lusimar da Cruz foi retirado da relação, mas continua com atuação efetiva nos trabalhos da emissora.

- Wesley

SAW JENSON

— 2640

- Rodrigo

- EMERSON





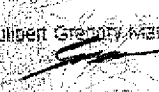



- RICHARDS

- A. L. S. B. W.

maina lo

Row 10: Row 9 + 10 = 19
Row 11: Row 10 + 11 = 29
Row 12: Row 11 + 12 = 41
Row 13: Row 12 + 13 = 56
Row 14: Row 13 + 14 = 75
Row 15: Row 14 + 15 = 98
Row 16: Row 15 + 16 = 125
Row 17: Row 16 + 17 = 156
Row 18: Row 17 + 18 = 191
Row 19: Row 18 + 19 = 230
Row 20: Row 19 + 20 = 271
Row 21: Row 20 + 21 = 314
Row 22: Row 21 + 22 = 359
Row 23: Row 22 + 23 = 406
Row 24: Row 23 + 24 = 455
Row 25: Row 24 + 25 = 506
Row 26: Row 25 + 26 = 559
Row 27: Row 26 + 27 = 614
Row 28: Row 27 + 28 = 671
Row 29: Row 28 + 29 = 730
Row 30: Row 29 + 30 = 791
Row 31: Row 30 + 31 = 854
Row 32: Row 31 + 32 = 919
Row 33: Row 32 + 33 = 986
Row 34: Row 33 + 34 = 1055
Row 35: Row 34 + 35 = 1126
Row 36: Row 35 + 36 = 1200
Row 37: Row 36 + 37 = 1277
Row 38: Row 37 + 38 = 1357
Row 39: Row 38 + 39 = 1440
Row 40: Row 39 + 40 = 1526
Row 41: Row 40 + 41 = 1615
Row 42: Row 41 + 42 = 1707
Row 43: Row 42 + 43 = 1802
Row 44: Row 43 + 44 = 1900
Row 45: Row 44 + 45 = 1991
Row 46: Row 45 + 46 = 2085
Row 47: Row 46 + 47 = 2182
Row 48: Row 47 + 48 = 2282
Row 49: Row 48 + 49 = 2385
Row 50: Row 49 + 50 = 2491
Row 51: Row 50 + 51 = 2599
Row 52: Row 51 + 52 = 2710
Row 53: Row 52 + 53 = 2824
Row 54: Row 53 + 54 = 2941
Row 55: Row 54 + 55 = 3061
Row 56: Row 55 + 56 = 3184
Row 57: Row 56 + 57 = 3310
Row 58: Row 57 + 58 = 3439
Row 59: Row 58 + 59 = 3571
Row 60: Row 59 + 60 = 3706
Row 61: Row 60 + 61 = 3844
Row 62: Row 61 + 62 = 3985
Row 63: Row 62 + 63 = 4129
Row 64: Row 63 + 64 = 4276
Row 65: Row 64 + 65 = 4426
Row 66: Row 65 + 66 = 4579
Row 67: Row 66 + 67 = 4735
Row 68: Row 67 + 68 = 4894
Row 69: Row 68 + 69 = 5056
Row 70: Row 69 + 70 = 5221
Row 71: Row 70 + 71 = 5389
Row 72: Row 71 + 72 = 5560
Row 73: Row 72 + 73 = 5734
Row 74: Row 73 + 74 = 5911
Row 75: Row 74 + 75 = 6091
Row 76: Row 75 + 76 = 6274
Row 77: Row 76 + 77 = 6460
Row 78: Row 77 + 78 = 6649
Row 79: Row 78 + 79 = 6841
Row 80: Row 79 + 80 = 7036
Row 81: Row 80 + 81 = 7234
Row 82: Row 81 + 82 = 7435
Row 83: Row 82 + 83 = 7639
Row 84: Row 83 + 84 = 7846
Row 85: Row 84 + 85 = 8056
Row 86: Row 85 + 86 = 8269
Row 87: Row 86 + 87 = 8485
Row 88: Row 87 + 88 = 8704
Row 89: Row 88 + 89 = 8926
Row 90: Row 89 + 90 = 9151
Row 91: Row 90 + 91 = 9379
Row 92: Row 91 + 92 = 9610
Row 93: Row 92 + 93 = 9844
Row 94: Row 93 + 94 = 10081
Row 95: Row 94 + 95 = 10321
Row 96: Row 95 + 96 = 10564
Row 97: Row 96 + 97 = 10810
Row 98: Row 97 + 98 = 11059
Row 99: Row 98 + 99 = 11311
Row 100: Row 99 + 100 = 11566
Row 101: Row 100 + 101 = 11824
Row 102: Row 101 + 102 = 12085
Row 103: Row 102 + 103 = 12349
Row 104: Row 103 + 104 = 12616
Row 105: Row 104 + 105 = 12886
Row 106: Row 105 + 106 = 13159
Row 107: Row 106 + 107 = 13435
Row 108: Row 107 + 108 = 13714
Row 109: Row 108 + 109 = 13996
Row 110: Row 109 + 110 = 14281
Row 111: Row 110 + 111 = 14569
Row 112: Row 111 + 112 = 14860
Row 113: Row 112 + 113 = 15154
Row 114: Row 113 + 114 = 15451
Row 115: Row 114 + 115 = 15751
Row 116: Row 115 + 116 = 16054
Row 117: Row 116 + 117 = 16360
Row 118: Row 117 + 118 = 16669
Row 119: Row 118 + 119 = 16981
Row 120: Row 119 + 120 = 17296
Row 121: Row 120 + 121 = 17614
Row 122: Row 121 + 122 = 17935
Row 123: Row 122 + 123 = 18259
Row 124: Row 123 + 124 = 18586
Row 125: Row 124 + 125 = 18916
Row 126: Row 125 + 126 = 19249
Row 127: Row 126 + 127 = 19585
Row 128: Row 127 + 128 = 19924
Row 129: Row 128 + 129 = 20266
Row 130: Row 129 + 130 = 20611
Row 131: Row 130 + 131 = 20959
Row 132: Row 131 + 132 = 21310
Row 133: Row 132 + 133 = 21664
Row 134: Row 133 + 134 = 22021
Row 135: Row 134 + 135 = 22381
Row 136: Row 135 + 136 = 22744
Row 137: Row 136 + 137 = 23110
Row 138: Row 137 + 138 = 23479
Row 139: Row 138 + 139 = 23851
Row 140: Row 139 + 140 = 24226
Row 141: Row 140 + 141 = 24604
Row 142: Row 141 + 142 = 24985
Row 143: Row 142 + 143 = 25369
Row 144: Row 143 + 144 = 25756
Row 145: Row 144 + 145 = 26146
Row 146: Row 145 + 146 = 26539
Row 147: Row 146 + 147 = 26935
Row 148: Row 147 + 148 = 27334
Row 149: Row 148 + 149 = 27736
Row 150: Row 149 + 150 = 28141
Row 151: Row 150 + 151 = 28549
Row 152: Row 151 + 152 = 28960
Row 153: Row 152 + 153 = 29374
Row 154: Row 153 + 154 = 29791
Row 155: Row 154 + 155 = 30211
Row 156: Row 155 + 156 = 30634
Row 157: Row 156 + 157 = 31060
Row 158: Row 157 + 158 = 31489
Row 159: Row 158 + 159 = 31921
Row 160: Row 159 + 160 = 32356
Row 161: Row 160 + 161 = 32794
Row 162: Row 161 + 162 = 33235
Row 163: Row 162 + 163 = 33679
Row 164: Row 163 + 164 = 34126
Row 165: Row 164 + 165 = 34576
Row 166: Row 165 + 166 = 35029
Row 167: Row 166 + 167 = 35485
Row 168: Row 167 + 168 = 35944
Row 169: Row 168 + 169 = 36406
Row 170: Row 169 + 170 = 36871
Row 171: Row 170 + 171 = 37339
Row 172: Row 171 + 172 = 37810
Row 173: Row 172 + 173 = 38284
Row 174: Row 173 + 174 = 38761
Row 175: Row 174 + 175 = 39241
Row 176: Row 175 + 176 = 39724
Row 177: Row 176 + 177 = 40210
Row 178: Row 177 + 178 = 40699
Row 179: Row 178 + 179 = 41191
Row 180: Row 179 + 180 = 41686
Row 181: Row 180 + 181 = 42184
Row 182: Row 18

LOSI MAN

			
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS Oficial Gustavo Machado de Faria		Selo de fiscalização ARQUIVAMENTO BMF 98299	
Registrado, RGE 0312, Ax.7 do Registro 1052	Livro A109, fls. 018	ARQUIVAMENTO BMF 98298	ARQUIVAMENTO BMF 98297
R\$ 91,34	Nova Lima, 30/12/2014	ARQUIVAMENTO BMF 98296	ARQUIVAMENTO BMF 98295
Recomeço	Guilgen Gregory Martins Moreira		
R\$ 5,45		Selo de fiscalização CQJ 12214	
TFI	Shopping Ponta Verde, Loja 2A - Rodovia MG-30, 2255 - Nova Lima - MG CEP 34.000-000 Tel (31) 3541-8351		
R\$ 52,41			
Total:			
R\$ 129,21			

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: MG-6.003.169 DATA DE EXPEDIÇÃO: 20/12/2009

NOME: EMERSON GONCALVES CARDOSO

FILIAÇÃO: DAVI CARDOSO
ZELIA AMELIA CARDOSO

NATURALIDADE: NOVA LIMA-MG DATA DE NASCIMENTO: 16/2/1971

DOC. ORIGEM: NOVA LIMA-MG NASC. LV-85A-FL-102

CPF: 854465056-20

PIC-2205

ASSINATURA DO DIRETOR

2.VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

2205-5

POLEGAR IMPRIMIDO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

854.465.056-20

Nome

EMERSON GONCALVES CARDOSO

Nascimento

16/02/1971

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE

42E0.55FB.11D2.3519

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 14:22:23 do dia 26/12/2014 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

504.512.196-00

Nome

SANDERSON JOSE RAGONEZI

Nascimento

19/03/1964





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES:

SANDERSON JOSÉ RAGONEZI

VÂNIA ELIZABETH LACERDA PIMENTA RAGONEZI

MATRÍCULA: 035410 01 55 1993 3 00015 131 0002749 - 71

REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS NATURAIS
NOVA LIMA - MINAS GERAIS
Rua Dr. George Chalmers, nº 175
Centro - (31) 3541-1471 - Nova Lima - MG
CHARLES FONSECA
OFICIAL
JOSÉ RIBEIRO FONSECA NETO
ESCREVENTE JURAMENTADO

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO(A), DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

SANDERSON JOSÉ RAGONEZI //

Nascimento: 19/03/1964, Natural de: JOÃO MONLEVADE MG, Brasileiro //

Filiação : //

LUIZ RAGONEZI FILHO //

MILDRED DEL DUCA RAGONEZI //

VÂNIA ELIZABETH LACERDA PIMENTA //

Nascimento: 26/08/1964, Natural de: BELO HORIZONTE MG, Brasileira //

Filiação : //

MANOEL PIMENTA SOBRINHO //

DULCE HELISA LACERDA PIMENTA //

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

DIA MÊS ANO

DEZENOVE DE JULHO DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E TRÊS //

19 07 1993

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

COMUNHÃO PARCIAL //

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

SANDERSON JOSÉ RAGONEZI //

VÂNIA ELIZABETH LACERDA PIMENTA RAGONEZI //

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

FOI CELEBRADO O CASAMENTO EM DEZESSEIS DE JULHO DE UM MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E TRÊS.
//

SERVIÇO REGISTRAL DE NOVA LIMA

Charles Fonseca

NOVA LIMA - MG - 31-3541-1471

Rua Dr. George Chalmers, 175 - Centro - 34000-000

Emolumentos: 22.82 + Rcp: 1.37 + Tx. Fisc: 4.88 = TOTAL: 29.07

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

24/03/2014, NOVA LIMA.

JOSÉ RIBEIRO DA FONSECA NETO
ESCREVENTE JURAMENTADO
Cf: MG 18.382.435-68 PMG
CPF: 031.301.256-43





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

068.149.546-48

Nome

RODRIGO ANTONIO MOREIRA FERREIRA

Nascimento

10/03/1982

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE

537E.3E45.F318.3D23

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

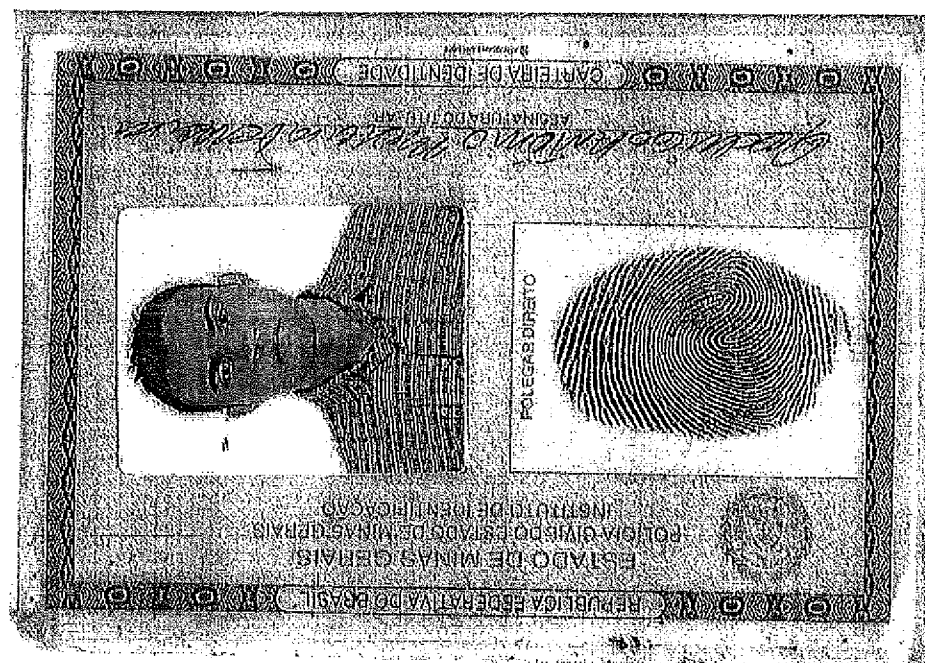
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 14:27:50 do dia 26/12/2014 (hora e data de Brasília)

digito verificador: 00



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		
REGISTRO GERAL	MG-10.328.539	DATA DE EXPEDIÇÃO 27/02/2004
NOME		
RODRIGO ANTONIO MOREIRA FERREIRA		
FILIAÇÃO		
CARLOS ANTONIO FERREIRA		
SONIA MARIA MOREIRA FERREIRA		
NATURALIDADE		DATA DE NASCIMENTO
NOVA LIMA-MG		10/11/1982
DOC. ORIGEM	NASC. LV-91 FL-150	
NOVA LIMA-MG		
CPF		
PLI-1285	IVETU MEDO BRAUNA	2. VIA





MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

428.157.116-72

Nome

RONALDO JOSE DE OLIVEIRA

Nascimento

23/01/1962

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE

4B9E.D3DA.1619.5E87

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

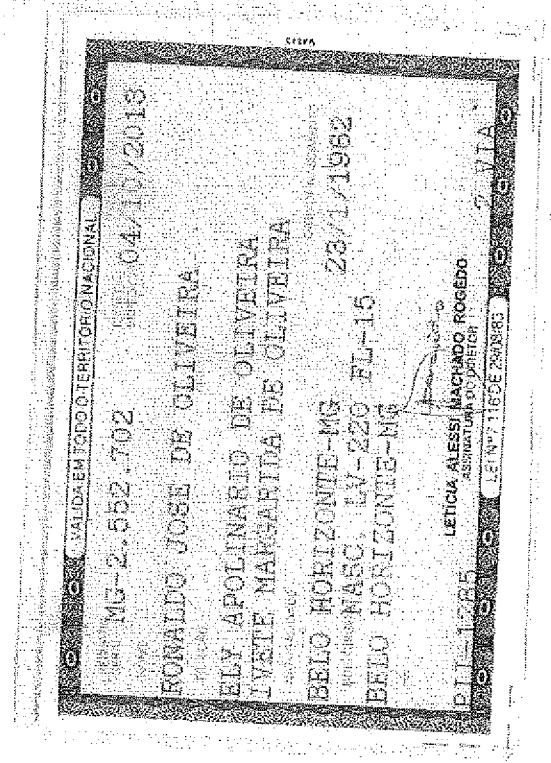
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 14:34:18 do dia 26/12/2014 (hora e data de Brasília)

digito verificador: 00





MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
745.775.656-68

Nome
MARCIO ALVES FERREIRA

Nascimento
27/05/1968

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
A50A.D16A.5929.805A

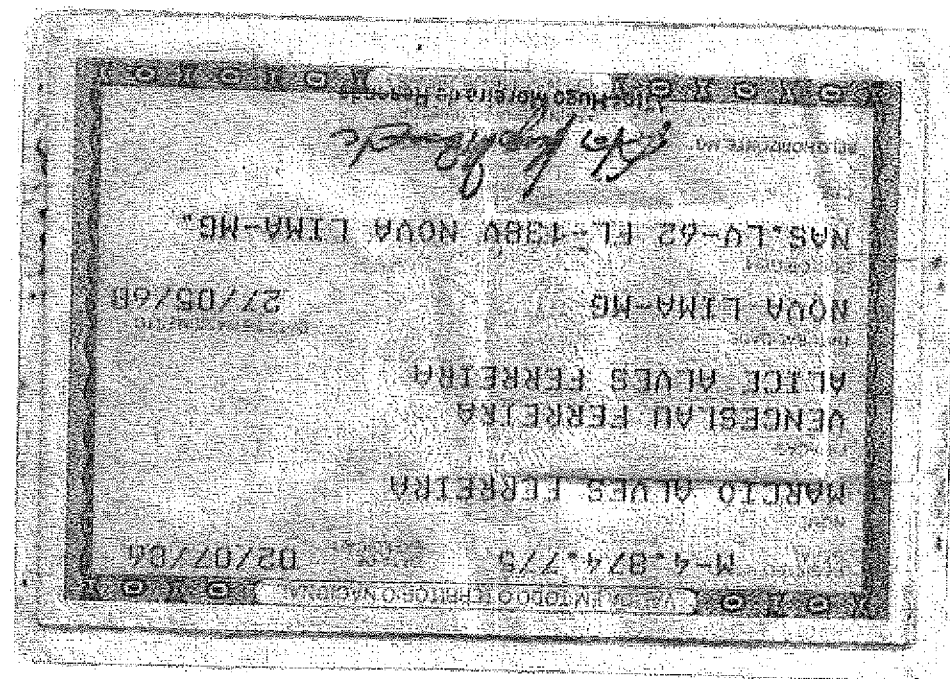
A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 15:11:03 do dia 26/12/2014 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00







MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
073.820.436-65

Nome
ANDERSON DE OLIVEIRA PENA

Nascimento
30/04/1984

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
56D4.6B9C.2DF6.4B93

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 14:32:35 do dia 26/12/2014 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-14.114.220 DATA DE EXPIRAÇÃO 15/04/2002

NOME ANDERSON DE OLIVEIRA PENA

RENASCIMENTO HENRIQUE RODRIGUES PENA

VALDETE BISPO DE OLIVEIRA PENA

INFORMAÇÃO GOVERNADOR VALADARES-MG 30/4/1984

DOC. ORIGEM NASC. LV-A-53 FL-257

GOVERNADOR VALADARES-MG

PTI-1377


ASSINATURA DO DIRETOR

LEIA: 716 DE 09/08/83

1. VIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

ANDERSON DE OLIVEIRA PENA



CPF 073.820.436-65 DATA DE NASCIMENTO 30/04/1984

RENASCIMENTO HENRIQUE RODRIGUES PENA

VALDETE BISPO DE OLIVEIRA PENA

03/08/2001 11/11/2004

ASSINATURA DO TITULAR

ASSINATURA DO DIRETOR

DETRAN-MG (MINAS GERAIS)

REPÚBLICA REPUBLICA DO BRASIL

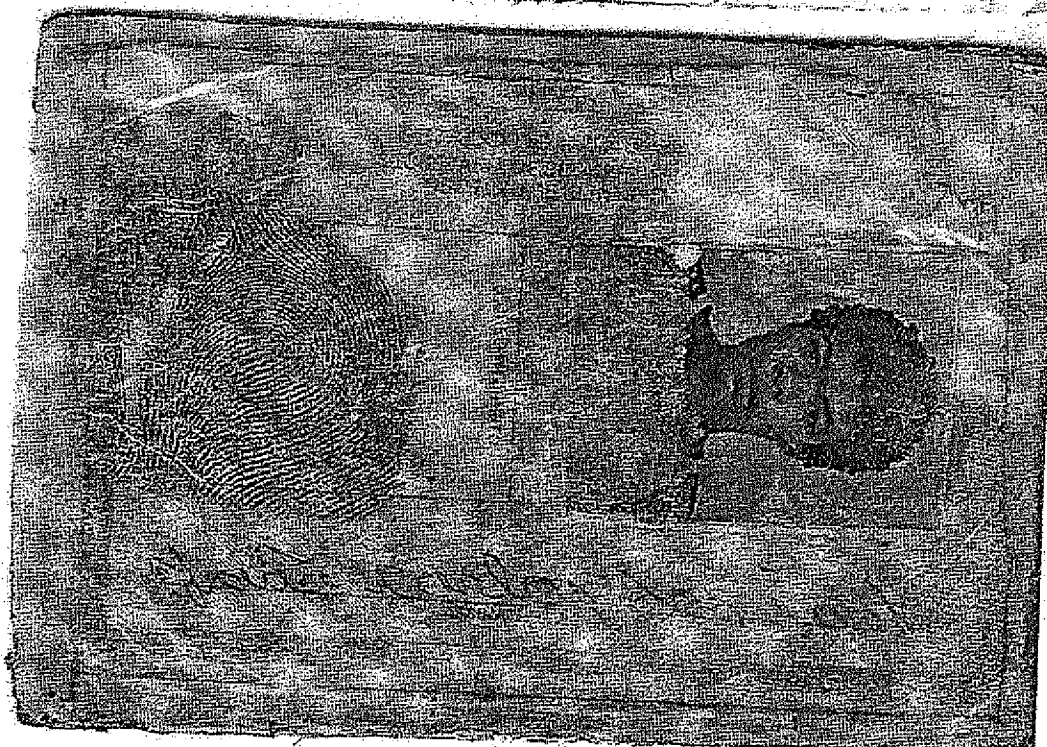
TITULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
JOAO CARLOS DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO **18/05/1972** Nº INSCRIÇÃO **0947 9209 0272** D.V. **194** SEÇÃO **0045**

MUNICÍPIO / UF **NOVA LIMA/MG** DATA DE EMISSÃO **09/09/2006**

[Assinatura]
Des. Nilo Schalecher Ventura
Presidente do TRE-MG



MINISTERIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPE - CADASTRO DE PESSOAS FISICAS

Nome
JOAO CARLOS DOS SANTOS

Nº de inscrição **011841736-30** Data do Nascimento **18/05/72**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

João Carlos dos Santos

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

GOVERNAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CPF 438 24/10/88

JOÃO CARLOS DOS SANTOS

EVANGELISTA DOS SANTOS

MARIA HELENA DA SILVA SANTOS

RESIDÊNCIA: NOVA LIMA-MB DATA DE NASCIMENTO: 18/05/72

CPF 438 24/10/88 FL 42 NOVA LIMA-MB

FIG-01

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

JOÃO CARLOS DOS SANTOS

S
E
R
V
I
C
O

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 30/12/94

10

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



DELEGATIA REGIONAL DO MINIST. COM. NIC. EM SÃO PAULO
A MARGENTHALER, 592 Bloco 1, MEZANINO (ECT)
CILA LEORLINA

P. 05.311-900
SÃO PAULO - SP





TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 15 de janeiro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Damacena Ferreira, Arquivista**, em 15/01/2015, às 08:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0325203** e o código CRC **0A0FEF38**.

Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Memo. nº 114/2015/SEI-MC

São Paulo, 19 de janeiro de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga.**

1. Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

<u>CNPJ</u>	<u>Entidade</u> <u>Localidade</u>
01.834.839/0001-98	1. Associação Comunitária Cantagalense de Radiodifusão Tres Rios/RJ
02.151.771./0001-05	2. Associação de Radiodifusão de Cumaru Cumaru-PE
16.232.571/0001-91	3. Associação Lar Comunitário Poções/BA
01.474.784/0001-52	4. Associação Comunitária de Radiodifusão Dom Othon Motta Campanha/MG
02.482.914/0001-61	5. Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha Pratinha/MG
02.565.746/0001-78	6. Associação Comunitária Esperança de Iguatemi - ACEI Iguatemi/MS
02.760.611/0001-63	7. Associação Cachoeirense de Integração e Comunicação Ouro Preto/MG
02.697.083/0001-45	8. Associação Local de Obras Assistenciais Ferraz de Vasconcelos/SP
03.037.731/0001-08	9. Associação Cultural Comunitária de Três Lagoas Três Lagoas/MS
02.598.748/0001-63	10. Associação Palmaciana da Comunidade Sede - ASPACS Palmácia/CE
03.076.276/0001-41	11. Associação Rádio Vida Cachoeira do Sul/RS
02.727.039/0001-30	12. Rádio Comunitária Nova Lima FM Nova Lima/MG

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 19/01/2015, às 13:30, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0330665** e o código CRC **B0DF5345**.



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » » Consultas » » Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: MG
Município: Nova Lima
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: Nova Lima
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: RADIO COMUNITARIA NOVA LIMA FM
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA MARQUES DO SAPUCAI
Telefone: Não Informado
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.727.039/0001-30
Bairro: CENTRO
Número: 29
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: RADIO COMUNITARIA NOVA LIMA FM
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Cep: 34000000
Número: 29
Município: Nova Lima
Telefone:

Logradouro: RUA MARQUES DO SAPUCAI
Complemento: SALA 305
Distrito: Nova Lima

Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:

UF: MG

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Cep: 34000000
Número: 29
Município: Nova Lima

Logradouro: RUA MARQUES DO SAPUCAI
Complemento: SALA 305
Distrito: Nova Lima

Bairro: CENTRO
SubDistrito:

UF: MG

Telefone:

Fax:

E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:

Data Limite Instalação:

Número do Processo:

Fistel:

Caixa:

Sequência:

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text" value="199"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="06/12/1999"/>	<input type="text" value="09/12/1999"/>	Autoriza Executar Serviço	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text" value="239"/>	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	<input type="text" value="CN"/>	<input type="text" value="27/06/2001"/>	<input type="text" value="28/06/2001"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text" value="18628"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="SCM"/>	<input type="text" value="31/08/2001"/>	<input type="text" value="05/09/2001"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text" value="598"/>	<input type="text" value="Despacho"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="29/07/2009"/>	<input type="text"/>	Advertência	<input type="text" value="Jur."/>

☐ Característica da Estação Instalada

☐ Dados do Licenciamento

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica****Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica****Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas****Coordenação de Análise de Denúncias****DESPACHO**Processo nº: **53900.011040/2015-94**Interessado(a): **RADIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM**

Em atenção ao Memorando nº 114/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.055462/2006	<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (0397690);• Portaria nº 598, de 29/07/2009 - ADVERTÊNCIA;• Irregularidade apurada: itens 14.2, 17.2 e 18.1.4 da Norma Complementar 01/2004.

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 26/05/2015, às 10:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0410733** e o código CRC **9141A64D**.

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO Nº 598 ,DE 29 DE julho DE 2009.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 do mesmo mês e ano, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 53000.055462/2006**, bem como em atendimento à faculdade conferida pelo disposto no § 1º do art. 59 do Código Brasileiro de Telecomunicações – CBT, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a modificação introduzida pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, resolve: **advertir a RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na frequência de 87,9 MHz (canal 200), no Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, por descumprimento do disposto nos itens 14.2, 17.2 e 18.1.4 da Norma Complementar 01/2004, aprovada pela Portaria n.º 103, de 23 de janeiro de 2004 e Artigo 21, inciso IV da Lei n.º 9612/98.


ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES TEIXEIRA

D.L. 239/2009

NOTA TÉCNICA Nº 1012/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.058134/2011-47**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **RADIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **NOVA LIMA/MG**, por meio da Portaria nº **199**, publicada no DOU de 09/12/1999, e Decreto Legislativo nº **239**, publicado no DOU de 28/06/2001.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 28/06/2011. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou, via postal, seu pedido de renovação de outorga em 16/01/2012 (página 49 do evento SEI 0068016), cujo protocolo se deu em 18/01/2012 (página 05 do evento SEI 0068016), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE			
RÁDIO FM	COMUNITÁRIA	NOVA	LIMA

QUADRO DIRETIVO
<p>EMERSON GONÇALVES CARDOSO - Presidente</p> <p>SANDERSON JOSÉ RAGONEZI - Vice-Presidente</p> <p>ANDERSON DE OLIVEIRA PENA - Secretário-Geral</p> <p>RONALDO JOSÉ DE OLIVEIRA - Diretor Financeiro</p> <p>MÁRCIO ALVES FERREIRA - Diretor de Operações</p> <p>RODRIGO ANTONIO MOREIRA FERREIRA - Diretor Cultural e de Comunicação Social</p> <p>JOÃO CARLOS DOS SANTOS - Diretor de Patrimônio</p>

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 71 a 81 do evento SEI 0068016
	Ata de Eleição da diretoria em exercício,	Ok, páginas 02 e 03 do evento

2.	devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	uu SEI 0325202 do documento 53900.002295/2015-66
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 04, 07, 10, 12, 15, 17 e 19 do evento SEI 0325202 do documento 53900.002295/2015-66
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 08 do evento SEI 0068016
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, páginas 09 e 148 do evento SEI 0068016
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual.	Ok, páginas 10 e 69 do evento SEI 0068016

7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 32 e 33 do evento SEI 0068016
----	--	---

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI (0410733), processo anexado 53900.011040/2015-94.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglesias, Analista Tec Administrativo**, em 03/06/2015, às 14:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Delegado Substituto**, em 08/06/2015, às 09:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 01/07/2015, às 14:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 20/07/2015, às 12:08, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1237852



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho**, **Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 04/08/2015, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0328020** e o código CRC **D41FE66F**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC
de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.058134/2011-47**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **28/06/2011**, a autorização outorgada à **RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **NOVA LIMA/MG**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC
de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058134/2011-47 e nº 53710.01053/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28/06/2011, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de NOVA LIMA/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

DESPACHO

Processo nº: 53900.030496/2015-53

De ordem, encaminhe-se ao Departamento de Acompanhamento e Avaliação.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Christiane Miranda de Araujo**, **Assistente Técnico**, em 22/06/2015, às 11:54, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0565335** e o código CRC **91235FFD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por [denielle.silva](#), versão 2 por [denielle.silva](#) em 22/06/2015 11:28:21.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

DESPACHO

Processo nº: **53900.030496/2015-53**

Referência: **PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC - CUNJUR.**

Interessado: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária..

De ordem do Sr. Diretor, encaminho o processo em referência à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Sergio Martins Leite, Técnico CDT Nível V - Atividades de Complexidade Gerencial**, em 22/06/2015, às 12:15, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0565526** e o código CRC **74792606**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por [evandro.leite](#), versão 2 por [evandro.leite](#) em 22/06/2015 12:15:13.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo n.: 53000.058134/2011-47

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, SEI 0580271), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	x		05 e 49 SEI 0068016
1.1	O requerimento é tempestivo?	x		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	x		08 SEI 0068016
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	x		09 e 148 SEI 0068016
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual.	x		10 e 69 SEI 0068016
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	x		71 a 81 SEI 0068016
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	x		02 e 03 SEI 0325202 do documento 53900.002295/2015-66
7	Comprovante de nacionalidade e maioridade dos dirigentes.	x		04, 07, 10, 12, 15, 17 e 19 SEI 0325202 do documento 53900.002295/2015-66
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	x		32 e 33 SEI 0068016

9	Relatório de apuração de infrações	x		SEI 0410733 - processo 53900.011040/2015-94
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		x	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		x	



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/07/2015, às 13:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0583099** e o código CRC **C582454C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

PORTARIA Nº 3601/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058134/2011-47 e nº 53710.01053/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28/06/2011, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de NOVA LIMA/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 19/08/2015, às 18:45, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0644464** e o código CRC **B7913877**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.058134/2011-47**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **28/06/2011**, a autorização outorgada à **RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **NOVA LIMA/MG**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 19/08/2015, às 18:45, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0644471** e o código CRC **2FE6CBAD**.



Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.589, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.060033/2013-06 e nº 53770.000599/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CANTAGALENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Três Rios/RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.590, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.029406/2013-63 e nº 53710.001290/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DOM OTHON MOTTA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Campanha/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.591, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057353/2011-17 e nº 53710.000774/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 29/03/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Pratinha/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.592, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.048613/2013-17 e nº 53710.001732/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CACHOEIRENSE DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ouro Preto/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.594, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.062556/2013-89 e nº 53640.001175/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 02/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Poções/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.595, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057226/2011-18 e nº 53700.000404/1999-86, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE TRÊS LAGOAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Três Lagoas / MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.596, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.067636/2013-21 e nº 53830.002114/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO LOCAL DE OBRAS ASSISTENCIAIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ferraz de Vasconcelos / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.597, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058142/2013-93 e nº 53103.000775/1998-61, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 14/12/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE CUMARU, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cumaru / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.598, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059736/2013-83 e nº 53700.001622/1998-10, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESPERANÇA DE IGUAÍTEMI - ACEI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Iguatemi/MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.599, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.071201/2013-81 e nº 53650.002580/1998-12, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PALMACIANA DA COMUNIDADE SEDE - ASPACS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Palmácia/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.600, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.005567/2013-61 e nº 53790.001203/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dom Feliciano/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.601, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058134/2011-47 e nº 53710.01053/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28/06/2011, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de NOVA LIMA/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.058134/2011-47

Referência: Portaria nº 3.601, de 19 de agosto de 2015.

Interessado: Rádio Comunitária Nova Lima FM

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 25/08/2015, da Portaria nº 3.601, de 19/08/2015, que *“Renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Nova Lima FM, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nova Lima-MG”*, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 26 de agosto de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 27/08/2015, às 11:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0686765** e o código CRC **934A7F25**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.058134/2011-47**

Entidade: **RADIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 3601, de 19/08/2015, no Diário Oficial da União de 25/08/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Nova Lima/MG**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo nº **53000.058134/2011-47**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 01/09/2015, às 17:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0691829** e o código CRC **B2FBA153**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.058134/2011-47

Interessado: RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 15 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 15/10/2015, às 11:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0769647** e o código CRC **D903D348**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058134/2011-47, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 28/06/2011, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de NOVA LIMA/MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0777105** e o código CRC **9B9D8C50**.

Brasília, 03 de março de 2016.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058134/2011-47, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 28/06/2011, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de NOVA LIMA/MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUIÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que

dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os

documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS

- | | | SI
M | NÃ
O | Fls. /
nº do
doc. |
|------|---|-----------------|-----------------|----------------------------------|
| 1 | Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada. | | | |
| 1.1. | O requerimento é tempestivo? | | | |
| 2 | Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e | | | |

equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
- 4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.
- 5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
- 6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
- 7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.
- 8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.
- 9 Relatório de apuração de infrações.
- 9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?
- 9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

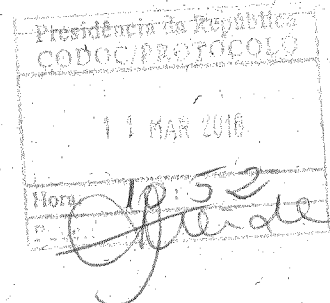
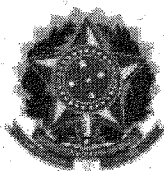
ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Alan Emanuel Cavalcante Trajano
Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 7295/2016/SEI-MC

Ao Senhor

ADAUTO MODESTO JÚNIOR

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais
da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**

Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivos digitais com valor de original:

EM nº 142/2016 MC

- 53000.056631/2011

EM nº 140/2016 MC

- 53000.027802/2007

EM nº 143/2016 MC

- 53000.058587/2011

EM nº 144/2016 MC

- 53000.056608/2011

EM nº 145/2016 MC

- 53000.058076/2011

EM nº 146/2016 MC

- 53000.057442/2011

EM nº 147/2016 MC

- 53000.019259/2014

EM nº 149/2016 MC

- 53000.008124/2013

EM nº 150/2016 MC

- 53000.056221/2011

EM nº 151/2016 MC

- 53000.056610/2011

EM nº 152/2016 MC

- 53000.028629/2012

EM nº 153/2016 MC

- 53000.031930/2012

EM nº 154/2016 MC

- 53000.044171/2012

EM nº 155/2016 MC

- 53000.058142/2011

EM nº 156/2016 MC

- 53000.058134/2011

EM nº 157/2016 MC

- 53000.073739/2012

EM nº 158/2016 MC

- 53000.029374/2013

EM nº 159/2016 MC

- 53000.006400/2014

EM nº 160/2016 MC

- 53000.053259/2013

EM nº 161/2016 MC

- 53000.026302/2013

EM nº 162/2016 MC

- 53000.040866/2012

EM nº 163/2016 MC

- 53000.031924/2012

EM nº 164/2016 MC

- 53000.057297/2012

EM nº 165/2016 MC

- 53000.048835/2013

EM nº 166/2016 MC

- 53000.053992/2010

EM nº 167/2016 MC

- 53000.006813/2013

EM nº 168/2016 MC

- 53000.024276/2012

EM nº 170/2016 MC

- 53000.048613/2013

Atenciosamente,

ADRIANA ROSA DOS SANTOS
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 10/03/2016, às 14:57, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1009057** e o código CRC **4B90CA37**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.058134/2011-47

Referência: Ofício nº 7295/2016/SEI-MC, de 10 de março de 2016.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 7295/2016/SEI-MC, de 10 de março de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 14 de março de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 14/03/2016, às 10:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1019188** e o código CRC **53DA2BE2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17115/2016/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM
Rua Marquês de Sapucaí, nº 29 - Sala 305
34.000-000 / Nova Lima - MG

CNPJ nº 02.727.039/0001-30

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.058134/2011-47.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM, sediada em **Nova Lima - MG**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **28 de junho de 2011**, conforme Portaria nº 3.601, de 19/08/2015, publicada no DOU de 25/08/2015.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 13/05/2016, às 07:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1132708** e o código CRC **6ADA0EAF**.

Ofício nº 17115/2016/SEI-MC - Processo nº 53000.058134/2011-47

NOME OU RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO / ADDRESS

CEP / CODE POSTAL

SCE/CGRC

OFÍCIO nº 17115/2016/SEI-MC, de 13/05/2016

Nº DO PROCESSO: 53000.058134/2011-47

RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM

Rua Marquês de Sapucaí, nº 29 - Sala 305

34.000-000

Nova Lima - MG

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AR

AVIS CN07

JO 39168056 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MANSO

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

____/____/____

: h

____/____/____

: h

____/____/____

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DEVOLUÇÃO
RETOUR

NC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

CI

UF

BRASIL

--	--	--	--	--	--	--	--

53790.001359/1997-07

A-29

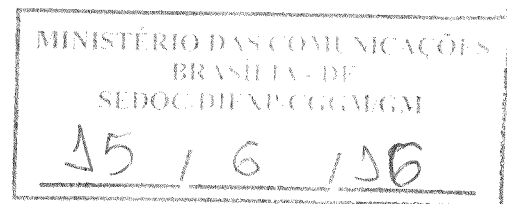
T-1

Ofício nº 0252/2016 - SAJ

Em 8 de junho de 2016.

Ao Senhor

ARLEY AYRES

Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
BRASÍLIA/DFAssunto: **Restituição de Exposições de Motivos.**

Senhor Chefe de Gabinete,

Restituo a Vossa Senhoria, para reavaliação pelo novo titular da pasta competente para a matéria, os processos e as Exposições de Motivos abaixo relacionadas:

Quantidade	Nº da EXM – MC	Nº Processo
1	336/2015 - MC	53000.042680/2010-85
2	79/2016 - MC	53000.046522/2011-85
3	70/2016 - MC	53000.058125/2011-56
4	115/2016 - MC	53000.038016/2006-55
5	131/2016 - MC	53000.008174/2012-29
6	139/2016 - MC	53000.040064/2011-71
7	136/2016 - MC	53000.050136/2011-98
8	127/2016 - MC	53000.040711/2013-14
9	74/2016 - MC	53000.006880/2013-17
10	132/2016 - MC	53000.061475/2011-08
11	128/2016 - MC	53000.059721/2011-53
12	134/2016 - MC	53740.000060/2002-03
13	135/2016 - MC	53000.026815/2009-21
14	86/2016 - MC	53000.056634/2011-44
15	58/2016 - MC	53000.046522/2013-47
16	84/2016 - MC	53000.048414/2012-28
17	138/2016 - MC	53000.057121/2013-12
18	358/2015 - MC	53000.056640/2013-63
19	340/2015 - MC	53000.005277/2007-70
20	213/2015 - MC	53000.014911/2007-65
21	385/2015 - MC	53000.003696/2007-77

22	350/2015 - MC	53000.015437/2009-51
23	89/2016 - MC	53000.045180/2012-67
24	10/2016 - MC	53000.071599/2013-55
25	306/2015 - MC	53000.003644/2010-04
26	304/2015 - MC	53000.039692/2010-22
27	88/2016 - MC	53000.058119/2011-07
28	333/2016 - MC	53000.015435/2013-48
29	332/2015 - MC	53000.000298/2013-47
30	8/2016 - MC	53000.006807/2013-45
31	7/2016 - MC	53000.026610/2013-22
32	2/2016 - MC	53000.029406/2013-63
33	354/2015 - MC	53000.046795/2012-19
34	305/2015 - MC	53000.013513/2010-27
35	363/2015 - MC	53000.041617/2013-74
36	104/2016 - MC	53000.058133/2011-01
37	4/2016 - MC	53000.004800/2014-70
38	341/2015 - MC	53000.065263/2007-13
39	101/2016 - MC	53000.058136/2011-36
40	362/2015 - MC	53000.025840/2007-26
41	346/2015 - MC	53000.062713/2007-16
42	347/2015 - MC	53000.010896/2008-67
43	307/2015 - MC	53720.000299/2000-41
44	351/2015 - MC	53000.010790/2008-63
45	102/2016 - MC	53000.058139/2011-70
46	5/2016 - MC	53000.059200/2013-68
47	328/2015 - MC	53000.006271/2010-15
48	287/2015 - MC	53000.016325/2014-84
49	98/2016 - MC	53000.051583/2012-45
50	353/2015 - MC	53000.049480/2012-15
51	359/2015 - MC	53000.056251/2011-76
52	337/2015 - MC	53000.056648/2012-49
53	9/2016 - MC	53000.069868/2013-13
54	302/2015 - MC	53000.003848/2010-37
55	379/2015 - MC	53000.065326/2013-71
56	375/2015 - MC	53000.040135/2013-05
57	380/2015 - MC	53000.059407/2013-32
58	303/2015 - MC	53000.006481/2010-11
59	301/2015 - MC	53720.000225/2002-77
60	309/2015 - MC	53790.000211/2000-68
61	60/2016 - MC	53000.015829/2013-04
62	87/2016 - MC	53000.065857/2011-01
63	59/2016 - MC	53000.069974/2013-05
64	170/2016 - MC	53000.048613/2013-17
65	154/2016 - MC	53000.044171/2012-59
66	164/2016 - MC	53000.057297/2012-93
67	117/2016 - MC	53000.057904/2011-34
68	125/2016 - MC	53000.057221/2011-87
69	168/2016 - MC	53000.024276/2012-91
70	105/2016 - MC	53000.062227/2013-38
71	61/2016 - MC	53000.039068/2013-78

72	94/2016 – MC	53000.055771/2011-61
73	93/2016 – MC	53000.019647/2013-02
74	96/2016 – MC	53000.056635/2011-99
75	52/2016 – MC	53000.056637/2011-88
76	360/2015 – MC	53000.056644/2011-80
77	361/2015 – MC	53000.052145/2007-37
78	355/2015 – MC	53000.015189/2014-13
79	364/2015 – MC	53000.028014/2012-04
80	324/2015 – MC	53000.014329/2010-02
81	103/2016 – MC	53000.065035/2012-01
82	383/2015 – MC	53000.051948/2006-93
83	323/2015 – MC	53000.042099/2010-63
84	214/2015 – MC	53000.063955/2006-38
85	1/2016 – MC	53000.02.0436/2013-12
86	162/2016 – MC	53000.040866/2012-61
87	153/2016 – MC	53000.031930/2012-13
88	149/2016 – MC	53000.008124/2013-22
89	143/2016 – MC	53000.058587/2011-73
90	147/2016 – MC	53000.019259/2014-02
91	167/2016 – MC	53000.006813/2013-01
92	144/2016 – MC	53000.056608/2011-16
93	163/2016 – MC	53000.031924/2012-66
94	120/2016 – MC	53000.029031/2013-31
95	371/2015 – MC	53000.068928/2007-32
96	3/2016 – MC	53000.055380/2013-17
97	376/2015 – MC	53000.040584/2013-45
98	367/2015 – MC	53000.063230/2005-69
99	365/2015 – MC	53000.070758/2013-02
100	272/2015 – MC	53000.014022/2013-46
101	243/2015 – MC	53000.019342/2008-25
102	279/2015 – MC	53000.068058/2013-40
103	286/2015 – MC	53000.058945/2013-18
104	80/2016 – MC	53000.040134/2011-91
105	77/2016 – MC	53000.070233/2013-69
106	75/2016 – MC	53000.062335/2013-19
107	68/2016 – MC	53000.031942/2012-48
108	6/2016 – MC	53000.060033/2013-06
109	378/2015 – MC	53000.046274/2013-34
110	366/2015 – MC	53000.056194/2013-97
111	81/2016 – MC	53000.016939/2012-02
112	273/2015 – MC	53000.041679/2013-86
113	63/2016 – MC	53000.065780/2013-22
114	269/2015 – MC	53000.058466/2011-21
115	197/2015 – MC	53000.059414/2011-72
116	319/2015 – MC	53000.003556/2012-66
117	266/2015 – MC	53000.007034/2013-14
118	67/2016 – MC	53000.020798/2013-03
119	55/2016 – MC	53000.056642/2011-91
120	62/2016 – MC	53000.058131/2011-11
121	54/2016 – MC	53000.061913/2013-91

122	211/2015 – MC	53000.057294/2012-50
123	193/2015 – MC	53000.016307/2011-50
124	261/2015 – MC	53000.045699/2010-83
125	281/2015 – MC	53000.019532/2013-18
126	298/2015 – MC	53000.022860/2008-26
127	219/2015 – MC	53000.029611/2007-81
128	294/2015 – MC	53000.007687/2014-84
129	228/2015 – MC	53000.054050/2012-15
130	192/2015 – MC	53000.031931/2012-68
131		
132	278/2015 – MC	53000.007050/2013-15
133	277/2015 – MC	53000.068456/2013-66
134	252/2015 – MC	53650.000357/2002-70
135	244/2015 – MC	53000.051345/2007-72
136	207/2015 – MC	53000.019584/2007-38
137	257/2015 – MC	53710.000326/2002-67
138	263/2015 – MC	53000.007834/2008-78
139	194/2015 – MC	53000.024307/2008-28
140	199/2015 – MC	53000.046729/2011-50
141	288/2015 – MC	53000.028473/2013-61
142	71/2016 – MC	53000.052021/2011-38
143	78/2016 – MC	53000.045558/2013-11
144	271/2015 – MC	53000.055786/2012-19
145	283/2015 – MC	53000.041134/2011-16
146	65/2016 – MC	53000.057914/2011-70
147	227/2015 – MC	53000.048732/2013-70
148	291/2015 – MC	53000.015610/2013-05
149	292/2015 – MC	53000.034808/2013-80
150	285/2015 – MC	53000.070495/2013-23
151	265/2015 – MC	53000.046584/2006-20
152	234/2015 – MC	53000.057324/2005-07
153	106/2016 – MC	53000.004549/2005-52
154	159/2016 – MC	53900.006400/2014-55
155	150/2016 – MC	53000.056221/2011-60
156	151/2016 – MC	53000.056610/2011-95
157	152/2016 – MC	53000.028629/2012-22
158	108/2016 – MC	53000.037683/2007-00
159	146/2016 – MC	53000.057442/2011-55
160	161/2016 – MC	53000.026302/2013-05
161	158/2016 – MC	53000.029374/2013-04
162	166/2016 – MC	53000.053992/2010-14
163	155/2016 – MC	53000.058142/2011-93
164	140/2016 – MC	53000.027802/2007-16
165	109/2016 – MC	53670.002069/2002-11
166	157/2016 – MC	53000.073739/2012-49
167	142/2016 – MC	53000.056631/2011-19
168	145/2016 – MC	53000.058076/2011-51
169	160/2016 – MC	53000.053259/2013-42
170	156/2016 – MC	53000.058134/2011-47
171	229/2015 – MC	53000.038653/2013-51

172	232/2015 – MC	53000.056240/2011-96
173	83/2016 – MC	53000.020068/2012-13
174	82/2016 – MC	53000.055763/2011-15
175	73/2016 – MC	53000.057295/2012-02
176	85/2016 – MC	53000.071796/2013-74
177	66/2016 – MC	53000.051987/2012-39
178	165/2016 – MC	53000.048835/2013-30
179	275/2015 – MC E 276/2015	53710.000552/2002-48

Atenciosamente,

ENGELS AUGUSTO MUNIZ

Chefe de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos da
Casa Civil da Presidência da República

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.058134/2011-47**

Entidade: **RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Tendo em vista a mudança de pasta ministerial, objeto da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016, publicada na Edição Extra da Seção 1 do Diário Oficial da União de mesma data, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/06/2016, às 14:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1195636** e o código CRC **74E1D6E5**.

Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente Interino da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.058134/2011-47**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 28/06/2011, a autorização outorgada à **Rádio Comunitária Nova Lima FM**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de NOVA LIMA/MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

53000.058134/2011-47

170

EM nº 00156/2016 MC

Brasília, 7 de Março de 2016



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058134/2011-47, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 28/06/2011, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de NOVA LIMA/MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará

prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os

documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o

pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS		SI M	NÃ O	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros			

técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
- 4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.
- 5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
- 6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
- 7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.
- 8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.

9 Relatório de apuração de infrações.

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

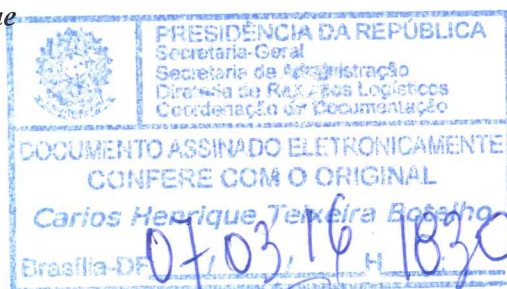
ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Alan Emanuel Cavalcante Trajano
Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53000.058134/2011-47

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 1012/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1244294** e o código CRC **516C4CC8**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058134/2011-47, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 28/06/2011, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de NOVA LIMA/MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.058134/2011-47**

Entidade: **RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/03/2017, às 17:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1742902** e o código CRC **CADFF6A3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.058134/2011-47

SEI nº 1742902

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

o]

DESPACHO

Processo nº: **53000.058134/2011-47**

Entidade: **RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 22/03/2017, às 09:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1742904** e o código CRC **31F4B290**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.058134/2011-47

SEI nº 1742904

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.058134/2011-47**

Entidade: **RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 1012/2015 (Evento SEI 0328020) e do Parecer Conjur nº 475/2015 (Evento SEI 0580271), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 23/03/2017, às 19:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1742906** e o código CRC **69062FF7**.

Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058134/2011-47, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de junho de 2011, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de NOVA LIMA/MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para

conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53000.058134/2011-47

SEI nº 1742906

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058134/2011-47, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de junho de 2011, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de NOVA LIMA/MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 18:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1786145** e o código CRC **084F8027**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1883888** e o código CRC **14A9D58E**.

Referência: Processo nº 53000.058134/2011-47

SEI nº 1883888

Brasília, 06 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.058134/2011-47, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de junho de 2011, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de NOVA LIMA/MG.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

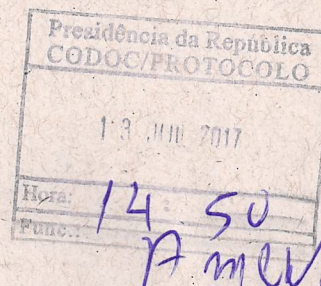
Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 29972/2017/SEI-MCTIC



Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANY
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

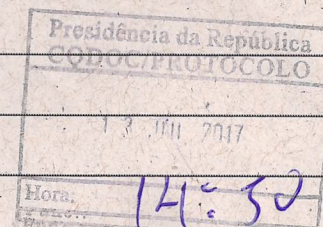
Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
215/2017	53000.014521-2013-33	Associação Rádio Comunitária Tabira FM
216/2017	53000.015435/2013-48	Associação e Movimento Comunitário Rádio Caruaru FM
217/2017	53000.045037/2013-56	Associação Comunitária Renascer
218/2017	53000.007045/2013-02	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cacimba de Dentro
220/2017	53000.071344/2013-92	Associação Assistencial e Comunitária de Esperança
221/2017	53000.071797/2013-19	Associação de Rádio Comunitária de Pocinhos
223/2017	53000.068096/2013-01	Fundação José Leite de Oliveira
225/2017	53000.007033/2013-70	Adecom - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Rua Nova
226/2017	53000.071405/2013-11	Fundação José Quirino Filho
227/2017	53000.024838/2013-88	Associação dos Filhos e Amigos de Rosário Oeste - AFARO
228/2017	53000.044838/2012-13	Associação Comunitária do Bairro São José
229/2017	53000.040134/2011-91	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Timbaúba - ACOMT
230/2017	53000.059291/2011-70	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM
232/2017	53000.040064/2011-71	Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio
233/2017	53000.048416/2012-17	Associação Rádio Comunitária Damata FM
234/2017	53000.048414-2012-28	Associação Movimento Comunitário Rádio Colinas FM
235/2017	53000.018567/2013-21	Associação Comunitária Cultural e Comunicação Social de Orobó (ACCCSO)
236/2017	53000.057440/2011-66	Associação Comunitária de Radiodifusão Associadas FM
237/2017	53000.022913/2013-76	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira

238/2017	53000.058125/2011-56	Associação de Desenvolvimento Comunitário
240/2017	53000.028629/2012-22	Associação Comunitária Ibicuiense Padre Eugênio Cizmásia
241/2017	53000.023452/2013-59	Associação Comunitária Lapa
242/2017	53000.039597/2011-18	Associação Rádio Comunitária FM Cidade
244/2017	53000.029325/2009-87	Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Bárbara - ACRSB
245/2017	53000.005810/2014-22	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Ujunga
246/2017	53900.017322/2015-03	Associação Comunitária de Água Fria e Barra
247/2017	53000.054478/2012-68	Associação Rádio Comunitária Santa Rita
248/2017	53000.059289/2011-09	Associação Rádio FM Comunitária Cidade Progresso (FM Cidade)
249/2017	53000.056634/2011-44	Associação Comunitária dos Trabalhadores de Boa Saúde
250/2017	53000.029405/2012-38	Associação Comunitária Regional da Mata Para Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico
251/2017	53000.022289/2013-15	Ascocab- Associação Comunitária de Cabixi-RO (Cultura FM)
254/2017	53000.016325/2014-84	Associação Rádio Comunitária Harmonia FM
255/2017	53000.059608/2012-59	Associação A Voz do Povo A Voz de Deus
256/2017	53000.056610/2011-95	ADEPAM -Amazônia Em Defesa e Proteção do Meio Ambiente
257/2017	53000.019131/2013-50	Associação Cultural e Artística de Barcelos
258/2017	53000.051987/2012-39	Associação do Bairro Setor Aeroporto de Campos Belos
260/2017	53000.067938/2013-07	Associação Comunitária Pró - Desenvolvimento de Simolândia
261/2017	53000.074982/2013-65	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás
262/2017	53000.068168/2013-10	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Agrícolas do Médio - Nordeste Goiano
264/2017	53000.056251/2011-76	Associação Rádio Comunitária de Carmo do Rio Verde
265/2017	53000.030397/2012-72	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetibá
266/2017	53900.041566/2015-07	Centro Comunitário de Radiodifusão de Santa Quitéria
267/2017	53900.017288/2015-69	Associação dos Defensores da Cultura e Arte Popular de Catunda
268/2017	53000.034839/2012-50	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Tereza
269/2017	53900.041764/2015-62	Associação Rádio Comunitária Campeche
270/2017	53900.000576/2014-11	Associação Cultural de Engenheiro Caldas
271/2017	53000.057905/2011-89	Associação Comunitária Solidariedade e Desenvolvimento de Arcos
272/2017	53000.057358/2011-31	Associação de Difusão Comunitária Nossa Senhora D'Abadia
273/2017	53000.058134/2011-47	Rádio Comunitária Nova Lima FM
274/2017	53000.056217/2011-00	Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz



Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017**, em 07/07/2017, às 12:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2018215** e o código CRC **3f623DE8**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 29972/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2018215

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.058134/2011-47
Referência: Ofício nº 29972/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 29972/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 17/07/2017, às 14:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2041966** e o código CRC **415B4E9F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.058134/2011-47

SEI nº 2041966

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.058134/2011-47.**

Entidade: **Rádio Comunitária Nova Lima FM**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/07/2019, às 16:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 15/07/2019, às 16:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 16/07/2019, às 18:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4400740** e o código CRC **AE7A3B27**.

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058134/2011-47, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Rádio Comunitária Nova Lima FM, inscrita no CNPJ nº 02.727.039/0001-30, explore pelo prazo de dez anos a partir de 28 de Junho de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 1012/2015/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria nº 3601, de 19 de Agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25/08/2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.058134/2011-47

SEI nº 4400740

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53000.058134/2011-47

Referência: Despacho SEARC (4400740)

Interessado: RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM

Assunto: Renovação de outorga

Trata-se de minuta de exposição de motivos referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 28/06/2011, da autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA LIMA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de NOVA LIMA/MG.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica (parecer jurídico referencial) acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 23/08/2019, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4489306** e o código CRC **4D704E24**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.058134/2011-47

SEI nº 4489306

Brasília, 11 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058134/2011-47, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Rádio Comunitária Nova Lima FM, inscrita no CNPJ nº 02.727.039/0001-30, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 28 de Junho de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 1012/2015/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria nº 3601, de 19 de Agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25/08/2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

Relatório da Pesquisa Geral

Impresso por: Sr. Mayky Costa de Araujo
Impresso em 11/09/2019 17:30

Termo(s): NOVA LIMA

NUP:

Origem:

Co-Autores:

Destinatário:

Tipo de Documento:

Data Inicial: Data Final:

Fluxo/Etapa:

Conteúdo:

Total de documentos: 2

NUP	Assunto	Min.	Tarefa	Estado	Tipo	Legado
53000058134201147	MCTIC 00146 2019 NOVA LIMA/MG - Renov/RADCOM - Rádio Comunitária Nova Lima FM	MCTIC	Trâmite na PR	Em trâmite na PR	EM para Mensagem	
53000058134201147	MCTIC 00273 2017 NOVA LIMA/MG - Renov/RADCOM - Rádio Comunitária Nova Lima FM	MCTIC	Arquivo	Arquivado	EM para Mensagem	



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 32781/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, processo nº 53000.058134/2011-47.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

LARA LITVIN VILLAS BÔAS
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Lara Litvin Villas Boas, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro substituta**, em 13/09/2019, às 11:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4624806** e o código CRC **B75FB8B7**.